



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES - ICHCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

ALEXANDER MOREIRA CAMPOS

**O SINDJORNAL E A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL
ALAGOANO NO CONTEXTO DO NOVO SINDICALISMO(1978-1983)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES - ICHCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

ALEXANDER MOREIRA CAMPOS

**O SINDJORNAL E A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL
ALAGOANO NO CONTEXTO DO NOVO SINDICALISMO(1978-1983)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel

**Catálogo na Fonte Universidade
Federal de Alagoas Biblioteca
Central**

Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

C198s Campos, Alexander Moreira.

O SINDJORNAL e a reorganização do movimento sindical alagoano no contexto do novo sindicalismo (1978-1983) / Alexander Moreira Campos. – 2023.
92 f. : il.

Orientador: Osvaldo Batista Acioly Maciel.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 89-92.

1. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas. 2.
Sindicalismo. 3. Trabalho - História. I. Título.

CDU: 94(813.5):331.105.44

AGRADECIMENTOS

Após sete anos afastado da vida acadêmica, decidi participar da seleção do mestrado em História. Com a aprovação fui tomado pela alegria, afinal era um sonho contribuir para historiografia alagoana, por mais modesta que fosse essa contribuição. No entanto, apesar da quadra histórica difícil que vivíamos, não sabia o desafio que estava por vir. Fazer pesquisa durante a pandemia mais letal do nosso tempo, certamente foi o maior desafio que enfrentei.

Primeiramente, agradeço aos meus pais pelo amor, incentivo e pelas condições materiais que me deram ao longo da minha vida e dessa jornada. Não existo sem vocês.

Agradeço à Ariane, minha compaheira, pelo amor, carinho e por ter segurado na minha mão nos momentos mais difíceis da minha vida, quando a depressão e a ansiedade pareciam ser os únicos imperativos. Ela mostrou a esperança.

Agradeço às minhas irmãs Alessandra e Carolina, que apesar das brigas diárias, sempre me apoiaram. Além disso me deram dois sobrinhos maravilhosos que são raios de sol na minha vida: Eduardo e Amélie.

À tia Teca que não está mais nesse plano, mas que certamente me receberia com um sorriso enorme em sua casa quando soubesse desta realização.

Agradeço ao meu orientador, Osvaldo Maciel, que acompanha a minha trajetória acadêmica desde o meu ingresso na UFAL em 2009, sempre com uma posição pronta no sentido de ajudar, orientar, mostrar caminhos. Um verdadeiro mestre, uma referência na historiografia alagoana e no campo do marxismo. Estendo meu agradecimento ao corpo docente do PPGH e à Luciana, secretária da pós, que em uma situação completamente adversa, souberam conduzir o Mestrado e atenderam todas as dúvidas e incertezas que tivemos.

Agradeço aos professores Aruã Lima e Rodrigo Costa pelas observações argutas durante a qualificação que ajudaram sobremaneira a reta final desta dissertação.

Aos meus amigos Júlio, Nivaldo, Welder, Carlos Eduardo, Yuri, Reuel, Lauro, Aninha Alex, João, Marcelo, Felipe, Pedro, David, Lizanel, André e Rodolfo pelos momentos de alegria compartilhados nesses anos.

Agradeço em especial ao meu amigo Baltazar, que tanto me ajudou nesses últimos anos. Quando meu computador entrou em estágio terminal, Baltazar não pensou duas vezes e logo me emprestou seu computador para que eu concluísse esta dissertação.

À Thayná, minha colega de orientação e mestrado, que compartilhou angústias, incertezas, trocas intelectuais e futebolísticas, mas sobretudo a alegria do tri.

Ao meu companheiro de organização, amigo e irmão, Hitallo Viana. Se não fosse a generosidade e incentivo de Hitallo, certamente eu não estaria defendendo esta dissertação e dando a minha contribuição para a historiografia alagoana. Ele que me ajudou a recompor minha moral enquanto historiador e mostrou caminhos.

Agradeço ao presidente do SINDJORNAL, Izaías, que manteve as portas do sindicato

abertas para o diálogo e emprestou materiais que contribuíram para realização desta pesquisa.

Ao Geraldo Majella pelas conversas, indicações de livros, artigos e por emprestar materiais que possibilitaram a escrita da dissertação.

À minha sogra, Aliane, pelo estímulo aos estudos e na profissão de educador.

Agradeço ao professor Luiz Gomes da Rocha, por emprestar livros e materiais que foram importantes na construção da dissertação.

Por fim, este trabalho é fruto da pesquisa histórica e da ciência que resistiram nos últimos quatros anos do governo fascista de Bolsonaro. Mas além de ser fruto da ciência, este trabalho é residência da paixão. Da paixão pelas lutas dos trabalhadores que ousam sonhar com a cidade futura, como dizia Gramsci, com o socialismo, com uma sociedade livre da opressão do capital. Agradeço e dedico esta pesquisa aos trabalhadores alagoanos, brasileiros e do mundo.

“O historiador não é nenhum juiz ou censor; ele apenas se encarrega de devolver um hálito de vida ao passado humano, e não de reconstruir mecanismos inumanos. Acaba mutilando a vida todo aquele que não deixe, em suas páginas, arder a paixão que consumiu outros homens, florescer a esperança ou chorar a decepção, enfim, todo aquele que não acredita, como o velho bolchevique Preobrazhenski - que há muito tempo assassinado pelos seus - que pouco importa que pereça o sementeiro, desde que, algum dia, a plantação floresça”.

(Pierre Broué)

RESUMO

O presente trabalho analisa o contexto social e político alagoano do final da década de 1970 e início dos anos oitenta com o intuito de trazer à luz os embates existentes na sociedade civil alagoana da época e como se iniciou o processo de reorganização do movimento sindical. O ponto de partida desta análise é a eleição do SINDJORNAL de 1978, quando uma chapa de oposição encabeçada por Freitas Neto vence o pleito e inicia um novo momento da categoria no que se refere às práticas sindicais. Encerramos o nosso marco temporal com o ano de 1983, quando o SINDJORNAL optou em participar da construção da Central Única dos Trabalhadores. A partir desta pesquisa, pretendemos mostrar a relevância que a categoria dos jornalistas teve no sindicalismo alagoano neste período.

Palavras-Chave: SINDJORNAL; Novo Sindicalismo; História do Trabalho.

ABSTRACT

This work analyzes the social and political context of Alagoas at the end of the 1970s and beginning of the 1980s. It intends enlight the struggles that took place in the civil society of Alagoas at that time and how the process of reorganization of the trade union movement began. The starting point of this analysis is the election of SINDJORNAL (Journalists Trade Union) in 1978, when an opposition trend headed by Freitas Neto won the election and begun a new moment in the category regarding union practices. The final period of our research is the year of 1983, when the SINDJORNAL chose to participate in the construction of the Central Única dos Trabalhadores (CUT). In summary, journalists were extremely relevant to rebuild Alagoas' trade unionism in this period.

Keywords: SINDJORNAL; New Trade Unionism; Labor History.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONCLAT	Coordenação Geral da Classe Trabalhadora
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENCLAT	Encontro Estadual da Classe Trabalhadora
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IADESIL	Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MIA	Movimento Intersindical Anti-arrocho
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OPEP	Organização dos Países Produtores do Petróleo
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PT	Partido dos Trabalhadores (PT)
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
SIAN	Sistema de Informações Arquivo Nacional
SINDJORNAL	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas
SJPSP	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo
SINDRÁDIO	Sindicato dos Radialistas de Alagoas
SNI	Serviço Nacional de Informações
UDN	União Democrática Nacional
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO ENTRE OS ANOS DE 1964 E 1983.....	18
2.1 1964: golpe de classe e intervenções nos sindicatos.....	18
2.2 O fim do “milagre econômico” e a distensão lenta, gradual e segura.....	26
2.3 As greves do ABC paulista e a reorganização do movimento sindical.....	33
3. A ELEIÇÃO DO SINDJORNAL DE 1978 E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NO MOVIMENTO SINDICAL ALAGOANO.....	40
3.1 Breve contexto social do declínio da ditadura em Alagoas.....	40
3.2 O SINDJORNAL e o movimento sindical alagoano no final dos anos 1970.....	44
3.3 O XVII congresso nacional dos jornalistas profissionais.....	50
3.4 1979: trabalhadores alagoanos em movimento.....	56
4. DA UNIDADE À RUPTURA: OS ENCLAT’S E A PARTICIPAÇÃO DOS JORNALISTAS ALAGOANOS NA CONSTRUÇÃO DE UM ORGANISMO INTERSINDICAL.....	67
4.1 O pós greve dos jornalistas e a criação da Tribuna de Alagoas.....	68
4.2 A inserção dos partidos de esquerda no sindicalismo alagoano.....	71
4.3 Articulação nacional: Sindicalistas Autênticos x Unidade Sindical	75
4.4 Os ENCLAT’s: unidade, disputas e ruptura.....	79
5. CONCLUSÃO.....	89
6. REFERÊNCIAS.....	91

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo sobre a reorganização do movimento sindical alagoano a partir da ação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas (SINDJORNAL) no contexto de declínio da ditadura no final da década de 1970 e meados da década de 1980. O SINDJORNAL, enquanto órgão de representação sindical dos jornalistas em Alagoas, a partir de 1978, com eleição de uma gestão de caráter mais combativa, progressistas e ativista, assume um importante papel no processo de reorganização do movimento sindical alagoano, até 1983, quando da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Este processo foi iniciado com a eleição da nova diretoria do sindicato em 1978 e com a deflagração de uma greve decisiva para a reorganização da categoria no ano seguinte. Posteriormente, a conjuntura levou o sindicato ao debate, de um lado, sobre propostas de organizações em âmbito nacional, seja do novo sindicalismo e da CUT – sob os auspícios destas novas ideias, atitudes e experiências sindicais, políticas e sociais – ou, de outro, da Unidade Sindical e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Em 2019, passados quarenta anos da greve de 1979, os jornalistas do Estado de Alagoas deflagraram uma greve contra uma imposição dos empresários do setor que almejaram rebaixar o piso salarial dos profissionais em 40%.¹ Atualmente, o contexto, as pessoas, as instituições, a dinâmica econômica e sócio-política do Brasil são outras, mas o ocorrido lança problemas no que concernem a necessidade de resgate e estudo crítico da história do sindicalismo alagoano, principalmente em momentos de reviravoltas de políticas econômicas em governos considerados conservadores e de cunho liberal.

Com o golpe empresarial-militar de 1964, a Ditadura Militar brasileira fortaleceu o controle estatal sobre os sindicatos, ao mesmo tempo em que imprimiu uma forte repressão ao polo mais combativo do sindicalismo, capitaneado pelos comunistas (Partido Comunista Brasileiro) e também pelos reformistas (Partido Trabalhista Brasileiro). Os militares interviram em uma miríade de entidades sindicais, assim como colocaram os organismos intersindicais na ilegalidade. Esse dismantelamento foi essencial no processo de reordenação da economia liberal no Brasil.

Durante esse período, surgiu uma nova classe operária, fruto de transformações significativas na economia, como a introdução de plantas industriais. Aproveitando a

¹ A respeito da deflagração da greve e das pautas reivindicatórias ver:

<<https://novoextra.com.br/noticias/alagoas/2019/06/47918-hoje-a-noticia-e-a-greve-dos-jornalistas>>

conjuntura estrutural promovida pelo “milagre econômico”, o cinturão industrial automotivo metalúrgico do ABC paulista além de ser o modelo de prosperidade da ditadura, ironicamente foi o epicentro dessa nova classe operária que surgia². Por mais que não seja a totalidade, foram esses novos atores sociais que mais tarde seriam a ponta de lança da crise da ditadura.

Essa nova configuração de operariado, em fins dos anos 1970, seria a principal base social daquilo que se convencionou chamar de “Novo Sindicalismo”. As lutas contra o arrocho salarial, carestia e péssimas condições de trabalho em 1978, contaminaram as diversas categorias do mundo do trabalho, assim ganhando capilaridade nos servidores públicos e assalariados médios. A partir daí, o Brasil figuraria nas listas de países capitalistas com mais greves, como afirmam Antunes e Santana:

E foi na segunda metade dos anos 1970 que aflorou um vasto movimento grevista, a partir da paralisação da Scania, em 1978, em São Bernardo do Campo (SP), que se generalizou nos anos seguintes, em particular na década de 1980, quando o Brasil chegou a ocupar o topo dos países com altas taxas de greve entre as nações capitalistas³.

Greves estas fruto da crise econômica em que o país estava imerso com o esgotamento do “milagre econômico”. As movimentações do “Novo Sindicalismo”, a partir dessa conjuntura, foi se tornando mais evidente. Foi naquele contexto que se abriu uma disputa por qual rumo o país deveria tomar:

No Brasil dos anos 1970 e 1980, a crise econômica alimentada pela dívida externa e pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento desembocou em desemprego, inflação, baixos salários e queda nas atividades fabris. Essa crise acirrou tanto os conflitos políticos em torno dos meios para sua superação, comprimindo a “transição lenta, gradual e segura”, quanto os conflitos sociais, protagonizados por empresários, trabalhadores e o Estado. Esses confrontos dinamizaram as disputas pela direção e pela organização da sociedade⁴.

² Sobre o contexto do milagre econômico, PRADO, Luiz Carlos Delorme. EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)”. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

³ SANTANA, Marco Aurélio, ANTUNES, Ricardo. “Para onde foi o “novo sindicalismo”? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá(org). **A ditadura que mudou o Brasil : 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 132.

⁴ MARTINEZ, Paulo Henrique. “O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado: 1980-2005”. In: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo (org.). **História do Marxismo no Brasil**. Partidos e movimentos após os anos 1960. Volume 6. Campinas: Editora da Unicamp. 2007. p. 245.

Paralelo a esse protagonismo da classe trabalhadora, os jornalistas alagoanos, encabeçados por Freitas Neto, venceram o pleito da direção sindical do SINDJORNAL, ocasionando ao governador Divaldo Suruagy sua primeira derrota no meio sindical. Tal acontecimento acabou servindo de catalisador para a reorganização do sindicalismo em Alagoas, como afirma Carvalho:

Neste mesmo ano a oposição venceu no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, liderada por Pedro Luís da Silva (que viria a ser o Presidente do Diretório Regional do PT e da CUT/Alagoas), representante dos funcionários da Companhia de Abastecimento d'Água e Saneamento do Estado de Alagoas/CASAL, Companhia Energética de Alagoas/CEAL e Companhia Hidrelétrica do São Francisco/CHESF/AL. A vitória das chapas oposicionistas nos Sindicatos dos Jornalistas e Urbanitários é seguida de novas vitórias em outras categorias profissionais tais como bancários, médicos, metalúrgicos, professores, construção civil, engenheiros, etc., assim como a criação de vários novos sindicatos e associações profissionais.⁵

Em São Paulo, após a greve de 1978, no ABC paulista, os anos que se sucederam foram de convulsão. Fora do cinturão industrial, mas com muita influência dos operários, em 1979 os jornalistas de São Paulo deflagraram uma greve por 25% de aumento salarial e imunidade sindical para os representantes nas redações. Além de uma greve por aumento salarial, era um confronto contra a ditadura, como relata Juca Kfoury:

Queríamos fazer como os metalúrgicos. Vimos aquilo crescer, aquelas assembleias monstruosas, com uma voz que ia além da questão trabalhista, que confrontava com a ditadura. Sei que pode parecer infantil, mas era mais do que isso, era uma coisa generosa⁶.

A despeito do que foi a greve dos jornalistas em São Paulo, considerada ilegal e que resultou na demissão de duas centenas de trabalhadores, os jornalistas alagoanos deflagraram uma greve que foi um marco para a categoria, o que resultou em ganhos efetivos, como aponta Geraldo Majella:

Durante a gestão do jornalista Freitas Neto foi deflagrada a primeira greve dos jornalistas em Alagoas. A greve de 1979 conseguiu paralisar todas as redações e colocou os patrões na mesa de negociação. Houve ameaças de demissões, prisões de intervenção no sindicato, feitas pelo delegado Regional do Trabalho, José de Barros Sarmento, fiel, servil e entusiasta da ditadura militar em

⁵ CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Alagoas 1980-1992: a esquerda em crise**. Maceió: EDUFAL, LUMEN, ENGENHO, 1993. p. 25.

⁶ OLIVEIRA, Jéssica. "Greve dos jornalistas completa 35 anos; participantes discutem as consequências". Disponível em <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/66007/greve+dos+jornalistas+completa+35+anos+participantes+discutem+as+consequencias> Acesso em 08 de jul. de 2019.

Alagoas. Os jornalistas que dirigiram a greve não se deixaram amedrontar e conquistaram avanços importantes para a categoria⁷.

Após a greve, os jornalistas fizeram parte do grupo de sindicalistas que compuseram o Encontro Estadual da Classe Trabalhadora (ENCLAT). Na sua terceira edição, com Adelmo dos Santos compondo parte da comissão Pró-CUT⁸, o SINDJORNAL, em conjunto com outros sindicatos, rompeu com o Encontro denunciando as manobras dos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em consequência ao rompimento, o SINDJORNAL compôs a Frente Sindical que escolheria os delegados para a fundação da CUT-AL.

A partir do que foi escrito acima, nosso objetivo é traçar algumas hipóteses de pesquisas que atentem a responder a seguinte indagação: quais as motivações históricas e movimentos sociais que contribuíram e foram estruturados a partir da reorganização do sindicalismo (ou, como bem colocou a historiografia mais recente: “novo sindicalismo”) em Alagoas? Qual o papel do SINDJORNAL nessa nova política compreendida no espaço de tempo entre 1978-1983?

Tomaremos como abordagem central a construção de uma História do tempo presente: “Para tanto, propomos que o historiador assuma seu lugar no tempo presente, sendo capaz de analisar contextos históricos mais recentes e que têm fortes impactos nos eventos que se desdobram na vida contemporânea”⁹. Tempo presente esse que se pretende tornar mais entendível a partir de uma visão de pesquisa que priorize uma análise histórica dentro da perspectiva de uma “História Social”, como aponta o historiador inglês Eric Hobsbawm:

As tensões às quais a sociedade está exposta no processo de mudança histórica e transformação permitem então que o historiador exponha, em primeiro lugar, o mecanismo geral pelo qual as estruturas da sociedade tendem simultaneamente a perder e restabelecer seus equilíbrios e, em segundo lugar, os fenômenos que tradicionalmente são tema de interesse dos historiadores sociais, como, por exemplo,

⁷ MAJELLA, Geraldo. **Um jornalista em defesa da liberdade**. Recife: Bagaço, 2014. pp. 38-39

⁸ Adelmo dos Santos desempenhou um papel importante tanto na construção da CUT como na formação do diretório estadual do Partido dos Trabalhadores (PT) em Alagoas. Respaldo com o sucesso da greve de 1979, Freitas Neto seria secretário geral da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (FENAJ) e em 1983 seria eleito vereador de Maceió pela sigla do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – muitos comunistas tomavam a sigla emprestada por conta de o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se encontrar na ilegalidade.

⁹ MÜLER, Angélica. IEGELSKI, Francine. “O Brasil e o tempo presente”. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs). **O Brasil republicano**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p.22.

consciência coletiva, movimentos sociais e a dimensão social das mudanças intelectuais e culturais.¹⁰

É preciso destacar que este trabalho foi produzido em uma situação atípica. Vivemos desde março de 2020 uma pandemia devastadora que tirou a vida de milhões ao redor do globo. Algo sem precedentes na nossa história. Era evidente desde o início da pandemia que as pesquisas em curso seriam abaladas por conta dos efeitos deletérios do vírus mortal SARS-CoV-2, principalmente para nós que trabalhamos com a História do tempo presente e necessitamos fazer pesquisas em arquivos públicos e entrevistas orais.

Mesmo com todas as limitações e provações que passamos ao longo desses dois anos, não abandonamos os diálogos com as fontes orais e jornais de época. Ao contrário, utilizamos as matérias coletadas no processo de elaboração do projeto e adicionamos outras matérias a partir de visitas que fizemos ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), quando foram liberadas as visitas a partir do estágio avançado de vacinação no Brasil. Analisamos, ainda, as fontes orais da coleção de 11 (onze) DVDs denominada **Memória do Jornalismo alagoano**, lançada pela Secretaria de Estado e Comunicação do Governo de Alagoas em 2014 e realizamos uma entrevista de forma remota pelo Google Meet, que foi essencial para a construção do segundo capítulo. Além disso, abrimos o leque de fontes a partir de consultas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), que se mostrou uma importante ferramenta nesse período de pandemia.

Alicerçado na bibliografia existente e nas fontes coletadas construímos a dissertação em três capítulos:

1) O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO ENTRE OS ANOS DE 1964 E 1983. Neste capítulo iremos nos debruçar sobre a conjuntura política e econômica, internacional e brasileira, que ensejaram o retorno da classe trabalhadora como protagonista dinamizando a transição da ditadura para democracia e dando certas características relativas a avanços trabalhistas que não estavam postos. Iremos analisar tanto o golpe de 1964 e sua ação política de classe, intervindo nos sindicatos e colocando na ilegalidade os organismos intersindicais, como o fim do milagre econômico e a distensão lenta, gradual e segura sendo abalada pela entrada dos trabalhadores em cena.

2) A ELEIÇÃO DO SINDJORNAL DE 1978 E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NO MOVIMENTO SINDICAL ALAGOANO. Neste

¹⁰ HOBBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 121.

capítulo pretendemos analisar o contexto político alagoano com o intuito de trazer à luz os embates existentes na sociedade civil alagoana da época. Alagoas em 1978 era governada por Divaldo Suruagy, figura política alinhada com a ditadura e as elites alagoanas. Nesse sentido, iremos investigar a eleição de 1978 do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas, na qual uma chapa encabeçada pelo jornalista Freitas Neto, militante do PCB, ganha o pleito e inaugura um momento distinto do sindicalismo alagoano, até então controlado por interventores.

3) DA UNIDADE À RUPTURA: OS ENCLAT'S E A PARTICIPAÇÃO DOS JORNALISTAS ALAGOANOS NA CONSTRUÇÃO DE UM ORGANISMO INTERSINDICAL. Iremos analisar neste último capítulo a atuação do SINDJORNAL nas três edições do Encontro Estadual da Classe Trabalhadora (ENCLAT), que foram os encontros preparatórios para a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) que posteriormente, a partir de rupturas entre os chamados Sindicalistas Autênticos e a Unidade Sindical, iriam fundar dois organismos intersindicais: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Abordaremos os embates que foram travados ao longo das três edições do ENCLAT com o intuito de entender a opção feita pelo SINDJORNAL de compor a comissão Pró-CUT, visto que o sindicato desde 1978 possuía membros que, ou pertenciam a forças políticas distintas ou viriam a pertencer a novas forças políticas que traçariam leituras distintas para o movimento sindical.

2. O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO ENTRE OS ANOS DE 1964 E 1983.

No presente capítulo iremos nos debruçar sobre a conjuntura política e econômica, internacional e brasileira, que ensejaram o retorno da classe trabalhadora como protagonista, dinamizando a transição da ditadura para democracia e dando certas características relativas a avanços trabalhistas que não estavam postos. Iremos analisar tanto o golpe de 1964 e sua ação política de classe, intervindo nos sindicatos e colocando na ilegalidade os organismos intersindicais, como o fim do milagre econômico e a distensão lenta, gradual e segura sendo abalada pela entrada dos trabalhadores em cena.

2.1 1964: golpe de classe e intervenções nos sindicatos

Com o início da década de 1960 começou a ganhar corpo uma articulação golpista entre frações das classes dominantes brasileiras, vinculadas ao capital multinacional e associado¹¹, e setores militares para pôr fim ao interregno democrático iniciado a partir de 1945. Tal articulação logrou êxito no dia 31 de março de 1964 com a instalação de um regime de exceção que governou o Brasil ao longo de 21 anos.

Para a conformação do golpe foi necessária uma ampla rede propagandística que atuava no seio da sociedade civil com o intuito de mobilizar a opinião pública, política e ideologicamente, através de aparelhos privados de hegemonia¹² criados pela coalizão militar empresarial. Gradativamente, o Brasil foi lançado em um regime arbitrário e os militares, à revelia da constituição, atuavam através de atos institucionais para restringir as liberdades democráticas, prender e cassar direitos políticos daqueles que representavam o “perigo vermelho” ou a “República Sindicalista”.

¹¹ Capital multinacional e associado é um termo encontrado no trabalho seminal **1964 – a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe** do cientista político René Armand Dreifuss. Uma boa síntese do termo encontramos no artigo de Demian Melo e Rejane Hoeveler: “O termo multinacional-associado é cunhado por Dreifuss para descrever uma fração específica do capital que resulta do processo de associação entre capitais de origem forânea com capitais nativos, que se desenvolveu com ritmos diversos a partir da Segunda Guerra Mundial, quando o modelo da corporação americana se difunde pelo mundo, com a hegemonia dos EUA. Esse processo não é exclusivo do Brasil, mas aqui adquire características particulares devido às condições estruturais aqui encontradas, por exemplo, a existência de alguns setores industriais fundamentais. (Em outros países da América Latina, mais atrasados do ponto de vista econômico e que não ofereciam as condições prévias para a implantação da acumulação multinacional-associada, não se verificou esse processo).” MELO, D. B. de; HOEVELER, R. C. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 18, 2000.

¹² Aparelho privado de hegemonia ou aparelho hegemônico é um conceito do pensador italiano Antonio Gramsci. O conceito serve como chave interpretativa para compreender o exercício da hegemonia pelas mais variadas instituições, sejam partidos, sindicatos, clubes, jornais, revistas e etc. Ver o verbete Aparelho Hegemônico in: LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale. (org.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

O golpe de 1964 e os eventos que se sucederam até o ocaso da ditadura são objetos de estudo de uma vasta produção da historiografia brasileira. Isto enseja visões distintas sobre o que aconteceu no dia 31 de março de 1964. Não é objetivo do nosso estudo fazer uma avaliação ou balanço crítico da bibliografia sobre o tema, pois existem livros e artigos que suprem tal demanda¹³. De toda forma, é preciso caracterizar a natureza deste golpe, combatendo visões que tendem a restringi-lo a um mero golpe militar ou como se tivesse sido uma construção apoiada por parcelas significativas da sociedade brasileira – esta última versão que se tornou hegemônica na historiografia. A trama de março de 1964, como destaca Dreifuss, foi um movimento que levou a formação de governos que tiveram políticas com forte conteúdo de classe. Dreifuss foi o primeiro autor que cunhou o caráter “civil militar” do golpe. Porém, ele fez isso não como é usado comumente por uma parte significativa de historiadores, que ao que parece utilizaram um procedimento revisionista do termo para embasar suas teses nas quais revelam uma cumplicidade da sociedade brasileira. Ao contrário, o autor destaca o componente de classe do “civil”:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários¹⁴.

Ainda sobre a natureza do golpe, José Paulo Netto dedicou algumas linhas em seu livro **Pequena História da Ditadura Brasileira** para caracterizá-lo da seguinte forma:

O golpe não foi puramente um golpe militar, à moda de tantas quarteladas latino-americanas (os pronunciamentos dos “gorilas”) – foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras (e seus gestores, “gringos” e brasileiros)¹⁵.

¹³ Para um maior conhecimento acerca do revisionismo na historiografia do golpe de 1964 e da ditadura, ver: MELO, Demian B. de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. Além deste, conferir também: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (Org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

¹⁴ DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 417.

¹⁵ NETTO, José Paulo. **Pequena História da ditadura brasileira**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 74.

O golpe foi a solução política imposta pela coalizão militar-empresarial a crise econômica a qual o Brasil estava imerso desde o período em que Juscelino Kubitschek esteve à frente do país e ao governo democrático de João Goulart, que se configurava uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político aos traços mais deletérios das estruturas da sociedade brasileira. Destarte, para a consolidação do projeto político-econômico dos golpistas foi necessário reprimir qualquer tipo de resistência, principalmente vinda da classe trabalhadora, que no período que antecedeu o golpe se mobilizou em grande número pelas reformas de base, sendo o setor mais dinâmico e que tinha mais relação com o presidente deposto.

A repressão foi vital para desorganizar a classe operária e, paralelamente, para a reordenação capitalista no pós 1964, que sepultava as reformas de base, exigia a reorientação conservadora dos sindicatos, e o consequente rebaixamento dos salários, a fim de avançar no processo de acumulação monopolista e oligopolista que os capitais exigiam¹⁶.

Já nos primeiros instantes da concretização do golpe é possível mensurar o impacto e a situação que os trabalhadores foram impelidos a partir da ação política de classe dos golpistas:

Os militares e seus aliados civis, em particular no mundo empresarial, queriam, em grande medida, impedir o avanço da tão temida “República Sindicalista” e não foi à toa que as tropas militares comandadas pelo general Olímpio Mourão, na madrugada do dia 31 de março para o dia primeiro de abril de 1964, invadiram a Fábrica Nacional de Motores – símbolo do nacional-desenvolvimentismo da Era Vargas – localizada estrategicamente na estrada que liga Minas ao Rio, para prender e isolar os trabalhadores.¹⁷

Seguindo a escalada de repressão, os militares interviram em uma miríade de sindicatos e organismos intersindicais. O governo não necessitou criar leis específicas, mas recorrer ao arcabouço jurídico e aos dispositivos legais criados durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. Aprimorando e radicalizando a herança deste, os militares destituíram as direções mais combativas do sindicalismo, alçando interventores em seus

¹⁶ SANTANA. ANTUNES. Op. Cit., 2014, p. 131.

¹⁷ CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **As falas de Jerônimo**: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, jul. 2016. p. 133.

lugares, assim obtendo uma orientação conservadora/assistencialista dos sindicatos. Marcelo Badaró Mattos traz dados importantes acerca das intervenções dos militares:

Tão logo o golpe se consolidou, o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e quatro confederações). A cassação dos direitos políticos e a instauração de Inquéritos Policiais Militares contra os principais dirigentes sindicais cassados criaram, para os que conseguiram escapar da prisão imediata, a alternativa da clandestinidade ou do exílio.¹⁸

De acordo com Rafael Ferreira, das 433 entidades sindicais que sofreram intervenção entre os anos de 1964 e 1965, 42,22% se concentravam na região Nordeste, sendo a região que sofreu mais intervenções.¹⁹ O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas (SINDJORNAL), objeto deste estudo, sofreu intervenção nos primeiros momentos do golpe de 64, como aponta Edberto Ticianeli:

Valmir Calheiros, jornalista que viveu as mobilizações políticas dos anos 60 em Alagoas, ao depor na Comissão da verdade dos jornalistas alagoanos, forneceu informações importantes sobre as condições políticas do período em que Etienne Pires de Melo presidiu a entidade. Ele revelou que quando houve o golpe militar, em 31 de março de 1964, a categoria estava em greve e o Etienne foi preso. A paralisação acontecia em conjunto com os gráficos e reivindicava melhorias salariais. Valmir lembrou ainda que nesse período o Sindicato sofreu intervenção.²⁰

O trecho supracitado nos mostra duas situações que a partir da instauração da Ditadura Empresarial Militar foram impostas ao movimento dos trabalhadores: as dificuldades e privações que os trabalhadores tiveram para exercer o direito à greve e as intervenções nos sindicatos.

¹⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 49.

¹⁹ FERREIRA, Rafael Leite. **O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984):** entre mudanças e permanências. Orientadora: Maria do Socorro de Abreu e Lima. 2012. 360f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19126> Acesso em: 13 abril. 2022. p.106.

²⁰ TICIANELI, Edberto. “História da organização sindical dos jornalistas alagoanos”. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-da-organizacao-sindical-dos-jornalistas-alagoanos.html> Acesso em 08 de jul. de 2021.

Dois meses após a deflagração do golpe, a Lei nº 4.330, de 1 de junho de 1964, regulamentava e redefinia as exigências em que as greves seriam consideradas legais. A Lei de Greve proibia as greves para os funcionários públicos de todas as esferas da união e das empresas estatais, além de as proibir também para os trabalhadores dos serviços essenciais. Apenas greves por melhores condições de trabalho e salários eram permitidas, mas tinham que cumprir uma série de condições que impossibilitavam a formação dos movimentos paredistas. As greves que não cumpriam com as exigências, ou seja, as greves ilegais, a CLT estabelecia punições, suspensões ou demissões para os grevistas sem indenizações. Com o movimento sindical estrangulado, sem direções combativas à frente, o número de greves – que no período que antecedeu o golpe era substancialmente elevado – teve uma queda progressiva, totalizando 42 greves entre os anos de 1964 e 1974.²¹

Em relação as intervenções nos sindicatos, como foi exposto nos parágrafos anteriores, estas ocorreram de forma maciça nas diversas categorias do mundo do trabalho e regiões do país. Os interventores que ocupavam as direções dos sindicatos destituídos ou eram militares que cumpriam uma função de monitorar até estabelecer a “normalidade”, enquanto trabalhadores de confiança eram alçados aos postos, ou, na maioria dos casos, eram antigos sindicalistas que nos anos anteriores ao golpe haviam perdido as eleições dos sindicatos para o polo mais combativo do meio sindical (hegemonizado pelos Partido Comunista Brasileiro e Partido Trabalhista Brasileiro). Muitos destes antigos sindicalistas tinham relações com os Círculos Operários católicos e com entidades e corporações ligadas ao sindicalismo norte-americano.²² A respeito da penetração de entidades ligadas ao movimento sindical norte-americano, em particular ao Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL), Larissa Rosa Corrêa destacou:

Tendo como missão defender os interesses políticos e econômicos, assim como as ideias sobre as relações trabalhistas norte-americanas no país, o IADESIL buscava, por meio da nada ambiciosa tarefa de educar o sindicalismo brasileiro, direcionar a nação para o caminho da “liberdade” e da

²¹ RIBEIRO BARROS SILVA, Ana Beatriz. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital:** acidentes de trabalho, prevençionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira. Orientadora: Christine Paulette Yves Rufino Dabat. 2016. 423 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18673> Acesso em: 14 de abril. 2022. p. 90, Cf. Capítulo segundo.

²² MATTOS. Op. Cit., p. 49.

“democracia”. Além da formação de líderes sindicais anticomunistas, a entidade participava de uma série de atividades como parte dos chamados “projetos de impacto”, que envolviam programas assistenciais, como a construção de conjuntos habitacionais de baixo custo, a formação de cooperativas de crédito, a assistência técnica na área de agricultura, o fornecimento de medicamentos, a viabilização de serviços comunitários, o financiamento de encontros educacionais periódicos, nacionais e internacionais, além da publicação de livros e panfletos fartamente distribuídos nas bibliotecas sindicais.²³

A atuação do IADESIL no Brasil antecede o golpe, vários cursos e intercâmbios foram promovidos pela entidade com o intuito de formar e educar uma coluna de trabalhadores que representassem os interesses de um sindicalismo de mercado no país. Com a consolidação da conspiração de março, toda essa engrenagem, que fora arquitetada antes, começou a funcionar e estes sindicalistas formados pela IADESIL, à frente dos sindicatos, serviram de correia de transmissão dos mandatários da Ditadura Militar e caçaram com afínco os seus antigos adversários.

A partir desse estado de coisas que os trabalhadores foram submetidos, o caminho estava pavimentado para a concretização da política econômica da Ditadura Empresarial-Militar que ocasionou transformações profundas na classe trabalhadora brasileira.

Com a implementação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi instaurada a política de arrocho salarial, a partir da publicação da circular nº 10, que fixava de forma unilateral tanto os aumentos salariais quanto as datas em que estes deveriam ser concedidos. Foi uma política salarial que atingiu a grande massa de trabalhadores e que possibilitou um nível de superexploração²⁴ e espoliação que atraía os capitais multinacionais.

No mesmo bojo do pacote de restrições dos direitos dos trabalhadores e maximização da exploração, um grupo de empresários e técnicos criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que abolia a estabilidade no emprego dos trabalhadores com mais de dez anos de serviços prestados a uma empresa. Dreyfuss nos

²³ CORRÊA, Larissa Rosa. **Disseram que voltei americanizado: Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017. p. 68. Grifos nossos.

²⁴ A respeito do conceito de superexploração, entendemos que: “A forma mais evidente de superexploração é a contratação do trabalhador por baixo do valor da força de trabalho – ou a conversão de parcela do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital. É o que grosso modo denomina-se arrocho salarial, a perda do poder de compra dos salários.”: LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **REVISTA Soc. Bras. Economia Política**. São Paulo, nº32, p.119-141, junho-2012. p. 123.

mostra como o FGTS foi pensado e executado por quadros do IPES que faziam parte do governo:

O FGTS foi criado por uma equipe de tecno-empresários liderada por Roberto Campos, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva e Mário Trindade, um amigo do Ministro do Planejamento. A equipe envolvida no projeto compreendia Mário Henrique Simonsen, José Américo de Sá (estatístico do Banco Bozzano Simonsen, pertencente a Mário H Simonsen), o associado do IPES e empresário Moacyr Gomes de Almeida, Jayme da Silva Menezes (burocrata do Instituto de Resseguros do Brasil), o advogado Sérgio Coelho e João José de Souza Mendes, o secretário.²⁵

A implementação do FGTS teve um forte impacto na vida dos trabalhadores.²⁶ Por um lado, aumentava a rotatividade dos empregos gerando um rebaixamento dos salários e uma insegurança nos trabalhadores, pois sempre que um trabalhador era demitido por uma empresa e começava a trabalhar em outra ele recomeçava no nível salarial mais baixo. De outra forma, eliminava o poder de pressão e reivindicatório daqueles trabalhadores com mais de dez anos de trabalho, que se tornavam lideranças naturais das suas categorias. Estes trabalhadores encontraram uma série de dificuldades para encontrar empregos e quando conseguiam era uma situação extremamente instável, porque travaram lutas salariais anteriormente e eram ameaçados de demissão constantemente, além de serem pessoas mais velhas, o que acabava criando uma resistência das empresas nas contratações.

Com o FGTS, que suprimia a estabilidade empregatícia e aumentava a rotatividade dos empregos, e uma política salarial de orientação conservadora que erodia o salário real e diminuía o poder de compra, os trabalhadores não tiveram outra alternativa que não fosse a extensão da jornada de trabalho. Estes foram alguns dos pontos nevrálgicos que possibilitaram o chamado “milagre econômico”, modelo de prosperidade da ditadura que mostrava de forma clara o caráter de classe da ditadura.

²⁵ DREYFUSS. Op. Cit., p. 440.

²⁶ Em Alagoas, entre os anos de 1964 e 1975 foram feitas 344 reclamações referentes ao FGTS, figurando entre as principais reclamações dos trabalhadores na Justiça do Trabalho. Isto mostra o impacto que esta medida teve no Estado. Ver: GUSMÃO, Renata Carla Silva de. **Trabalhadores da construção civil e justiça do trabalho durante a ditadura-empresarial militar em Alagoas**. Orientador: Osvaldo Batista Acioly Maciel. 2019. 107f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2019. p. 70.

Diante dessas medidas do governo, os sindicatos – tomados por interventores – se encarregaram de esvaziar o seu conteúdo de classe. As reivindicações das categorias no âmbito político e econômico foram postas de lado e os interventores se dedicaram ao máximo em fazer gestões que aumentassem os patrimônios físicos dos sindicatos e o setor assistencial, aproveitando as verbas do imposto sindical.²⁷

Em 1967, numa conjuntura de ascensão das lutas antiditatoriais, uma parcela significativa de trabalhadores criou o Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA)²⁸, sendo uma alternativa à estrutura sindical legal. Estes ativistas, em sua maioria, tinham relações com o polo mais combativo do sindicalismo pré-golpe. No plano político, já havia se formado no ano anterior a Frente Ampla que reunia políticos de diversas matizes ideológicas e sindicalistas com o intuito de retornar as eleições e combater as perseguições políticas.

Na esteira das manifestações contra a ditadura, em 1968 eclodiram duas grandes greves nas cidades industriais de Contagem (MG) e Osasco (SP). Em Contagem o enfrentamento gerou concessões às reivindicações dos grevistas. Já em Osasco a greve foi considerada ilegal e o movimento sofreu uma forte repressão. Estas foram as duas últimas grandes mobilizações dos trabalhadores desse período.

Com o recrudescimento da ditadura, após a promulgação do Ato Institucional Número 5 (AI-5) no final de 1968, os trabalhadores só retornaram a fazer greves de grande porte no ano de 1978 com as lutas operárias do ABC paulista. Contudo, os trabalhadores travaram suas lutas nos seus locais de trabalho de forma silenciosa, como as operações tartarugas e outras táticas que tiveram uma grande importância, pois gestaram as oposições sindicais que foram de enorme relevância no surgimento do “Novo Sindicalismo”, como é ressaltado por Larissa Correa e Paulo Fontes:

o chamado “novo sindicalismo” não surgiu da noite para o dia, foi, de fato, resultado de uma luta silenciosa e de uma resistência cotidiana travada no

²⁷ MATTOS. Op. Cit., p. 51.

²⁸ SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. **O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil**. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). **História do marxismo no Brasil, partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas: Editora da Unicamp, volume 6, 2007. p. 380.

espaço fabril, nos locais de trabalho e moradia, frequentemente às margens dos sindicatos, nas franjas da repressão.²⁹

2.2 O fim do “milagre econômico” e a distensão lenta, gradual e segura

O início da transição da ditadura para a democracia é demarcado temporalmente pela posse de Ernesto Geisel em 15 de março de 1974 e pela edição do Pacote de Abril em 1977.³⁰ Os cinco anos do seu governo foram marcados pela crise do “milagre econômico”, fruto de uma crise econômica internacional que teve seus desdobramentos no Brasil, e pela distensão da ditadura.

No plano político internacional do início da década de 1970, os Estados Unidos – superpotência global e “modelo” de democracia ocidental – vivenciava uma perda de prestígio significativa; o escândalo de Watergate entre 1973 e 1974, no caso das escutas clandestinas na Casa Branca, e o acordo de cessar fogo de 1973 da guerra do Vietnã, que culminaria na retirada das tropas estadunidenses e numa mudança política de valorização dos direitos humanos e regimes democráticos a partir do governo de Jimmy Carter.³¹ Já no plano econômico, a junção do fim do acordo de Bretton Woods, no qual os EUA abandonavam o padrão ouro, com a crise do petróleo de 1973, fruto da retaliação realizada pela Organização dos Países Produtores do Petróleo (OPEP), que teve como objetivo pressionar os países ocidentais a partir da elevação do preço do petróleo cru, gerou um cenário econômico de crise que teve repercussão no Brasil, que era o principal importador de petróleo do chamado “Terceiro mundo”.³² Foi o início da crise do “milagre”.

A crise econômica internacional teve impacto no Brasil já no ano da posse de Geisel, 1974. José Paulo Netto apresenta dados importantes no que concerne ao ritmo

²⁹ CORREA; FONTES. Op. Cit., p. 10.

³⁰ MACIEL, David. **A Argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 85.

³¹ TEIXEIRA da SILVA, Francisco Carlos. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs). **O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 250.

³² Para uma análise mais robusta acerca dos desdobramentos e o impacto global destes dois eventos (o fim do acordo de Bretton Woods e a crise do petróleo) ver: CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. Além deste, ver também: HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

decrecente do Produto Interno Bruto (PIB) e na inflação galopante dos anos subsequentes à posse de Geisel:

Que o ‘milagre’ chegava ao fim, Geisel e sua equipe logo o constataram: se o PIB crescera 14% em 1973, esta taxa caiu para 8,2% em 1974 e bateu os 5,1%, em 1975. O crescimento da indústria indicava mais eloquentemente o que estava se passando: os extraordinários 17,03% de 1973 caíram para 8,4% em 1974 e não foram além de 4,9% em 1975. E a inflação avançava: 28,6% em 1973, 27,8% em 1974 e preocupantes 41,2% em 1975. Estavam claros os estrangulamentos com que se defrontava a economia brasileira, determinados pela sua dinâmica interna; a questão era escolher e definir o rumo a seguir. Geisel não considerou nenhuma alternativa senão a continuidade do crescimento econômico, mesmo nas condições internacionais adversas (que são sinalizáveis com um único dado: na conjuntura em que o barril do petróleo cru triplicou de preço em semanas, o Brasil importava 80% do petróleo que consumia) – seria uma espécie de ‘marcha forçada’ do crescimento. A opção desenvolvimentista de Geisel estava conectada à sua estratégia política – seria realmente muito difícil conduzir a distensão num quadro de estagnação ou, pior ainda, de recessão econômica.³³

Com a que crise econômica que se avizinhava e já apresentava seus efeitos deletérios em termos de crescimento econômico, o projeto de distensão da ditadura era discutido internamente com a urgência de alicerçar a ditadura em outros pilares que não fosse exclusivamente o da repressão. Era necessário levantar algumas bandeiras da resistência democrática³⁴, mas com ponderação e dentro dos marcos do regime de segurança nacional sem que fosse democratizado todo o sistema político. Para isso, Geisel nomeou militares que compunham a chamada “linha dura” da caserna para os ministérios militares e os centros de informações, ao mesmo tempo que depurava aquilo que chamava de “excessos” da ditadura e imprimia um forte controle dos mecanismos de repressão.³⁵ Além disso, para dar maior credibilidade e legitimidade, Geisel investiu no partido da ditadura, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), para as eleições de 1974 se baseando nos resultados eleitorais do partido nos anos que antecederam o seu mandato, algo que seus antecessores não fizeram ao longo dos seus mandatos.

Foi nesse contexto que o projeto distensionista de Geisel e Golbery de Couto e Silva era lançado, seguindo o ritmo lento, gradual e seguro. A exemplo de que esta distensão se daria conservando o caráter repressivo sem desmontar a institucionalidade

³³ NETTO. Op. Cit., p. 187-188.

³⁴ Idem, p. 177.

³⁵ Idem

autoritária e seus mecanismos, basta recordar a onda repressiva desencadeada contra as organizações de esquerda a partir do ano de 1974:

O propalado projeto de abertura não impediu prisões, atentados e assassinatos políticos: no início do ano de 1974, dois jovens militantes da Ação Popular Marxista-Leninista/APML, Eduardo Collier e Fernando Santa cruz, foram presos e considerados “desaparecidos”. No ano seguinte, David Capistrano e José Roman, militantes do PCB foram sequestrados. Ainda em 1975, o jornalista Vladimir Herzog, ligado ao PCB, foi preso e assassinado nos porões do II Exército. No ano seguinte foi a vez do líder operário, também militante do PCB, Manoel Fiel Filho. Também em 1976, a estilista Zuzu Angel, que denunciava o desaparecimento de seu filho Stuart Angel, foi morta num estranho acidente de carro que nunca ficou esclarecido. Nesse mesmo ano, grupos direitistas lançaram bombas nas sedes da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), no Rio de Janeiro, e do Cebrap (Centro de Estudos Brasileiros de Pesquisa), em São Paulo. No final de 1976 a polícia invadiu uma reunião do comitê central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na Lapa, em São Paulo, tendo sido mortos quase todos os dirigentes que aí se encontravam, entre eles Pedro Pomar.³⁶

É notório que o projeto de abertura política era cheio de contradições, mas cumpria com o ideal de “democracia forte” que os militares almejavam; derrotar as organizações de esquerda e restabelecer a “ordem” ao seu modo, o intuito era controlar o processo pelo “alto”.

Nas eleições de 1974, para dar um “ar democrático” à ditadura, os militares recuaram na coerção e fizeram eleições mais “livres” com acesso à televisão e rádio, para dar uma maior legitimidade e também porque estavam crenes de que a vitória seria certa, visto o resultado das eleições passadas, que contavam ainda com a fase áurea do “milagre econômico”. No entanto, o resultado foi desastroso para os planos do projeto de distensão de Geisel-Golbery. Pela primeira vez, desde a promulgação do bipartidarismo, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido da oposição, conseguiu a maior porcentagem dos votos para o Senado e os militares perderam as eleições nos principais estados da federação, vencendo apenas na Bahia, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Pará e Alagoas.³⁷

A vitória do MDB nas eleições de 1974 foi um marco da luta democrática. Em que pese o seu caráter de oposição liberal e não antagônica ao projeto de distensão dos

³⁶ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Lutas democráticas contra a ditadura**. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil**. Volume. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 324-325.

³⁷ FERREIRA. Op. Cit., p. 127.

militares, o MDB cumpriu com uma tarefa importante na luta pela redemocratização. Pois a partir da vitória eleitoral, diversos segmentos das classes subalternas, que antes estavam invisibilizados com a repressão que se assentou com o golpe de 64, começaram a se organizar, como afirma David Maciel:

No entanto, é importante ressaltar que, apesar destes limites, o MDB recebeu o apoio de inúmeros aparelhos de hegemonia com uma perspectiva antiautocrática, como os movimentos sociais que começavam a se organizar e alguns partidos da esquerda marxista. Como já adiantamos, nessa etapa ocorreu um processo de construção de inúmeros aparelhos de hegemonia das classes subalternas na forma de diversos movimentos sociais, como as comunidades eclesiais de base, as associações e os movimentos por segmentos específicos (estudantes, mulheres, negros). Geralmente surgidos nas grandes cidades (de maneira exemplar, na Grande São Paulo), mas com influência no meio rural, tais movimentos se articularam inicialmente em torno de demandas específicas, que definiríamos como econômico-corporativas (melhores salários e condições de trabalho, serviços urbanos, assistência social/pública), e/ou de formas novas de sociabilidade, que possuíam um conteúdo ético antiburguês e antiindividualista e resgatavam a ação comunitária, a solidariedade, a ajuda mútua e a auto-organização.³⁸

A morte de Vladimir Herzog, o Vlado, em 1975, após a vaga repressiva que desestruturou diversas agremiações de esquerda, gerou comoção em diversos setores da sociedade, como a ala progressista da Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Apesar da estrutura montada pela polícia, milhares de pessoas se mobilizaram para assistir ao culto de sétimo dia da morte do Vlado. Além de ser uma atividade de cunho religioso, era um protesto, pois a sociedade brasileira desacreditou a teoria de suicídio inventada pelos militares. Ao mesmo tempo que mostrava a conservação da estrutura repressiva do estado, nesse estágio de distensão da ditadura, a morte do Vladimir Herzog demonstrou que amplos setores da sociedade civil começavam a se mobilizar rompendo com o silêncio ao qual foram impelidos após o golpe, como apontou Vinícius Caldeira Brant:

Um momento de inflexão na resistência ao regime ditatorial deu-se em 1975, depois do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em dependências do Exército. O culto ecumênico celebrado na Catedral da Sé, de que participaram mais de 8 mil pessoas, demonstrou que se estava ultrapassando o período das denúncias isoladas e das reclamações dubitativas diante dos crimes dos órgãos de segurança. A união das principais comunidades religiosas e a presença de representantes das associações civis, dos sindicatos, do movimento estudantil,

³⁸ MACIEL. Op. Cit., p. 105.

de personalidades conhecidas de todas as camadas sociais, revelaram o repúdio da maioria da sociedade à ação repressiva do Estado.³⁹

Acossados pela derrota eleitoral de 1974 e pelo surgimento de movimentos contestatórios à ditadura, os militares criaram medidas de restrição aos planos da distensão com o objetivo de sustar o descontentamento que ia se afluando e ganhando capilaridade em diversos setores da sociedade. Com os problemas econômicos advindos da crise do “milagre”, a insatisfação não se restringia aos operários e às camadas médias urbanas. Frações do empresariado que eram de grande importância política para a ditadura, pois tiveram participação na efetivação do golpe de 64, começavam a debandar para o apoio ao MDB, a chamada oposição liberal. A respeito dessa migração de setores que deram sustentação ao golpe, José Paulo Netto destaca:

Havia indicadores mais evidentes de deslocamento, já referido e ainda discreto, de setores empresariais (mostrado no Manifesto dos Oito); personalidades públicas que participaram da sustentação do regime afastavam-se abertamente dele e engrossavam as fileiras da oposição – Severo Gomes, o ex-ministro, agia às claras para articular uma candidatura presidencial alternativa à chapa bancada por Geisel; um senador destacado como Teotônio Vilela assumia a defesa radical do Estado de Direito Democrático, rompia com a postura servil da ARENA, apresentava em 1978 o seu Projeto Brasil e era recebido pela oposição como “o menestrel das Alagoas”. Até segmentos apoiantes do regime sensibilizaram-se quando, em 8 de agosto de 1977, Gofredo da Silva Telles Jr., respeitado professor da USP (instituição que dera à ditadura dois ministros da Justiça extremamente reacionários), fizera a leitura pública, na histórica Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da sua Carta aos brasileiros, forte defesa da democracia política que foi subscrita por dezenas de figuras representativas e destacadas do mundo jurídico e acadêmico.⁴⁰

A promulgação da Lei Falcão em 1976 foi a primeira medida dos militares em relação ao que foi a derrota eleitoral de 1974. A lei restringia a propaganda eleitoral a exibição da foto e currículo do candidato, não tinha mais a difusão das propostas dos candidatos na televisão e nem no rádio. Esta foi aplicada nas eleições de 1976 e 1978 tendo um resultado favorável ao ARENA, garantindo uma sobrevivência ao Partido oficial do governo, mas já demonstrando um desgaste dentro do bloco no poder.

³⁹ BRANT, Vinícius Caldeira. **Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo**. In: SINGER, Paul.; BRANT, Vinícius Caldeira. (Org.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1983. p.23.

⁴⁰ NETTO. Op. Cit., p. 202-203.

Em 1977 foi lançada uma série de medidas restritivas, o chamado “Pacote de Abril”. O “Pacote de Abril” foi editado em um contexto de disputas entre a oposição à ditadura e os militares e no meio de fricções dentro do próprio bloco no poder. Francisco Carlos Teixeira da Silva sintetiza estas disputas:

É um momento de impasse, em que a oposição, fortalecida pelas vitórias nas urnas, exigem maiores concessões, e o poder militar, pressionado na sua retaguarda pela linha dura, procura manter o controle do processo de abertura, bem como de seus objetivos iniciais. O impasse avoluma-se e a crise eclode em abril de 1977, quando, após uma série de desentendimentos entre o MDB e os projetos do governo, Geisel acusa a oposição de montar uma ditadura da maioria, negando-se a votar alterações desejadas da constituição. Assim, fecha o Congresso Nacional e edita uma série de medidas de alteração da ordem constitucional. É o Pacote de Abril.⁴¹

Nas eleições de 1978 os militares acumularam outra derrota. Mesmo com todas as reformas de caráter restritivo, o partido oficial da ditadura não conseguiu um resultado expressivo nos votos, que diminuía e a maioria que os militares concentravam no poder Judiciário e Legislativo era contestada. O contexto de crise de hegemonia da ditadura, que apresentava fissuras do bloco no poder e nas frações da burguesia nacional que davam sustentação aos militares, em conjunto com a ascensão dos movimentos sociais⁴², a partir de um momento de inflexão que já fora destacado com o culto ecumênico da morte do Vlado, refletiram nas derrotas eleitorais sucessivas que os militares ajuntavam.

É importante destacar que no primeiro trimestre de 1977 pululavam diversas manifestações estudantis, tendo como epicentro a Universidade de São Paulo (USP). Animados com a conjuntura internacional, em especial com as lutas antiditatoriais na Espanha de Franco entre 1976 e 1977, os estudantes protagonizaram as primeiras passeatas após a promulgação do AI5 em 1968. Segundo Laís Abramo:

Nesse exato momento, o movimento estudantil paulista, ao travar mais uma de suas lutas de resposta à repressão (protesto contra a prisão de operários e estudantes no 1º de maio), obteve uma repercussão inesperada. Da mesma

⁴¹ TEIXEIRA. Op. Cit., p. 267.

⁴² De acordo com o sociólogo Eder Sader, os principais movimentos sociais, que despontavam nesse período, se constituíram a partir da crise de três instituições: “crise da Igreja Católica”, “crise do sindicalismo”, “crise das esquerdas”. SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 11.

forma que acontecerá com os sindicalistas de São Bernardo em maio de 1978, sua liderança será surpreendida pela amplitude da adesão das bases ao ato público de protesto às prisões realizado no dia 3 de maio e na passeata que, dois dias depois, enchia pela primeira vez as ruas do centro da cidade de São Paulo de manifestantes de oposição, após quase uma década de ausência, recuperando assim, para a cidadania, o espaço público de manifestação. Surpreendente será também a repercussão social que o movimento irá adquirir.⁴³

Com a edição do “Pacote de Abril”, já era patente o refluxo do movimento estudantil. Estas medidas restritivas marcaram o fim da etapa inicial do processo de distensão promovido por Geisel. A longa citação que se segue sintetiza o significado do “pacote” no processo de transição:

Por alterar de tal modo as condições de reativação da representação política, o Pacote de Abril marcou o fim de uma etapa no processo de transição à democracia, pois prorrogou o projeto distensionista sob o reforço do cesarismo militar para o próximo governo. Ou seja, a intervenção seletiva promovida pelo governo através do “pacote” manteve em suas mãos o controle do processo sucessório e impediu que a reativação da representação política invertesse a supremacia da representação burocrática no interior da sociedade política. As novas dificuldades impostas ao MDB, a potencialização do peso político e eleitoral da ARENA, a transferência de atribuições ligadas à salvaguarda da ordem do Executivo para o Judiciário e o Legislativo permitiram que o projeto distensionista continuasse dirigindo o processo de transição, mesmo que a sociedade política fosse cada vez mais pressionada pelos conflitos e contradições sociais. Por isso, o Pacote de Abril não foi um ato de reversão dos propósitos distensionistas do governo, mas um ato de afirmação da capacidade do governo conduzi-lo, mesmo que sob o acirramento das contradições civis e militares do bloco no poder. Diante disso, o estabelecimento da democracia e o desmonte da institucionalidade autoritária só se realizaram, na melhor hipótese, a partir do próximo governo militar.⁴⁴

Foi nesse contexto de crise política da ditadura que em 1978 foi formado o movimento paredista em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. As campanhas salariais iniciaram no começo da década de 1970, acontecendo paralisações entre 1973 e 1974, mas o estopim foi em 1977 após a revelação feita pela imprensa que Delfim Neto, ministro da fazenda, manipulou os dados concernentes ao aumento do custo de vida, o que acarretou uma perda salarial acumulada de mais de 30% para diversas categorias de trabalhadores.⁴⁵ Iniciada em maio de 1978 na fábrica da Saab Scania de São Bernardo, a

⁴³ ABRAMO, Laís. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000. p.189.

⁴⁴ MACIEL. Op. Cit., p. 150.

⁴⁵ ABRAMO. Op. Cit., p.193.

greve se espalhou para outras fábricas e cidades do cinturão industrial de São Paulo. Era iniciado o ciclo de greves dos trabalhadores que dinamizou o processo de reabertura política.

2.3 As greves do ABC paulista e a reorganização do movimento sindical

As greves operárias do final da década de 1970 surgem em um contexto de distensão da ditadura e ascensão dos movimentos sociais. Como fora destacado, em 1977 o movimento estudantil protagonizou as primeiras manifestações públicas de caráter contestatório à ditadura desde a edição do AI5 em 1968, a famosa palavra de ordem “Abaixo a Ditadura” é ecoada a partir destas mobilizações estudantis. A greve de 1978 em São Bernardo foi a primeira greve de grande porte após as greves de Contagem e Osasco e se espalhou como rastilho de pólvora nas outras cidades do ABC paulista.

Contudo, compreendemos que este ciclo de greves não foi um “raio em um dia ensolarado”. Apesar de considerarmos que a greve de São Bernardo não acontece com data marcada, mas de modo fortuito em relação ao sindicato oficial, a longa luta silenciosa que os trabalhadores travaram nos anos de chumbo e a experiência de resistência nas fábricas foram de grande importância para a deflagração desta e de outras greves que marcaram o início da reorganização do movimento sindical.

Em São Bernardo, desde o início da década de 1970 os trabalhadores se organizavam, em torno da estrutura sindical vigente, nas campanhas salariais como alternativa à política salarial anual imposta pelos militares:

A marca principal das campanhas salariais desenvolvidas pelo sindicato nos primeiros anos da década (1970 a 1974) foi o esforço constante no sentido de abrir um espaço de negociação com os empresários que pudesse significar a libertação da camisa de força representada pela política salarial em vigor, ou seja, pelos reajustes oficiais de salário decretados anualmente pelo governo. O argumento insistentemente utilizado nessas campanhas era a existência de uma grande defasagem entre os reajustes salariais recebidos e o aumento do custo de vida e da lucratividade das empresas.⁴⁶

⁴⁶ Idem, p.156.

Entre os anos de 1973 e 1974 ocorreram diversas paralisações nos setores mais qualificados das grandes empresas em São Bernardo. Os trabalhadores, além de constituírem uma forte pressão em relação a classe patronal e conseguirem arrancar as antecipações salariais, foram capazes de obter uma mudança política nos rumos do sindicato.⁴⁷ Mas foi em 1977, a partir da revelação dos dados maquiados do ministro da fazenda, que a campanha salarial deu um salto de qualidade e conseguiu tornar visível para a sociedade as movimentações dos trabalhadores. Em 1978 explodiram as péssimas condições de trabalho, os problemas econômicos advindos da crise, a inflação e arrocho salarial e a repressão em um novo estágio da distensão com o “Pacote de Abril”. Estes fatores combinados com as movimentações dos operários desde o início da década de 1970 contribuíram para a deflagração da greve de 1978 em São Bernardo.

A greve iniciada em 12 de maio de 1978 na fábrica da Saab Scania foi encerrada após 4 dias com um acordo verbal entre o sindicato e a direção da empresa. Este acordo não foi cumprido pela Scania por conta da forte pressão que outros setores automobilísticos fizeram com medo de abrir um precedente para os trabalhadores de suas fábricas. Com isso, os 20% de reajuste salarial exigidos pelos trabalhadores se tornaram apenas 4%.⁴⁸ Apesar da mobilização ter sido “derrotada” em termos salariais, esta serviu de referência para os trabalhadores que ousavam romper com os limites impostos pelos militares com a Lei de Greve. A exemplo disto, Marco Aurélio Santana nos mostra como se espalhou rapidamente por outras cidades do ABC paulista os movimentos grevistas:

Mas as mobilizações por fábrica já se alastravam pelo ABC paulista. No dia 15 de maio, para a Ford, e no dia 16, a Volkswagen. Apesar da posição do TRT de considerar as greves ilegais, isto foi o início de uma onda mobilizatória que alcançou grandes, médias e pequenas empresas, desenvolvendo tipos variados de greve e com duração diversa, chegando a alcançar outros municípios, como Osasco e São Paulo. A mobilização acaba por atingir outros setores da economia, trazendo preocupação para todo o patronato e para o governo militar.⁴⁹

⁴⁷ A subida de Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, à presidência do sindicato, em 1975, se deu pelo fortalecimento da fração que propunha mudanças políticas nos rumos do sindicato e inovações nas práticas sindicais. No final da década de 1970, Lula seria o símbolo do “novo sindicalismo” e das lutas sindicais contra a ditadura. Também foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, sendo alçado como principal liderança do partido. Cf. ABRAMO. Op. Cit., p.171-183

⁴⁸ SANTANA. Op. Cit., p. 288.

⁴⁹ Idem, p. 288.

O ano de 1979 foi marcado por novas greves. Segundo Ricardo Antunes, mais de três milhões de trabalhadores se colocavam em movimento no ano seguinte da primeira greve de São Bernardo: “Se em 1978 pode-se falar em meio milhão de trabalhadores em greve, no ano seguinte este quantum atinge a soma de 3.241.500 trabalhadores”.⁵⁰ Estas greves já não eram mais exclusivas dos metalúrgicos do ABC, outras categorias, como professores, bancários, jornalistas e etc. despontavam em diversas regiões afora do Sudeste brasileiro. Era uma verdadeira ascensão do movimento dos trabalhadores, a classe trabalhadora recomeçava a ganhar musculatura.

Além do reemergir da classe trabalhadora nesse contexto de distensão no biênio 1978/79, é importante ressaltar que a ditadura passava por mudanças institucionais significativas a partir de um momento de inflexão da disputa eleitoral. O caráter plebiscitário, que se configurava uma vantagem pelo bipartidarismo, se tornou um obstáculo para os militares. O voto ao MDB nas eleições de 1978 não era só um voto de confiança no partido, mas também uma forma de protesto, o que acabava fortalecendo a oposição à ditadura. Destacamos desse conjunto de mudanças institucionais promovidas pelos militares: a abolição do AI5, a lei da anistia de 1979 do Governo Figueiredo e a reforma partidária que findava com o bipartidarismo.

Se no início da década de 1970 podemos afirmar que a classe trabalhadora se encontrava privada de sua representação mais combativa, com as perseguições e intervenções promovidas pelos militares, na década de 1980 assistíamos um momento profícuo do movimento dos trabalhadores. A criação do Partido dos Trabalhadores (PT)⁵¹, em 1980, e de organismos intersindicais pouco tempo depois, mostra a riqueza desse ressurgimento dos trabalhadores na cena política brasileira. O retorno dos trabalhadores também foi marcado pela presença do que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”, caracterizado por novas práticas sindicais e surgido dentro do próprio desenvolvimento econômico desenfreado da Ditadura Empresarial Militar.

A amplificação e o avanço do movimento sindical desaguaram na urgência de uma unificação que pudesse fortalecer e dar uma coordenação nacional. Isto ensejou visões acerca de práticas e orientações distintas entre grupos que disputavam a liderança do

⁵⁰ ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. Campinas: Editora Pontes, 1995. p. 12.

⁵¹ Em 1978 se iniciou o debate acerca da criação de um partido dos trabalhadores. Em 1979 começou a ganhar corpo uma articulação nacional e uma carta de princípios, já com a sigla PT, foi lançada. Porém, só em 1980 o partido é fundado oficialmente. Para mais informações ver: SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

movimento dos trabalhadores. A grosso modo, podemos identificar dois grupos ao longo deste processo. De um lado, os chamados “sindicalistas autênticos”, que se concentravam em torno dos metalúrgicos do ABC, mas que incorporavam outras categorias em diversas regiões do país que compunham as Oposições Sindicais, era autodenominado de bloco combativo. Este agrupamento seria a base do “novo sindicalismo”. De outro, a Unidade Sindical, que agregava as lideranças tradicionais do movimento sindical e os militantes do PCB, PCdoB e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Estes dois grupos viriam a ser a base de sustentação das duas entidades intersindicais que foram criadas na década de 1980.

Além do acirramento nas disputas no meio sindical, no que concerne a práticas e orientações, fatores de ordem política de combate a ditadura colocavam estes dois grupos em campos opostos:

Um outro elemento de peso na separação dos blocos, que nem sempre é indicado em sua devida relevância, diz respeito à divergência acerca da política mais geral em termos do combate à ditadura e quanto aos processos de encaminhamento da transição para a democracia. O bloco “combativo”, em grande parte via PT, defendia um combate direto ao regime a partir do centro sindical e da organização e demandas dos trabalhadores. Já a Unidade Sindical, se tomarmos como exemplo as posições do PCB, que de alguma maneira espelhavam outras propostas, visava a evitar enfrentamentos diretos com o regime, conquistar o apoio de amplos setores da sociedade, trabalhando firmemente no sentido de enfraquecer o regime militar e garantir a continuidade do processo de transição, ainda que isto pudesse significar uma certa redução do ímpeto dos movimentos reivindicativos dos trabalhadores.⁵²

Apesar de visões distintas acerca de como deveria se encaminhar o combate a ditadura⁵³, estes embates geraram um período extremamente fértil para o movimento dos trabalhadores. A classe trabalhadora voltava a ter uma participação ativa na vida política brasileira. O primeiro momento de greves que reivindicavam melhorias salariais e de condições de trabalho dava lugar para um segundo momento que pautava um novo tipo de organização sindical a nível nacional e os rumos da redemocratização. Como veremos adiante, estas tendências e projetos distintos terão suas mediações específicas no caso alagoano.

⁵² SANTANA. Op. Cit., p. 291.

⁵³ Os combativos consideravam a estratégia da Unidade Sindical como conciliadora e que obedecia ao projeto distensionista dos militares, já a Unidade sindical avaliava como esquerdista e desestabilizadora a estratégia dos combativos.

Em 1981 aconteceu a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I Conclat) em Praia Grande (SP) entre os dias 21 e 23 de agosto. O encontro reuniu 5.427 trabalhadores urbanos e rurais, representando todos os setores do movimento sindical brasileiro, com o intuito de apresentar e debater propostas para a orientação do movimento sindical. Era a primeira vez, desde o golpe de 1964, que acontecia um encontro dos trabalhadores dessa magnitude, algo que gerou um grande impacto no cenário político. Apesar das divergências que já se avolumavam entre os Autênticos e a Unidade sindical, foi aprovada uma plataforma comum que pudesse canalizar os anseios dos amplos setores organizados, como indica Hélio da Costa:

Tais divergências, apesar de não permitir o avanço no que se referia a aspectos mais específicos da organização sindical, não impediram que fosse votada e aprovada uma ampla plataforma de luta e mobilização, junto com reivindicações que traduziam aspectos de consenso geral, como a defesa da democracia, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, a liberdade de expressão, o desmantelamento dos organismos de repressão, o direito a greve, a estabilidade no emprego e a reforma agrária, entre outros.⁵⁴

Das principais resoluções decididas pelos delegados presentes ao encontro, a formação de uma comissão coordenadora da Central Única dos Trabalhadores (Comissão Pró-CUT), foi a principal. Entre as atribuições da Comissão, composta por 56 membros dos dois principais grupos, estavam; encaminhar as demandas gerais das lutas dos trabalhadores, que abrangia todo o território brasileiro, e preparar para o ano seguinte a II Conclat, que, a partir da definição congressual prévia, visava fundar a CUT, até então pensada como uma plataforma comum.

Os conflitos entre os dois principais grupos – Unidade Sindical e bloco combativo – no interior da Comissão Pró-CUT impossibilitaram a realização do congresso em 1982 e acabaram precipitando a cisão no interior da Conclat e do sindicalismo brasileiro. Os sindicalistas da Unidade Sindical, alegavam que não haviam condições para a preparação e realização, em 1982, de um congresso nacional dos trabalhadores. Um dos fatores era que no mesmo ano haveriam eleições e estas tinham uma importância no que diz respeito aos próximos passos da redemocratização. Isto inviabilizaria a realização da II Conclat.

⁵⁴ DA COSTA, Hélio. **O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas**. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão(org). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.616-617

Apesar de pressionar para que fossem cumpridas as resoluções do I Conclat e fosse realizado o congresso no ano seguinte e fundasse a CUT, o bloco combativo se encontrava em minoria na Comissão e não obteve êxito.

Outras divergências que se manifestavam na questão da contribuição sindical, unicidade sindical, greve geral, papel das federações e confederações na futura CUT, etc. refletiam diferentes concepções concernentes ao movimento sindical.⁵⁵ Além disso, o tema central da discórdia entre os dois grupos estava relacionado aos critérios de representação e eleição dos delegados ao congresso. O bloco combativo era favorável a uma entidade que tivesse uma amplitude maior, assim dando mais espaço às oposições sindicais – que faziam parte do bloco –, o que era garantido pelo artigo 8º, e a reduzir o papel das federações e confederações. A Unidade Sindical, ancorada na estrutura sindical vigente, não aceitava tal ampliação, afirmava que só os dirigentes sindicais poderiam participar. O que estava em disputa na entrada ou não das oposições sindicais era um aumento considerável da força do bloco combativo, que tinha mais capilaridade nas oposições sindicais.

Com as divergências se sobrepondo aos consensos e o esgotamento das tratativas que visavam uma conciliação entre os dois grupos, o bloco combativo decidiu convocar por conta própria, para 1983, o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, sendo nomeado também de Conclat. Entre os dias 26 e 28 de agosto foi realizado o encontro em São Bernardo do Campo (SP), sem a participação de setores ligados a Unidade Sindical, mas com 5.059 delegados e 912 entidades, fundando-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT).⁵⁶

A partir da efetivação da ruptura, com a realização do encontro que fundou a CUT, a Unidade Sindical resolveu organizar um outro congresso entre os dias 4 e 6 de novembro de 1983 em Praia Grande (SP). Reunindo 4.234 delegados e 1.243 entidades, o encontro optou por não criar uma entidade sindical, seguindo a orientação do PCB, o que confirmou a divisão orgânica do movimento sindical brasileiro. Foi criada, então, a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat).

⁵⁵ RODRIGUES, Leôncio Martins. “Tendências políticas na formação das centrais sindicais” In: BOITO Jr., Armando [et. al.]. **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991, p. 33.

⁵⁶ SANTANA. Op. Cit., p. 293.

Só após 3 anos, em 1986, que a Conclat, em seu congresso, resolveu fundar uma nova central sindical, como nos mostra Santana:

Foi apenas em março de 1986, já diante do enorme crescimento conseguido pelo sindicalismo ligado à CUT, e com a certeza de que qualquer possibilidade unitária já havia sido soterrada há tempos, que a Conclat, em seu congresso, resolveu tornar-se efetivamente uma central sindical. Cria-se a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que, tendo em vista a tensão entre suas forças componentes, dará origem ainda à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1988, e posteriormente, à Força Sindical, em 1991.⁵⁷

Após 1983, com a criação da CUT, podemos constatar um salto quantitativo e qualitativo dos movimentos paretistas. Entre os anos de 1983 e 1989 cerca de 11.871 greves foram deflagradas representando milhões de trabalhadores de diversas categorias.⁵⁸ Se no biênio 1978/79 eram predominantes as greves por categorias, que ainda continuaram a acontecer, a partir de 1983 as greves por empresas passaram a ser mais numerosas. As táticas e métodos foram os mais diversos. Greves com ocupação, greves “pipoca”, operações “tartaruga”, “padrão”, “vaca brava”, foram algumas das novas formas de paralisação que foram forjadas nesse contexto. A década de 1980 confirmou o fortalecimento e a hegemonia da CUT diante das outras centrais sindicais criadas.

Chama atenção a capacidade de reorganização do movimento sindical em um curto espaço de tempo. Entre as primeiras greves do ABC paulista em 1978, que ocasionaram as primeiras articulações intersindicais, e a fundação da CUT em 1983 se passaram cinco anos. Um tempo relativamente curto se for levar em conta que o contexto era ainda de repressão. Por mais que a ditadura estivesse em seu estágio terminal, os seus dispositivos de repressão continuavam em funcionamento ao passo que o movimento sindical se rearticulava.

⁵⁷ Idem

⁵⁸ MATTOS. Op. Cit., p. 64.

3. A ELEIÇÃO DO SINDJORNAL DE 1978 E OS SEUS DESDOBRAMENTO NO MOVIMENTO SINDICAL ALAGOANO

Neste capítulo pretendemos analisar o contexto social e político alagoano do final da década de 1970 com o intuito de trazer à luz os embates existentes na sociedade civil alagoana da época e como se iniciou o processo de reorganização do movimento sindical. O ponto de partida desta análise é a eleição do SINDJORNAL de 1978, quando uma chapa de oposição encabeçada por Freitas Neto vence o pleito e inicia um momento distinto da categoria no que se refere as práticas sindicais. Observaremos também três outras categorias que no período se organizaram em torno de suas pautas salariais, os trabalhadores da construção civil, os professores da rede estadual de ensino e os radialistas.

Feito isso, iremos mostrar as nuances do processo de reorganização do movimento sindical, a nível local e regional, com o objetivo de descortinar uma visão distinta da hegemônica, que compreende o despontar da classe trabalhadora brasileira de forma única, sem as especificidades características de cada região e estado.

3.1 Breve contexto social do declínio da ditadura em Alagoas

Em Alagoas, o projeto militar de desarticular as esquerdas e o movimento sindical foi completamente bem-sucedido. No decorrer dos 21 anos de Ditadura Militar, as figuras que assumiram o poder político no estado estavam, em sua grande parte, ligadas a União Democrática Nacional (UDN), partido de direita conservador que estava conectado com os interesses políticos do projeto dos militares. Assim enfatiza Leda Maria de Almeida:

De fato, em diversas regiões do Brasil e também em Alagoas, a geração de políticos pós-64 vai se originar, sobretudo, da antiga UDN. Os udenistas, historicamente, tinham uma concepção de economia e de política bastante conservadora e daí a articular-se com o novo projeto foi apenas um passo. Dessa forma, durante os trinta anos que se sucederam ao movimento militar de 1964, um grupo em Alagoas assume o poder, tendo como expressão maior desse ciclo político o ex-governador Divaldo Suruagy.⁵⁹

⁵⁹ ALMEIDA, Leda Maria de. **Rupturas e Permanências em Alagoas: O 17 de Julho de 1997 em questão.** Maceió: Edições Catavento, 1999. p. 66.

A partir do crescimento econômico, promovido pelo “milagre”, já explicitado nas páginas anteriores, ancorado no desenvolvimento de empresas multinacionais, o grupo político que se estabelece como hegemônico em Alagoas não encontrou uma oposição firme que pudesse contrapor o controle do Estado e a influência política que este grupo exerceu ao longo dos anos subsequentes ao golpe. A economia canavieira, um dos pilares do estado, não deu sinais de crise no período, o que conferiu segurança econômica para que os militares e os mandatários locais nomeassem os seus representantes. Paulo Vitor Barbosa traçou um panorama a respeito dos efeitos deletérios que o setor canavieiro exerceu tanto na vida política como econômica em Alagoas:

De uma forma geral, os governos durante a ditadura militar em Alagoas mantiveram as mesmas estruturas de dominação, e aproveitaram-se consideravelmente do período de crescimento do país para solidificar o processo de industrialização. Este processo não pretendeu realizar uma diversificação de atividades, mas reforçou o caráter predominante do setor canavieiro. Trazendo consigo todas consequências de tal atividades (trabalho precarizado, devastação ambiental, expansão dos latifúndios, restrição à outras culturas, etc.). Dessa forma, fica evidente o caráter conservador da modernização empreendida durante os “anos de chumbo” em Alagoas. Onde mesmo as alternativas (de industrialização, como exemplo o Pólo Cloroquímico e a adesão ao Pró-Álcool na década de 1970) não surgem como elemento a se contrapor à secular estrutura produtiva açucareira, mas como complemento direto.⁶⁰

Nesse contexto, percebemos que o desenvolvimento econômico alagoano, atrelado ao “milagre econômico”, imprimiu uma modernização conservadora que não alterou a estrutura fundiária e social dos poderes oligárquicos no Estado. Os parlamentares oriundos da UDN, e que com a implementação do bipartidarismo se organizaram em torno da ARENA, geriram o Estado de tal forma que esse modelo de desenvolvimento foi reforçado ao longo das duas décadas de Ditadura Militar em Alagoas. As elites agrárias, com roupagens modernizantes, consolidaram seu poder político e econômico alicerçadas nos governos de Laménha Filho, Afrânio Lages, Divaldo Suruagy e Guilherme Palmeira.

Sem ter laços consanguíneos com os membros das oligarquias locais e de origem humilde, como o próprio gostava de frisar, Suruagy iniciou sua carreira política pouco

⁶⁰ SANTOS, Paulo Vitor dos. **Discurso, práticas e memórias:** o MDB em Alagoas e a Ditadura Militar. Orientadora: Michelle Reis de Macedo. 2017. 181f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Ciência humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2017. p. 132.

antes da deflagração do golpe de 1964. Comprometido com o projeto político udenista, pouco a pouco teve postos importante na vida política alagoana, como quando assumiu a Direção Geral da Municipalidade de Maceió na gestão do prefeito Sandoval Cajú em 1962 e a Secretaria da Fazenda no governo de Luiz Cavalcante.⁶¹ Em 1965, indicado por Lamenha Filho, Suruagy se tornou prefeito de Maceió e adquiriu prestígio com as elites locais. Antes de se tornar governador, foi deputado estadual e líder da bancada Estadual do Governo.

Em seu primeiro mandato como governador (1975-1979), Suruagy destinou boa parte dos seus investimentos para a implementação do polo petroquímico, estradas vicinais, a reconstrução e ampliação do Aeroporto Zumbi dos Palmares, expansão da energia elétrica e da rede de telecomunicações, medidas conhecidas como Plano de Ação Imediata.⁶² Apesar de ter sido um governador que pagava em dia o funcionalismo público, como ficou marcada a sua imagem pública, o mesmo não implementou medidas ou programas que pudessem resolver questões mais profundas, como uma política de geração de empregos, combate ao analfabetismo e saneamento básico. Cícero Péricles de Carvalho nos traz dados a respeito das desigualdades sociais em fins dos anos 1970 e início da década de 1980 que comprovam o drama que os setores mais subalternizados da sociedade alagoana vivenciavam:

Depois de duas décadas de “revolução e de “milagres”, 42% da População Economicamente Ativa encontrava-se desempregada ou subempregada; e entre a parcela que estava ocupada, 68% recebia até um salário mínimo; 55% da população acima de 15 anos era analfabeta e 38% das crianças entre 7 e 14 anos não frequentavam escolas. Dos 138.000 alunos que frequentaram a 1ª série do 1º grau em 1979, apenas 55.000 se inscreveram na 2ª série em 1980, sendo que parte desses alunos era repetente; somente 2% da população era atendida por serviço de coleta de esgoto sanitário e apenas 30% era servida por água potável.⁶³

O governo Guilherme Palmeira (1979-1982) sucedeu o primeiro mandato de Divaldo Suruagy e se demonstrou como continuidade, mantendo o mesmo foco no setor canavieiro, exportando álcool, e no polo petroquímico, enquanto os índices sociais caíam

⁶¹ IDEM, p. 69.

⁶² CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. A experiência alagoana de planejamento. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, vol.1, n.6, p.49-81, set/dez, 2009. p. 62.

⁶³ CARVALHO. Op. Cit., p. 23.

vertiginosamente, algo que Leda Maria de Almeida caracterizou como atrofiamento das políticas públicas.⁶⁴

O segundo governo de Divaldo Suruagy (1983-1987) enfrentou os problemas advindos da crise do “milagre econômico” e do esgotamento do ciclo de desenvolvimento econômico em Alagoas. Os níveis de educação, emprego, saúde e habitação eram bastante reduzidos o que ocasionou uma insatisfação popular muito grande, em um contexto que os movimentos sociais despontavam ao redor do Brasil, tendo como epicentro a região Sudeste.

Em Alagoas, a oposição organizada à ditadura, MDB, conseguia aglutinar esta insatisfação popular e os movimentos sociais, como destaca Wibsson Ribeiro Lopes:

Os movimentos sociais e manifestações populares em Alagoas eram liderados pelo MDB, que funcionava como um “guarda-chuva”, abrigando tanto setores das classes médias e altas da cidade quanto agremiações de esquerda. Em Alagoas, seus líderes eram José Costa, José Moura Rocha, Djalma Falcão, este herdeiro do espólio político de Muniz Falcão, e, a essa altura, com o apoio do senador Teotônio Vilela, que migrará da situação para a frente de oposição, sobretudo por divergências com a orientação que assumiria o Movimento Militar de 1964⁶⁵

Com a reforma partidária de 1979, através da Nova Lei Orgânica dos Partidos⁶⁶, que findava com o bipartidarismo, uma tática dos militares para frear o movimento oposicionista que se concentrava em torno do MDB, o MDB alagoano assistiu uma perda significativa de seus quadros, que começavam a se organizar em outras legendas – PCdoB, PT, PDT, PCB. Em que pese a pulverização da oposição com o surgimento de outros partidos e o retorno de alguns militantes que foram cassados com o golpe de 1964, algumas demandas por direitos das classes trabalhadoras que antes não eram pautadas, pelo fato de o MDB representar um partido de frente ampla, começaram a ser inseridas no debate público por estes novos partidos.

⁶⁴ ALMEIDA. Op. Cit., p. 71.

⁶⁵ LOPES, Wibsson Ribeiro. **Os primeiros anos do PT em Alagoas (1979-1989)**. Orientadora: Michelle Reis de Macedo. 2016. 180f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2016. p. 51.

⁶⁶ A lei nº 6.767, instaurada em 20 de dezembro de 1979, previa a restauração do multipartidarismo, entretanto, seu conteúdo trazia uma série de restrições para dificultar a unidade oposicionista.

O final da década de 1970 já enunciava o que viria a ser os anos oitenta, quando novos elementos surgiram para fortalecer a oposição organizada em Alagoas. O surgimento da Campanha Pró-Anistia Ampla Geral e Irrestrita organizada em 1979, a reorganização do movimento sindical e estudantil e o aparecimento de novos movimentos sociais – movimentos de bairro e feministas –, são alguns exemplos do momento profícuo que foi vivenciado neste período.

Apresentado este cenário político, passemos agora a abordar a reorganização do movimento sindical alagoano.

3.2 O SINDJORNAL e o movimento sindical alagoano no final dos anos 1970

O ano de 1978 é um marco importante para o movimento sindical brasileiro, pois foi o início do ciclo de greves no ABC paulista. Neste mesmo ano, em Alagoas, aconteceu a eleição do SINDJORNAL e a chapa de oposição, encabeçada por Freitas Neto, venceu o pleito, inaugurando uma nova fase sindical dos profissionais da área de comunicação. Para Cícero Péricles de Carvalho, aquele foi um momento fulcral no “movimento dos trabalhadores em Alagoas”, que “começou a se insurgir contra as antigas práticas sindicais”⁶⁷.

O SINDJORNAL nos primeiros momentos da instauração da Ditadura Militar estava organizando uma greve da categoria – como foi detalhado no primeiro capítulo desta dissertação – e por isso sofreu intervenção. Esta intervenção durou entre os anos de 1964 e 1965.⁶⁸ No ano de 1978 o sindicato já não se encontrava mais sob intervenção, o que não quer dizer que não tenha acontecido um enfrentamento entre os representantes da Ditadura Militar em Alagoas e uma nova geração de jornalistas que, a partir do estágio de distensão da ditadura, começava a surgir com práticas sindicais mais combativas. Carvalho faz uma síntese de como se deu esse embate:

O movimento sindical dos trabalhadores em Alagoas começou a se insurgir contra as antigas práticas sindicais, com a vitória dos jornalistas, em junho de 1978. Mesmo apoiado por forças políticas locais, como Divaldo Suruagy e Albérico Cordeiro, o jornalista Alberto Jambo foi derrotado por Freitas Neto,

⁶⁷ CARVALHO. Op. Cit., p. 25.

⁶⁸ De acordo com o que Valmir Calheiros relatou a Comissão da Verdade dos Jornalistas. In: **Relatório da Comissão da Verdade dos Jornalistas – FENAJ**. Pela Memória, pela verdade dos jornalistas brasileiros – 1964-1985. p. 36-37

que liderou a chapa de oposição, vencendo as eleições, ressaltadas nos jornais do sul como a primeira derrota política de Suruagy, no Estado.⁶⁹

A citação acima nos mostra como ocorriam as eleições sindicais em Alagoas. Por mais que não houvessem intervenções maciças nesse contexto de distensão, os representantes das classes dominantes patrocinavam chapas que pudessem, de certa maneira, frear qualquer avanço de um movimento sindical mais combativo e independente. Na ocasião, Divaldo Suruagy era governador de Alagoas e Albérico Cordeiro que foi eleito Deputado Federal pela ARENA, o que evidencia as relações intrínsecas entre o Estado e a política sindical nos anos da Ditadura Militar. Por isso, compreendemos que este acontecimento não deve ser visto como algo de relevância periférica frente aos demais casos que ocorriam no restante do Brasil.

Dois anos antes da eleição do SINDJORNAL, o Sindicato dos Radialistas de Alagoas (SINDRÁDIO) passou por um processo eleitoral e Adelmo dos Santos foi eleito presidente do sindicato em 1976. Adelmo seria, anos mais tarde, um dos fundadores do PT e da CUT nacionalmente e sua militância sindical transitou entre o sindicato dos radialistas e o sindicato dos jornalistas, algo bem comum na época. Em entrevista concedida à série **Memória do Jornalismo Alagoano**⁷⁰, Adelmo relata o contexto do movimento sindical alagoano e a renovação nas gestões do sindicato dos jornalistas e radialistas:

Naquela época, por causa da ditadura, os sindicatos tavam um pouco amarrados, imobilizados, tinha muito pelego. Pra você ter ideia, a nossa entidade de vanguarda era a Associação Alagoana de Imprensa, cujo presidente era Genésio Carvalho, que realmente teve um papel muito bom na época da ditadura militar, tem que tirar o chapéu pra ele. Aí veio a eleição do sindicato dos radialistas, eu ganhei a eleição disputando com Jorge Vilar. Disputei com o companheiro e ganhei a eleição por 22 votos, foi em 76. Quando foi 2 anos depois veio a retomada do sindicato dos jornalistas. O companheiro Freitas fez uma chapa, o Aldo Ivo era presidente do sindicato dos jornalistas, não é que o Aldo Ivo fosse um cara ruim pra o sindicato, muito pelo contrário foi na gestão dele que veio o curso de comunicação de jornalismo. Mas o Aldo era aquele companheiro, bon vivant, sabe? E o Freitas tinha uma posição mais definida

⁶⁹ CARVALHO. Op. Cit., p. 25.

⁷⁰ Este projeto foi desenvolvido pela Secretaria de Estado e Comunicação de Alagoas e conduzido pelos jornalistas Bartolomeu Dresch e Mário Lima. Não participamos da elaboração do roteiro de perguntas e nem tampouco produzimos estas fontes, o material foi emprestado em uma visita que fizemos ao SINDJORNAL. Pela relevância e potencial enquanto fontes orais, utilizamos algumas das entrevistas encontradas nesta série.

politicamente em relação ao Regime Militar da época. Aí nós fizemos uma chapa, ganhamos do companheiro Aldo Ivo.⁷¹

Destacamos no depoimento acima que o SINDJORNAL, no período que antecedeu a gestão de Freitas Neto, não era a principal entidade da categoria dos jornalistas. Adelmo narra que a Associação Alagoana de Imprensa tinha uma vida política mais ativa do que o sindicato, pois como ele afirma no início do depoimento “os sindicatos tava um pouco amarrados, imobilizados, tinha muito pelego”. Não temos elementos para fazer uma análise mais robusta acerca do sindicalismo alagoano nos primeiros anos da ditadura, nem tampouco da atuação do SINDJORNAL. Este é um período que ainda precisa ser pesquisado. Contudo, com base no que explicitamos nos parágrafos anteriores, o sindicato esteve sob intervenção em um tempo curto, o que nos leva a crer que as gestões que sucederam a intervenção no sindicato não foram totalmente inoperantes. Podemos observar isto no documento do Serviço Nacional de Informações (SNI) referente atuação de Arnaldo Jambo, membro do SINDJORNAL, em 1966 a respeito do projeto de Lei de Imprensa:

Em 1966, quando por ocasião de reunião realizada no Sindicato de Jornalistas Profissionais de ALAGOAS, perante jornalistas e radialistas, para debate e preparação de um manifesto a respeito de um anteprojeto de Lei de Imprensa, atacou em termos claros a formulação ditatorial da Lei, comentando de maneira ríspida as circunstâncias relativas ao Congresso que, na sua opinião, favorecem uma aprovação quase forçada ou obrigada.⁷²

Ao analisar o relato supracitado, provavelmente feito por um agente infiltrado presente na reunião, percebemos que o SINDJORNAL teve uma atuação contrária à Lei 5.250.⁷³ Adelmo dos Santos pode desconhecer as atuações que antecederam a sua militância no movimento sindical e por isso fez uma generalização acerca do sindicalismo nos anos da ditadura. Porém, pode existir, também, uma espécie de seletividade da sua memória que faça com que enalteça essa retomada de um sindicalismo mais combativo,

⁷¹ Entrevista Adelmo dos Santos. In: Projeto Memória do Jornalismo Alagoano. Volume 4. DVD. Colorido. Secretaria de Estado e Comunicação. Maceió. Governo do Estado de Alagoas, 2014.

⁷² ARE ACE CNF 2653/81 Fundo SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

⁷³ Conjunto de dispositivos legais reunidos na Lei 5.250, em vigor desde 14 de março de 1967. Criada durante o regime militar instalado no país após o movimento de 31 de março, a Lei de Imprensa tinha o objetivo de regular os vários aspectos concernentes ao tema. Contudo, sempre competiram com ela, também legislando com força sobre a imprensa, diversos dispositivos constitucionais, atos institucionais e até a Lei de Segurança Nacional. Verbete do CPDOC, disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-imprensa>>

no contexto do surgimento do “novo sindicalismo”, e “esqueça” as atuações do sindicato anteriores a sua militância e as de seus companheiros do movimento sindical. Estamos diante daquele tipo de aspecto da memória analisado por Sônia Maria de Freitas:

[...] uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional⁷⁴

Salientamos que a atuação de Arnaldo Jambo e do SINDJORNAL contrária a Lei de Imprensa aconteceu antes da promulgação do AI-5, em 1968. Ressaltamos isto porque não sabemos os rumos que o sindicato tomou após o aumento e recrudescimento da repressão desencadeado pelo ato institucional. Problematicamos esta fala do Adelmo, trazendo nuances relativas às questões da memória, pelo fato das generalizações, neste caso, apagarem os papéis desempenhados por outros atores nos anos iniciais da Ditadura. O intuito desta problematização não é diminuir a importância política que esta geração de jornalistas teve quando assumiu o sindicato em 1978, mas sim mostrar que mesmo em situações extremamente adversas a categoria forjava formas de combater a censura imposta pelos militares.

Ainda sobre a entrevista de Adelmo dos Santos, ele narra que a chegada de Freitas Neto à presidência do sindicato foi importante porque o mesmo tinha uma “posição mais definida politicamente em relação ao regime militar”, diferenciando-o do seu antecessor, Aldo Ivo⁷⁵. Aldo era presidente do SINDJORNAL na ocasião da implementação do curso de Comunicação Social na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e teve uma participação fundamental para esta realização, como explicita Adelmo. Aldo era amigo pessoal de Divaldo Suruagy e isso facilitou as tratativas para o encaminhamento do pedido de abertura do curso, como o próprio relata em entrevista a série **Memória do Jornalismo Alagoano**:

⁷⁴ DE FREITAS, Sônia Maria. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 94.

⁷⁵ Irmão do escritor nacionalmente conhecido, Ledo Ivo. Autor de **Ninho de Cobras**, **A Noite Misteriosa**, **As Alianças** e etc.

Eu, então, aproveitei que era muito amigo do Divaldo, Divaldo era governador, e quando vinha os ministros das Comunicações, do Trabalho, da Educação, o Divaldo me apresentava, né? E nós já tínhamos mandado um expediente para o Ministério da Educação. Uma vez o Albérico Codeiro, que era Deputado Federal, um assessor disse ‘Olha aqui, Albérico, tem um negócio de um curso aqui’ e o Albérico disse: ‘Oxe, é lá de Maceió, é o Aldo’. Aí falou com um ministro e foi assim falei com Ney Braga, falei com Euclides Quandt Oliveira e foi aquele movimento até surgir.⁷⁶

O depoimento de Aldo Ivo mostra as relações pessoais que ele tinha com o Divaldo Suruagy, representante das elites locais e, conseqüentemente, dos militares em Alagoas. Dessa maneira, quando Adelmo afirma que Freitas Neto tinha uma posição mais definida politicamente em relação ao regime, fica patente a oposição entre Freitas e Aldo. Em que pese a contribuição de Aldo Ivo para a categoria dos jornalistas, com a implementação do curso de Comunicação Social, o seu trânsito livre com os representantes da Ditadura Militar no Estado – Divaldo Suruagy e Albérico Cordeiro – o impossibilitava de ter uma atuação de oposição à ditadura e mais classista.

Com a posse da gestão eleita em 1978, o SINDJORNAL organizou no mesmo ano o XVII Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais, que teve Maceió como sede, contando com a presença de 176 jornalistas de todas as regiões do país. Um congresso dessa magnitude e importância exige uma análise mais aprofundada, que será feita no próximo tópico deste capítulo. No ano seguinte, em 1979, os jornalistas deflagraram a primeira greve dos trabalhadores alagoanos após o golpe de 1964⁷⁷, esta greve e outras movimentações de outras categorias serão abordadas em um tópico exclusivo deste capítulo. Situamos esses eventos, ocorridos entre 1978 e 1979, para mostrar o impacto que esta direção teve junto às lutas da categoria.

Adaílson Calheiros, jornalista da época e que teve participação nas atividades sindicais do SINDJORNAL, retrata a importância dessa geração de jornalistas:

O alicerce do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas, o alicerce dele foi muito bom, foi muito forte, o sustento dele. Conduzido por Freitas Neto, Dênis Agra, conduzido por uma turma das antigas mesmo. Então, esse alicerce foi feito com esses caras, muito bem feito. Até o sindicato em Alagoas, na época, era um dos sindicatos que tinha piso, nós é que tínhamos piso aqui. E tem uma coisa, o nosso salário, o nosso piso, ele era unificado, pro jornalista em si, o de texto, o de fotografia, o piso era o mesmo. Já em São

⁷⁶ Entrevista Alvo Ivo. In: Projeto Memória do Jornalismo Alagoano. Volume 6. DVD. Colorido. Secretaria de Estado e Comunicação. Maceió. Governo do Estado de Alagoas, 2014.

⁷⁷ CARVALHO. Op. Cit., p. 25.

Paulo, Rio, era diferente. Pernambuco era diferente, tinha repórter fotográfico que ganhava mais que o de texto, tinha repórter de texto que ganhava muito mais, dependia muito da produtividade de cada um.⁷⁸

O relato de Adaílson atribui a essa “turma das antigas” a vitória salarial que a categoria dos jornalistas teve ao conquistar o piso salarial. Esta conquista foi fruto da mobilização do SINDJORNAL na greve de 1979. O piso salarial e a equiparação dos salários entre as diversas funções, foram as principais vitórias que o sindicato teve desde a sua fundação até os dias atuais.

Ao analisar as entrevistas realizadas pelo projeto **Memória do Jornalismo Alagoano**, percebemos que há diversos fatos que são lembrados de maneiras distintas, as vezes até opostas, como as visões acerca do movimento sindical em âmbito nacional. Porém, quando os entrevistados tratam da importância do Freitas Neto como presidente, há um consenso de que foi uma gestão combativa e aglutinadora para categoria. A gestão do Freitas se tornou um marco e a memória construída em torno desta não ficou susceptível a mudanças. Michael Pollak comenta sobre esse processo de solidificação da memória:

É como se, numa história de vida individual – mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças.⁷⁹

Outros sindicatos passaram por situação análoga a do SINDJORNAL, com eleições que empossaram diretorias com um caráter mais combativo no mesmo período. Destacamos o Sindicato dos Urbanitários de Alagoas, que não tinha uma tradição de participação na luta sindical, mas em 1978 quando Pedro Luiz foi alçado à presidência do sindicato, a categoria dos Urbanitários passa a ter uma vida política mais ativa:

O presidente era sempre reeleito por aclamação, pois, na época, não havia o menor interesse da categoria em participar do Sindicato; amedrontados, os trabalhadores não tinham o direito de se posicionarem. Havia uma camisa de força, dada pelos generais de plantão no período da ditadura e, nesse clima,

⁷⁸ Entrevista Adaílson Calheiros. In: Projeto Memória do Jornalismo Alagoano. Volume 5. DVD. Colorido. Secretaria de Estado e Comunicação. Maceió. Governo do Estado de Alagoas, 2014.

⁷⁹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 201.

não havia possibilidade de diálogo. Em 1966, o Sindicato passou a chamar-se Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Alagoas e, em 1976, com o falecimento do presidente José Luiz, assumiu o vice, Jurandir Torres, substituído através de eleição por Pedro Luiz em 1978. Com a chegada de um trabalhador eleito ao poder, Pedro Luiz foi o primeiro presidente após o período de intervenção sindical pela ditadura, período no qual surgiram as primeiras mudanças na atuação do Sindicato.⁸⁰

Conseguimos identificar, entre os anos de 1976 e 1978, a renovação/reorganização do SINDJORNAL, SINDRADIO e o Sindicato dos Urbanitários de Alagoas. Esses três casos confirmam uma tendência que vai ser seguida na década de 1980. A título de exemplo, em 1984 o periódico pecebista, **Voz da Unidade**, veiculou uma matéria sobre as eleições do Sindicato dos Bancários e dos Metalúrgicos:

Na eleição para o Sindicato dos Bancários – há vinte anos nas mãos dos agentes dos patrões – a oposição conseguiu 652 votos, contra os 287 sufrágios da chapa situacionista. O bancário Claudionor Araújo, do Banco do Brasil, foi o novo presidente da entidade. No sindicato dos Metalúrgicos – há mais de 15 anos dominado pelo peleguismo, o resultado também não foi menos expressivo: dos 615 associados votantes, 350 sufragaram a Chapa 2, elegendo o metalúrgico José Jobson presidente da entidade.⁸¹

3.3 O XVII congresso nacional dos jornalistas profissionais

Mostrando ao que veio, após três meses da vitória nas eleições do SINDJORNAL, a nova diretoria do sindicato organizou o XVII Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais sediado em Maceió, entre os dias 09 e 12 de agosto de 1978. O Congresso contou com a participação de 176 jornalistas que representavam 19 estados brasileiros.⁸² O encontro debateu questões específicas da categoria dos jornalistas, como o piso salarial, melhores condições de trabalho e liberdade de imprensa. Além disso, foram discutidos

⁸⁰ Sindicato dos trabalhadores nas indústrias urbanas no Estado de Alagoas. **Urbanitário de Alagoas: uma história em construção**. Maceió: [s.n], 2010. p. 10.

⁸¹ “Eleições/AL - Expressivas vitórias do sindicalismo democrático” In: *Voz da Unidade*. São Paulo, nº210, 21/07/1984 a 27/07/1984, p. 15. *Apud* COSTA, Rodrigo José da. **O socialismo possível: o PCB, os estertores da Ditadura Militar e a Nova República em Alagoas (1980-1991)**. Orientadora: Maria do Socorro Abreu e Lima. 2018. 266f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2018. p. 133.

⁸² SÁ, Adísia. **O jornalista brasileiro: Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, de 1946 a 1999**. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999. p.216.

temas relativos à reorganização do movimento sindical e as possibilidades de construção de uma entidade nacional dos trabalhadores.

Na mesa de abertura do encontro, Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (SJPPSP), pediu para que o congresso aprovasse e que todos os sindicatos publicassem uma carta redigida por Haroldo Miranda que acusava os militares de terem assassinado o seu irmão, Jayme Miranda, que foi editor do jornal **A voz do povo** e militante do PCB. Um arquivo do SNI encontrado no SIAN detalha o ocorrido:

AUDÁLIO FERREIRA DANTAS, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de SÃO PAULO, apresentou à mesa e obteve aprovação, para ser publicada por todos os Sindicatos, a carta do jornalista HAROLDO AMORIM DE MIRANDA, acusando as autoridades militares de terem assassinado seu irmão, o jornalista JAYME AMORIM DE MIRANDA, que teria desaparecido após ser preso pelo II Exército e transferido para o RIO DE JANEIRO. A mencionada carta foi publicada no jornal “A VOZ DO JORNALISTA”, de 12 Ago de 78, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas.⁸³

O trecho acima, extraído de um relatório bem detalhado produzido pelo SNI com vinte e seis páginas, mostra que o encontro além de debater as demandas relativas à categoria dos jornalistas, foi um grande evento de denúncia. As falas que são detalhadas nesse relatório, evidenciam o caráter contestatório dos principais dirigentes sindicais da área da comunicação, que sempre ressaltavam questões concernentes à censura. Ademais, em uma carta que foi formulada e divulgada no final do congresso, os jornalistas denunciavam o modelo econômico excludente no qual o Brasil foi imerso após a implementação da Ditadura Militar. Segue um trecho:

Não foi apenas o direito de voto que nos retiraram, nem somente a participação política que nos restringiram. Sofremos também a execução de uma política econômica declaradamente concentradora de renda e elitista, sobre a qual a sociedade brasileira não foi consultada. Ao trabalhador interessa, acima de tudo, ter condições de existência digna, o que implica em salário justo, educação, saúde, moradia, lazer e segurança pessoal, direitos esses ignorados nos últimos anos em prol de um modelo econômico privilegiador de minorias e de uma segurança nacional que não é absolutamente a da população.⁸⁴

⁸³ ASPACE CNF Fundo SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

⁸⁴ Idem

Esta “Carta de Maceió”, que faz um breve panorama da conjuntura social e econômica do Brasil, estabelece uma relação de correspondência, dentro de uma perspectiva material/econômica, entre os jornalistas e toda a massa de trabalhadores, que foram afetados com as políticas econômicas derivadas da ditadura. Ressaltamos isso porque existe uma compreensão, que acreditamos que até hoje deve fazer parte dos dilemas da categoria, de que os jornalistas são entendidos como intelectuais, ou algo do gênero, e não como trabalhadores. Marco Roxo em seu livro que analisa a greve de 1979 dos jornalistas de São Paulo, intitulado **Companheiros em luta: a greve dos jornalistas de 1979**, traz um relato importante do líder sindical do SJPSP Carlos Alberto de Oliveira a respeito de como os jornalistas se enquadravam no perfil dos trabalhadores precarizados da época:

Ao comparar o perfil salarial da categoria profissional, verificamos que 70% dos jornalistas recebem entre um e três salários mínimo e, portanto, estão enquadrados dentro dos limites da pobreza absoluta, tal como 70 a 80% da população economicamente ativa do país.⁸⁵

Decerto que as movimentações dos trabalhadores do ABC paulista tenham influenciado consideravelmente as outras categorias do mundo do trabalho, fazendo com que assumissem uma postura mais classista. Não à toa um dos temas incluído na sessão de debates referente a Autonomia Sindical do Congresso dos Jornalistas tenha sido o “Novo Sindicalismo”. Audálio Dantas, jornalista alagoano radicado em São Paulo, foi presidente do SJPSP entre os anos de 1975 e 1978 e nesse ínterim aconteceu o assassinato de Vladimir Herzog nas dependências do II Exército. Quando perguntado sobre o papel do sindicato em denunciar a morte de Vlado, Audálio narrou o que o movimento sindical representava para os jornalistas:

O nosso sindicato pequeno, muito pequeno, com 4 mil associados em São Paulo, que já era muito na ocasião, de uma categoria, a nossa categoria é, tradicionalmente, alheia ao movimento sindical. Movimento sindical para os jornalistas é uma coisa de operário ou de pelego. O nosso sindicato teve esse papel. O nosso sindicato ao denunciar o assassinato do Vlado Herzog teve uma

⁸⁵ ROXO, Marco. **Companheiros em luta: a greve dos jornalistas de 1979**. Niterói: Editora da UFF, 2012. p.82.

participação que você pode considerar hoje como um capítulo da história recente do país.⁸⁶

Audálio faz uma caracterização de que o movimento sindical para os jornalistas era coisa de “operário ou de pelego”. Isso além de revelar uma falta de pertencimento da categoria com o restante dos trabalhadores, também mostra uma visão míope do movimento sindical que antecede o golpe de 1964. No entanto, a partir do que Audálio explanou, a morte de Vlado e toda a repercussão que teve a partir da ação do SJPSP, pode ser considerada um ponto de inflexão para o sindicalismo dos jornalistas, que ganhou mais fôlego a partir das movimentações operárias em 1978 e as relações que foram construídas entre os jornalistas e os operários do ABC paulista.⁸⁷

Voltando ao Congresso dos Jornalistas, o arquivo do SNI encontrado no SIAN tem o detalhamento da sessão de abertura, o cronograma do encontro e ao final tem um relatório minucioso produzido por um agente infiltrado. O que nos chamou atenção a respeito da sessão de abertura, foi a participação do governador do Estado, Divaldo Suruagy. Fiel representante das oligarquias do estado e por correspondência dos militares, não fazia muito sentido estar presente em um encontro organizado pelo SINDJORNAL que teve como vitoriosa, meses antes da realização do Congresso, uma chapa de oposição a qual ele apoiou. Ademais, o evento consistia, em seus termos, em uma grande denúncia à ditadura que também reverberava, de certa maneira, na política local.

Ao realizarmos entrevista com Luiz Carlos Pompe, jornalista e sindicalista que fez parte dessa geração do SINDJORNAL, quando perguntado sobre a realização do Congresso ter acontecido em Alagoas, ele levantou pontos que contribuem tanto para entender como um evento deste porte não foi realizado nos estados do Sudeste do país, as grandes arenas das lutas de classes no Brasil, como para avaliarmos a participação de Divaldo Suruagy no encontro:

Eu participei do congresso como jornalista, mas não participei da organização dele. Teve muito nisso a presença do Audálio [Dantas]. Justamente pela interlocução que a gente tinha com o governo estadual que abria espaço pra garantir infraestrutura, garantir hospedagem, garantir esquema de transporte e tudo mais. Então, havia muito disso. Alagoas, por algum motivo, também tinha

⁸⁶ Entrevista Audálio Dantas. In: Projeto Memória do Jornalismo Alagoano. Volume 3. DVD. Colorido. Secretaria de Estado e Comunicação. Maceió. Governo do Estado de Alagoas, 2014.

⁸⁷ ROXO. Op. Cit., p. 178.

uma projeção muito grande na própria parte da tecnologia e da telecomunicação. Por exemplo: a primeira reunião via satélite ocorrida no Brasil foi em Alagoas. O ministro das comunicações foi aí pra participar de uma reunião com o Figueiredo a partir de Alagoas. Então, Alagoas tinha um certo investimento em tecnologia que aí eu não sei se era coisa que o Suruagy que conseguia ou Guilherme Palmeira, eu não sei como era o esquema. Mas Alagoas acabava tendo uma certa projeção nacional, uma presença nacional nessa parte mais governamental e na parte institucional. É claro, a grande presença era o Teotônio [Vilela], Teotônio era uma referência nacional. Isso daí tudo juntava. Alagoas, na época, não era nem um polo turístico, a cidade era muito maltratada, Maceió era muito maltratada era esgoto aberto, essas coisas todas. Tava começando uma indústria de turismo a ser atraída pra cidade. E essa movimentação de jornalistas também envolvia isso, eram pessoas de comunicação indo pra um canto que tava investindo na questão do turismo e tava querendo ser um polo turístico. Eu acho que sempre que a gente aborda esses períodos e aborda qualquer movimento tem essa questão do conjunto das coisas que aconteciam, não eram fatos isolados. Você não pinça o movimento sindical do resto do conjunto das coisas que tavam ocorrendo naquele período. Tanto aí que foi um enfrentamento a ditadura dessa forma quanto em outros cantos, que o enfrentamento era mais aberto, em São Paulo e Rio de Janeiro que o enfrentamento era bem mais aberto que aí. Mas era aí que a forma que a gente tinha que enfrentar e eu creio que enfrentamos com algum êxito.⁸⁸

Deste relato do Pompe, podemos extrair alguns apontamentos acerca das relações que o SINDJORNAL tinha com o SJPSP, na figura de Audálio Dantas, e com o governo estadual. Audálio em 1978 era presidente do SJPSP e tinha adquirido prestígio com a sua atuação de enfrentamento após a morte do Vlado. Isso pode ter contribuído para a realização do Congresso de ter acontecido na sua terra natal, tendo em vista a sua relevância no principal sindicato de jornalistas do país e na Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (FENAJ).

Em relação a interlocução que os jornalistas alagoanos tinham com o governo estadual no período, na figura de Divaldo Suruagy, podemos entender isso como uma via de mão dupla. Ao passo que era imprescindível toda a questão logística (hospedagem, infraestrutura, transporte e etc.) para a realização do congresso, e a categoria recebeu essa contribuição do governo estadual, pelo que o Pompe relatou, também era interessante para o governo um congresso nacional que iria abrigar diversos jornalistas de todas as regiões do país, para promover os investimentos na área do turismo, como explanou o entrevistado.

Acreditamos que a presença do governador alagoano na sessão de abertura do congresso se deu pelos pontos levantados acima. Uma mesa que tinha como componentes

⁸⁸ Entrevista de Luiz Carlos Pompe, concedida ao autor em 28/09/2021.

as lideranças sindicais dos jornalistas e a presença do então senador Teotônio Vilela, que na época fazia oposição à ditadura, não parecia ter sentido a presença de Divaldo Suruagy. Como o próprio entrevistado ressaltou, o enfrentamento que o movimento sindical alagoano fazia possuía as suas especificidades que o distinguiam dos sindicalistas do eixo Rio/São Paulo, que tinham um confronto mais “aberto”. O movimento sindical alagoano começava a dar os seus primeiros passos referentes a reorganização, por isso o diálogo com os governantes locais, com o intuito de garantir condições básicas para realização de encontros e congressos, era necessário.

A mesa de encerramento do Congresso, ao contrário da sessão de abertura, não contou com a presença de Divaldo Suruagy. Com as duras críticas que foram desferidas aos militares ao longo de todo encontro, provavelmente o governador não se sentiu “confortável” em participar do encerramento. Porém, os jornalistas esperavam a sua presença. Porque, meses antes, havia acontecido o assassinato de dois adolescentes e a opinião pública cobrava respostas do governador, que era acusado de acobertar os criminosos – provavelmente a Polícia Militar. O trecho seguinte foi extraído do relatório de um agente infiltrado no encontro:

Uma crítica, em particular ao governador de então, Divaldo Suruagy foi formulada de modo grosseiro e violento, por este não ter comparecido ao encerramento do congresso, onde deveria dizer quem matou aquele ladrão e o menor, e que providências havia adotado. Estimulado pela bancada paulista, os jornalistas Audálio Dantas e Maurício Azêdo, cobraram do governador a providência, não sem antes haverem sugerido que Suruagy estava, realmente, acobertando os criminosos.⁸⁹

Além das duras críticas feitas à ditadura, por parte dos sindicalistas, algo que intimidava a presença do governador, provavelmente Suruagy imaginava que a mesa que iria findar o encontro seria uma tribuna de ataques ao seu governo e a violência praticada pelos agentes da segurança pública. Afirmamos isso porque no mesmo relatório produzido pelo agente infiltrado, consta a contribuição que o governo estadual exerceu no monitoramento do encontro:

⁸⁹ ASP ACE CNF Fundo SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

Senhor coordenador, ao apresentar a Vossa Senhoria o relatório correspondente ao XVII CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS, aproveito o ensejo, para informar-lhe que o trabalho foi desenvolvido em conjunto com os órgãos de segurança desta área, principalmente, com a Secretaria de Segurança Pública: vez que o Exmo. Senhor Secretário de Segurança Pública designou uma Equipe de Agentes, coordenada por um de seus Assessores, equipe que muito contribuiu para o êxito da missão.⁹⁰

Com base na entrevista do Luiz Carlos Pompe e no arquivo do SNI, constatamos que o governo estadual utilizou a realização do Congresso em Alagoas como vitrine para os investimentos na área de turismo, assim como, contribuiu para o monitoramento que era feito pelos militares.

Para os jornalistas, o Congresso representou o fortalecimento da coesão da categoria em âmbito nacional e a sua inserção no movimento sindical que começava a aflorar em oposição ao sindicalismo intervencionista pós golpe de 1964. Quando comparamos o temário dos Congressos que são realizados a partir de 1966 até 1976, os espaços concedidos a discussão do sindicalismo são intitulados de “Organização Sindical”. O Congresso de 1978 apresenta uma diferença que é crucial para compreender a dinâmica do movimento sindical dos jornalistas da época. A palavra “Organização” é trocada por “Autonomia”, e o espaço se intitula como “Autonomia Sindical” e é destrinchado em debates relativos ao “Novo Sindicalismo”, “Reivindicações dos trabalhadores” e “Eleições sindicais”.⁹¹ Entre os desdobramentos destas discussões deu-se a criação do Congresso Nacional de Imprensa⁹² e a greve da categoria, que é sinalizada após os debates sindicais do encontro.

Passemos agora a abordar como ocorreu a greve dos jornalistas em Alagoas, as suas especificidades e também a de outras categorias de trabalhadores que começavam a lutar em torno das suas pautas salariais.

3.4 1979: trabalhadores alagoanos em movimento

No último ano da década de 1970 uma nova onda grevista foi deflagrada por diversas categorias de trabalhadores em todas as regiões do Brasil. Mais especificamente

⁹⁰ IDEM

⁹¹ SÁ. Op. Cit., p. 233.

⁹² ROXO. Op. Cit., p. 170.

foram 224 greves, sendo 66,5% fora do Estado de São Paulo.⁹³ Diferentemente da região Sudeste, aonde a formação dos movimentos paredistas se deu no setor de ponta da indústria (mais especificamente pela indústria automobilística e mecânica do ABC paulista), em Alagoas a primeira greve deste ciclo (1978-1979) foi realizada pelos jornalistas. De forma simultânea, outras duas categorias se destacaram e foram noticiadas nas folhas dos jornais alagoanos por estarem debatendo questões relativas a aumentos salariais, os professores da rede pública de ensino e os trabalhadores da construção civil.

Seguindo as orientações debatidas no Congresso dos Jornalistas, o SINDJORNAL, em 15 abril de 1979, convocou uma assembleia extraordinária da categoria para discutir um novo acordo salarial:

Para discutir o aumento para assinatura em novo acordo salarial em favor da categoria, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas estará reunindo seus associados para uma Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 17 de abril próximo, no auditório da Delegacia Regional do Trabalho, situada na Rua João Severino, nº26, em frente ao edifício Breda.

A Assembleia Extraordinária dos jornalistas profissionais de Alagoas está marcada para às 20 horas, em primeira convocação, ou às 20:30, com qualquer número de sindicalizados. A comunicação é do jornalista Freitas Neto, presidente da entidade, que conclama todos os sindicalizados a comparecerem àquela Assembleia, considerando ser a forma disponível para reivindicar melhorias para a classe.

Como o único assunto previsto na pauta da Assembleia Geral Extraordinária é a discussão do novo aumento, prevê-se a deliberação de um novo teto salarial para a categoria, a ser negociado com as empresas jornalísticas de Alagoas. Uma comissão com esse fim, o de negociar junto às empresas, deverá ser constituída também na Assembleia.⁹⁴

Faremos mais uma citação da página seguinte do **Jornal de Alagoas** para depois realizar algumas considerações. Dessa vez a notícia é a respeito dos radialistas:

O Sindicato dos Radialistas no Estado de Alagoas, através de seu presidente Adelmo dos Santos, informou que na próxima quarta-feira estará viajando para as cidades de Palmeira dos Índios, Arapiraca, Penedo e Santana do Ipanema, com a finalidade de discutir com os radialistas do interior, sobre o novo acordo salarial da classe.⁹⁵

⁹³ ANTUNES. Op. Cit., p. 30.

⁹⁴ **Jornal de Alagoas**. 15 de abril de 1979, p.10.

⁹⁵ Idem, p. 11.

A primeira afirmação que podemos fazer é que os jornalistas e os radialistas tinham uma atuação em conjunto. Enquanto Freitas Neto organizava uma assembleia geral da categoria no dia 17 de abril, Adelmo dos Santos viajava no dia seguinte para o interior para discutir com os radialistas o novo acordo salarial. Adelmo, provavelmente, participou da assembleia dos jornalistas e levou o acúmulo do debate para o interior. Para fazer esta afirmação nos baseamos, também, na organização de um debate, promovido pelos dois sindicatos, que aconteceu no ano anterior, 1978, com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luis Inácio Lula da Silva, figura então emergente no campo sindical.⁹⁶

Observamos também que em uma mesma tiragem do **Jornal de Alagoas**, duas informações concernentes a atividades sindicais são veiculadas. Isso revela a inserção que os jornalistas que faziam parte do sindicato tinham neste jornal. O **Jornal de Alagoas** fazia parte dos Diários Associados, que foi um dos maiores conglomerados de imprensa do Brasil, e teve uma participação decisiva na conformação do golpe de 1964 em Alagoas, assim como a **Gazeta de Alagoas**. Porém, com a ditadura em seu estágio terminal e com os problemas advindos da “crise do milagre econômico”, o jornal começava a tecer críticas à ditadura, o que possibilitava que jornalistas com olhares mais críticos pudessem ser incorporados no seu quadro.

Acreditamos que por isso o **Jornal de Alagoas** tenha dado espaço para noticiar as atividades dos sindicalistas, por mais que seja contraditório, do ponto de vista do jornal, conceder espaços que noticiavam atividades com pautas econômicas que repercutiam na classe patronal. De certa maneira, isso também mostra os dilemas que os jornalistas que eram sindicalistas tinham que enfrentar trabalhando em um clássico Aparelho privado de hegemonia das classes dominantes.⁹⁷

No dia 17 de abril, o **Jornal de Alagoas** colocou a seguinte manchete do caderno dedicado as notícias de Arapiraca: Professores ameaçam greve caso governo negue as

⁹⁶ Adelmo relatou em entrevista concedida a série **Memória do Jornalismo Alagoano** o episódio da vinda de Lula à Maceió: “Foi um sucesso companheiros, a academia ficou cheia, eu tive que botar um carro de som na praça pra as pessoas ouvirem a palestra do Lula. Aí a partir daí nós saímos pra jantar eu Lula e o Freitas e os companheiros e a partir daí começamos a nossa amizade e que jamais eu pensaria que um dia ele seria presidente do Brasil. Aí o sindicato aqui, meu amigo, depois daí foi a greve e deslanchou de vez”.

⁹⁷ Cf. HOEVELER, Rejane Carolina. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, Marília, vol. 4, n. 5, p. 145–159, ago/dez, 2020.

reivindicações. Na mesma semana que são noticiadas as movimentações sindicais dos jornalistas e radialistas, os professores eram manchete do caderno **ARAPIRACA**:

Todos os professores da rede estadual, desta cidade, estão ameaçando paralisarem seus trabalhos caso não seja solucionado a reivindicação feita pela Associação dos Professores. Muito embora aqui não exista um órgão oficial da classe, os lecionadores ficaram solidários aos companheiros da capital. Para os professores de Arapiraca, o secretário de Educação, terá que intervir na briga entre professores e Estado.

Na opinião dos professores da rede estadual de Arapiraca, uma greve geral com a paralisação das aulas, seria a melhor maneira do governo cumprir o prometido. “Paralisando as aulas, tenho plena certeza que as autoridades darão uma solução imediata em nosso benefício, porque se ficar assim os meses se passam e nada será resolvido. O custo de vida vem aumentando a cada dia e nós que estudamos para transmitir nossos ensinamentos aos futuros construtores do País, estamos sempre sendo colocados em segundo plano, isso é que não pode continuar”. Finalizou Adailton Reis.⁹⁸

O texto acima, que traz um relato de um professor da rede estadual, é relativo as reivindicações dos professores arapiraquenses. Ao que parece, a ameaça de greve, por parte dos professores, é em solidariedade as movimentações que são feitas na capital pela Associação dos Professores. Nessa época, era proibida a participação de funcionários públicos em sindicatos, por isso os professores se organizavam em torno da Associação dos Professores, que cumpria com o papel do sindicato. Outro fato importante é que a Associação dos Professores não tinha inserção em todos os professores do Estado, era mais restrito aos que lecionavam na capital, como é salientado na matéria. Isso era um fator determinante na organização da categoria, pois sem um sindicato ou associação que representasse todos os professores alagoanos, era mais difícil de mobilizar a categoria como um todo.

Os operários da construção civil aparecem nas folhas do **Jornal de Alagoas** um dia após a matéria que foi veiculada sobre a ameaça de greve dos professores de Arapiraca. Provavelmente essas mobilizações por parte dos trabalhadores no mês de abril se dá pelo fato de que, geralmente, os reajustes salariais são concedidos no mês de maio. Segue um trecho de uma matéria sobre os operários da construção civil:

⁹⁸ **Jornal de Alagoas**. 17 de abril de 1979, p.11.

Na próxima segunda feira estarão se reunindo no auditório da Delegacia Regional do Trabalho diretores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, para tratar do acordo salarial reivindicado pelos trabalhadores na ordem de 45 por cento.⁹⁹

Em menos de uma semana, entre os dias 15 e 18 de abril de 1979, quatro matérias foram publicadas no **Jornal de Alagoas** a respeito de discussões relativas a pautas salariais das quatro categorias já mencionadas – jornalistas, operários da construção civil, radialistas e professores da rede estadual de ensino. Destacamos que pesquisamos o jornal **Gazeta de Alagoas** nos mesmos dias que estas matérias foram veiculadas no **Jornal de Alagoas** e não encontramos nenhuma matéria ou nota sobre estas mobilizações. Provavelmente, havia uma resistência maior dentro da **Gazeta de Alagoas** tanto em veicular matérias sobre o movimento sindical de outras categorias como a dos próprios jornalistas.

Em 19 de abril, os professores da rede estadual de ensino voltavam a ser notícia nas páginas do **Jornal de Alagoas**. Desta vez, indicavam que no dia 4 de maio iriam deflagrar uma greve da categoria caso as suas pautas salariais não fossem atendidas, segue a matéria na íntegra:

Dia 4 de maio: esta é a data marcada para o início da greve dos professores da rede oficial de ensino, caso não lhes sejam concedidas, até aquela data, a equiparação salarial que reivindicam com base no disposto do Estatuto do Magistério, que começa a ser desrespeitado logo em seu primeiro artigo, que dispõe a respeito da paridade.

A informação do início da greve, marcada oficialmente para 4 de maio, está correndo de boca em boca em cada escola da rede oficial de ensino, ao tempo que são constituídas as comissões de solidariedade, que comporão piquetes com o objetivo de conseguir o maior número possível de adesões.

Por contar com o respaldo da comunidade, uma vez que o pleito dos professores tem sido considerado não só legal como absolutamente legítimo, estima-se que cerca de cinco mil professores de todo o Estado paralisarão suas atividades no magistério, até que tenham as reivindicações atendidas pelo governo do Estado.

Paralelamente ao movimento grevista que se esboça, corre na justiça um processo, no qual figuram como advogados José Moura Rocha e Nabor Bulhões, onde o Estado é acionado para cumprir o disposto no artigo primeiro do Estatuto do Magistério, que determina a paridade de salários.

Embora ninguém queira admitir, oficialmente, a realização da greve, sabe-se que esse movimento assume características irreversíveis.

⁹⁹ **Jornal de Alagoas**. 18 de abril de 1979, p.11.

O Trabalho de comunicação da paralisação vem sendo empreendido à boca miúda, quase no silêncio, mas contundentemente.¹⁰⁰

À boca miúda, em segredo, de ouvido a ouvido, quase no silêncio, mas de forma contundente, essa era a forma que os professores iam costurando a formação de um movimento paredista da categoria. Esta matéria sobre o indicativo de greve dos professores da rede estadual de ensino, foi a que encontramos com mais linhas dedicadas a um assunto referente ao movimento sindical. Talvez isso se explique pelo fato de os professores terem adquirido respaldo da comunidade e corra em paralelo um processo na justiça perpetrado por José Moura Rocha, um dos líderes do MDB em Alagoas.

O penúltimo parágrafo da matéria explana: “Embora ninguém queira admitir, oficialmente, a realização da greve, sabe-se que esse movimento assume características irreversíveis”. Na matéria de 17 de abril trazia um relato do professor Adailton Reis, que relatava que se houvesse paralisação dos professores, as autoridades solucionariam os problemas da categoria. Esta matéria do dia 19 de abril não traz relatos de professores que estão participando das mobilizações. Com o indicativo de greve, o movimento assume outras proporções, tendo em vista que a Lei nº 4.330, Lei de greve, ainda estava em pleno vigor e proibia a greve dos funcionários públicos. Por isso, a comunicação era feita a boca miúda e provavelmente os professores não se sentiam seguros em dar entrevistas, com medo das punições relativas à Lei de greve.

Depois do dia 15 de abril, os jornalistas só retornaram as folhas dos jornais no dia 24 do mesmo mês. A matéria informava que a categoria voltaria a se reunir em assembleia:

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas, reiniciou às 21 horas da última quinta-feira, sua assembleia geral extraordinária, convocada pelo presidente Freitas Neto, para discutir o novo aumento para a classe, bem como definir a posição dos empregados das empresas de comunicação, diante das novas normas baixadas pelo Ministério, quanto à regularização profissional.

Ficou definido, na oportunidade, que a assembleia voltará a se reunir nesta quarta-feira, dia 25, às 20 horas, no mesmo local (auditório da Delegacia Regional do Trabalho), contando com a presença de todos os profissionais da imprensa, haja vista a importância do assunto a ser tratado.¹⁰¹

¹⁰⁰ Jornal **Jornal de Alagoas**. 19 de abril de 1979, p.3.

¹⁰¹ **Jornal de Alagoas**. 24 de abril de 1979, p.3.

Desta vez, a assembleia além de discutir o novo aumento salarial da categoria, iria definir uma posição sobre as novas normas baixadas pelo Ministério da Comunicação relativas à regularização profissional. No entanto, o que nos chama a atenção é que esta nova assembleia marcada contaria com a presença de todos os profissionais da imprensa, ou seja, os radialistas também iriam se fazer presentes. Já parecia evidente a atuação em conjunto dos radialistas e jornalistas quando ambas as categorias foram noticiadas no dia 15 de abril debatendo novo acordo salarial. Com essa matéria do dia 24 fica mais evidente a relação entre as duas categorias e o fortalecimento do pleito conjuntamente.

É importante destacar que nesse mesmo mês os jornalistas de São Paulo também discutiam as suas pautas salariais, seguindo as deliberações do XVII Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais, realizado no ano anterior, assim como os jornalistas alagoanos:

Logo após as greves metalúrgicas foi iniciada a campanha salarial dos jornalistas. O SJSPS convocou uma assembleia para o dia 25 de abril de 1979. O encontro era pra os jornalistas decidirem a forma de a entidade encaminhar as negociações salariais do ano de 1979.¹⁰²

De forma quase simultânea os dois sindicatos, SINDJORNAL e SJSPS, se reuniam para debater com a categoria. Acreditamos que de maneira análoga os sindicatos de outros estados iam seguindo este fluxo, tendo em vista que o Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais teve uma abrangência significativa envolvendo representantes da maioria dos estados brasileiros.

Em resposta à movimentação dos professores, o governo estadual estava preparando um pacote de medidas repressivas a categoria, como é noticiado no dia 26 de abril:

Um grupo de professores denunciou ontem, que o Governo do Estado estaria na iminência de pôr em prática um certo pacote de medidas repressoras contra as reivindicações, “em represália nítida ao movimento da categoria sob o pretexto de austeridade no setor financeiro”, como disse um deles.

¹⁰² ROXO. Op. Cit., p. 195.

Esse pacote seria constituído da redução, de oitenta para cinquenta por cento, no acréscimo salarial dos professores que trabalham em regime de quarenta horas semanais; a eliminação de dez por cento sobre o valor dos salários das professoras de nível pedagógico; o reexame do Estatuto do Magistério, onde ronda o perigo de ser suprimido o conjunto de dispositivos que determina a paridade salarial, o que faria desaparecer a sustentação legal para a ação que os professores movem contra o Estado na Justiça; e denúncias de ameaças de demissão em massa a professores do interior que possam aderir a um provável movimento grevista.

Todas essas questões deverão ser tratadas e debatidas na Assembleia que a classe realizará hoje às 20 horas na sede da Associação dos Professores de Alagoas.¹⁰³

Os professores da rede estadual de ensino tinham adquirido, a partir das suas mobilizações, o apoio da opinião pública, como é ressaltado na matéria do dia 19 de abril. Pressionado pela movimentação da categoria, que ia tomando uma grande proporção, o novo governador Guilherme Palmeira¹⁰⁴ preparou um pacote para punir os professores. Guilherme Palmeira era mais um dos representantes das oligarquias alagoanas. Destarte, não mediria esforços em emplacar medidas que diminuíssem consideravelmente o salário dos professores. É interessante observar que, entre as medidas que são expostas, uma consiste na demissão em massa dos professores do interior que aderirem a greve. Isso mostra que a adesão não vinha só da capital e que o interior tinha um peso relevante nesse processo.

No entanto, Guilherme Palmeira não contava com a decisão favorável na justiça que os professores viriam a ter:

Com a vitória dos professores, chegou ao fim a batalha judicial travada pelos advogados José Moura Rocha e Antônio Nabor Bulhões, que impetraram ação contra o Estado em nome da Associação dos Professores de Alagoas. A causa dos educadores teve despacho favorável do juiz Roberval Burgos, que após prolatar a sentença, viajou e só deverá estar em Maceió na semana vindoura.

Ontem à tarde, já cientes do resultado obtido na Justiça, inúmeros professores se reuniram na sede de sua associação, em Bebedouro, quando avaliaram a decisão do juiz, tendo alguns comemorado o acontecimento.

A ação dos professores contra o Estado tinha como objetivo conseguir junto ao Governo a concessão de paridade salarial com os demais funcionários estaduais, do mesmo nível, que já foram beneficiados com o Plano de Reclassificação de Cargos.

¹⁰³ Jornal **Jornal de Alagoas**. 26 de abril de 1979, p.10.

¹⁰⁴ Guilherme Palmeira assumiu o governo de Alagoas em 1979 e governou até 1982.

A luta estendeu-se por mais de oito meses. Durante esse período, foram inúmeras as tentativas de se fazer uma greve, ideia que era defendida pelos que não acreditavam que a Justiça lhes desse resultado favorável.

Na Assembleia Legislativa, deputados aplaudiram ontem a decisão da Justiça, tendo Alcides Falcão, do MDB, afirmado que “agora cabe ao Governo o cumprimento ao que foi decidido lucidamente pela nossa Justiça”. Renan Calheiros solidarizou-se ao juiz Roberval Burgos pela prudente decisão em favor de uma classe sofrida e que merece mais atenção.¹⁰⁵

As mobilizações dos professores tiveram como desfecho a vitória do processo na Justiça, o que fez com que o Estado cumprisse com as pautas reivindicatórias da categoria. Chama atenção que os professores pleitearam ao longo de oito meses as suas demandas até conseguirem uma resposta favorável. Sublinhamos isso porque é um tempo relativamente longo sem que houvesse uma medida mais drástica por parte da categoria, como paralisações ou até mesmo uma greve, que era aventada constantemente, pelo que relata a matéria. A espera de oito meses sem a realização de uma ação mais incisiva dos professores parece revelar as características específicas do movimento sindical dos funcionários públicos.

No dia 27 de abril o **Jornal de Alagoas** publicou uma breve nota sobre o 1º de maio dos jornalistas, relatando uma mensagem do presidente do SINDJORNAL, Freitas Neto, referente a instauração de uma Assembleia Geral Extraordinária permanente e as mobilizações dos jornalistas no mês seguinte:

Para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas, o Dia do Trabalho – 1º de maio – “é dia de luta”. O seu presidente, jornalista Freitas Neto, distribuiu, ontem, mensagem à categoria, afirmando que “entende este Sindicato, que está em Assembleia Geral Extraordinária em caráter permanente desde o último dia 17 de abril na luta por salários justos para toda categoria, que o mês de maio de 1979 é decisivo para os trabalhadores jornalistas profissionais de Alagoas”.

Segundo Freitas, “unidos, todos os companheiros jornalistas devem comparecer a esse ato decisivo para a categoria. Categoria essa que no inesquecível XVII Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais, realizado em agosto do ano passado aqui em Maceió, já havia denunciado à Nação a execução de uma política econômica declaradamente concentradora de renda e elitista, sobre a qual a sociedade brasileira não foi consultada.”¹⁰⁶

¹⁰⁵ Jornal **Jornal de Alagoas**. 5 de maio de 1979, p.1.

¹⁰⁶ Jornal **Jornal de Alagoas**. 27 de abril de 1979, p.10.

O mês de maio era fundamental para a categoria dos jornalistas porque geralmente as datas-bases ocorriam nesse mês. Por isso, sucessivas reuniões e assembleias da categoria foram realizadas no mês de maio para dar coesão às reivindicações e fazer as negociações com a classe patronal. A partir do início do mês de maio, não encontramos mais matérias relativas a mobilizações dos jornalistas. Na segunda semana de maio identificamos mudanças editoriais e gráficas nos dois principais jornais do Estado, **Gazeta de Alagoas e Jornal de Alagoas**. Essas mudanças sugerem que a greve provavelmente deve ter sido iniciada na segunda semana deste mês.

Analisando a **Gazeta de Alagoas** e o **Jornal de Alagoas** a partir do dia 7 de maio é possível mensurar o impacto da greve. O **Jornal de Alagoas** circulou normalmente, mas com várias matérias compradas¹⁰⁷, quantidade de folhas reduzida e, o que era mais evidente, nenhuma notícia sobre Alagoas! É um sintoma da adesão dos grevistas nesse periódico, pois possivelmente a base sindicalizada do SINDJORNAL tinha mais inserção neste jornal à época. Já a **Gazeta de Alagoas** manteve notícias sobre o estado, circulação diária, mas com um número de matérias e páginas reduzida. Ambas as situações de alterações nas edições impressas dos jornais evidenciam o sintoma da adesão dos grevistas nestes órgãos de imprensa. No caso da **Gazeta de Alagoas**, a existência de notícias sobre o estado e a circulação diária reflete a relação que esse jornal tinha com os seus funcionários, exercendo, de fato, uma pressão maior junto à categoria. O Pedro Collor, que então comandava as Organizações Arnon de Mello, era uma figura bem intransigente, pelo que relata Adelmo dos Santos na série **Memória do Jornalismo Alagoano**. Talvez por isso a **Gazeta de Alagoas** não tenha sido tão afetada com a greve como o **Jornal de Alagoas**.

A respeito da duração da greve e dos ganhos efetivos a partir desta, Luiz Carlos Pompe narrou:

Olha, foram poucos dias, mas que pra gente parecia uma eternidade. Inclusive, porque além do enfretamento ao patrão tinha o enfretamento à legislação sindical e o risco de o sindicato ficar sob intervenção também. Por não existir o direito de greve, o fato de você fazer greve era um fato político de desafio institucional. Ela foi curta, mas foi vitoriosa. Me lembro que a gente não conquistou tudo que a gente reivindicou de reajuste, se não me engano a principal reivindicação era de reajuste salarial. A gente não conquistou tudo, mas conquistou mais do que o patrão tinha oferecido e conseguimos também

¹⁰⁷ Geralmente as matérias noticiadas eram referentes a outros estados. Deduzimos que isso se deu pela falta de jornalista para cobrir as notícias sobre Alagoas.

o pagamento dos dias parados, o que pra gente foi uma vitória política bastante importante porque daí a gente podia confrontar os fura greve dizendo: ‘tá vendo, a gente tava com a razão, tanto é que vão ter que nos pagar’. Era uma certa vitória moral também sob as pessoas que eram recalcitrantes.¹⁰⁸

É importante destacar no depoimento do Pompe o risco que o sindicato correu ao deflagrar a greve. As intervenções eram as respostas que os militares davam aos sindicalistas que ousavam romper com os limites impostos pela Lei de Greve. O entrevistado sinaliza isso, mas há um equívoco quando o mesmo narra “não existir o direito de greve”. Na verdade, existia, só que as exigências impossibilitavam a permanência da greve por muitos dias e logo a justiça era acionada e intervia nos sindicatos, como aconteceu em 1980 no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.¹⁰⁹ Pompe não relata neste trecho que o piso salarial foi adquirido a partir da greve, mas diz que conseguiram um reajuste salarial maior que a classe patronal oferecia e conseguiram o pagamento dos dias que ficaram parados, algo que foi importante, pelo que o mesmo disse, para confrontar aqueles que não aderiram à greve.

A despeito do que foi a greve dos jornalistas de São Paulo, que teve 230 demissões (10% do total de jornalistas da cidade)¹¹⁰, os jornalistas alagoanos passaram incólumes na greve, sem haver demissões e com vitórias significativas em termos salariais e políticas, já que esse processo deu um grau de coesão a categoria para que posteriormente conseguisse conquistar a principal reivindicação da categoria: o piso salarial.

¹⁰⁸ Entrevista de Luiz Carlos Pompe, concedida ao autor em 28/09/2021

¹⁰⁹ A Lei nº 4.330, Lei de Greve, foi implementada no dia 1 de junho de 1964 e vigorou até o dia 28 de junho de 1989. Para maiores informações acerca das exigências legais para a deflagração das greves nesse período, ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14330.htm>

¹¹⁰ ROXO. Op. Cit., p. 240.

4. DA UNIDADE À RUPTURA: OS ENCLAT'S E A PARTICIPAÇÃO DOS JORNALISTAS ALAGOANOS NA CONSTRUÇÃO DE UM ORGANISMO INTERSINDICAL.

O ano de 1980 segue o fluxo de mobilizações sociais que foram a marca do final dos anos setenta. Os sindicalistas tomaram a dianteira no confronto mais aberto a ditadura militar, sendo o setor mais dinâmico deste processo que culminaria com o fim da Ditadura Empresarial que fora estabelecido em 1964. Os militares, por seu turno, estabeleceram estes trabalhadores – que sacudiam o Brasil com greves em todas as regiões, tendo como epicentro o ABC paulista – como seus inimigos número um. No primeiro de maio de 1980 mais de 40 metalúrgicos que participavam da passeata em comemoração ao dia do trabalhador foram presos, entre eles o principal líder sindical do Brasil, Lula.¹¹¹ A partir da nova conjuntura que era aberta com a ditadura entrando em seu estágio terminal, se tornava cada vez mais importante a construção de um organismo intersindical que pudesse reunir e dialogar com os trabalhadores de forma unificada.

Nosso intento neste capítulo é analisar o período compreendido entre os anos 1980 e 1983. A escolha não é fortuita, estes anos foram cruciais no que concerne a reorganização do movimento sindical brasileiro e alagoano. Os embates existentes entre aqueles que se auto intitulavam “Sindicalistas autênticos” x Unidade sindical, vão ter seus desdobramentos nos caminhos e escolhas que o movimento sindical vai percorrer na década de 1980. Estes embates tiveram contornos que são próprios da realidade alagoana. Por isso, observaremos como foi a atuação do SINDJORNAL no Encontro Estadual da Classe Trabalhadora (ENCLAT), que foram os encontros preparatórios para a CONCLAT.

Nesse sentido, pretendemos compreender a opção feita pelo SINDJORNAL em romper com o ENCLAT e a Intersindical que se formava no encontro e compor a comissão Pró-CUT, visto que o sindicato desde 1978 possuía membros que ou pertenciam a forças políticas distintas ou viriam a pertencer a novas forças políticas que traçariam leituras distintas para o movimento sindical.

¹¹¹ DA COSTA. Op. Cit., p. 611.

4.1 O pós greve dos jornalistas e a criação da Tribuna de Alagoas

Em 1983 ocorreu uma nova eleição para a diretoria do SINDJORNAL. Como fora destacado no capítulo anterior, o ano de 1979 foi um marco importante para a categoria dos jornalistas. A greve foi uma mola propulsora para dar coesão ao sindicato e destaque no movimento sindical. Em meio ao pleito para decidir os novos rumos do sindicato, o jornal da chapa situacionista destaca em suas linhas o mérito da gestão do sindicato de 1979, que tinha como principal figura de destaque Freitas Neto, em ter conquistado o piso salarial dos jornalistas. Uma vitória emblemática para categoria, tendo em vista que nacionalmente o piso não era estabelecido e tramitava ainda no congresso nacional a regulamentação da profissão. Os jornalistas alagoanos tinham garantias trabalhistas que não eram a regra para o restante dos trabalhadores dos meios de comunicação do Brasil. Segue um trecho do jornal da chapa Mobilização, que se candidatava a reeleição do sindicato:

A questão salarial está entre as principais conquistas da atual diretoria, reforçada, agora, nas propostas da Chapa 1. Com reajuste semestral, uma conquista definida no acordo salarial do ano passado tem hoje um piso de Cr\$ 243.000,00, que será reajustado em novembro desse ano de acordo com o INPC.

Mesmo sendo uma profissão regulamentada, os jornalistas ainda não conseguiram, a nível nacional, a fixação do piso profissional para a categoria, apesar dos projetos, nesse sentido que tramitam no Congresso. A reivindicação, através das decisões das conferências e Congressos dos Jornalistas, é de um piso nacional de seis salários mínimos.

Hoje, em Alagoas, em face da luta do sindicato – respaldado pela categoria está estabelecido um piso de Cr\$ 350 mil, que ainda não refletem [sic] as reais necessidades da classe. O piso salarial atinge todos os jornalistas alagoanos. Independente das funções que exerçam.

O piso salarial, resultante de uma vitoriosa greve, só foi conseguido a partir de maio de 1980. Naquela época, o maior salário-base (redator) era de Cr\$ 6.774,00, passando então para Cr\$ 13.000,00 com um incremento percentual de 91,91 por cento. Ao assumir a atual diretoria, o piso cresceu em 1981, para Cr\$ 20.000,00 (53,84%). Em 1982, passou para 37.500,00 (87,50%), e em 1983 teve um aumento de 113,33% ficando em Cr\$ 80.000,00.¹¹²

Os jornalistas que tiveram a frente do sindicato a partir do ano de 1978 conseguiram construir uma hegemonia no SINDJORNAL duradoura. Em 1983 a figura de destaque do SINDJORNAL já não era mais o Freitas Neto, que no ano de 1982 foi

¹¹² Jornal da chapa MobilizAÇÃO que concorria a eleição do SINDJORNAL.

eleito vereador de Maceió, muito pelo capital político adquirido pela sua atuação sindical. Contudo, a partir da análise do trecho supracitado, fica evidente como os sindicalistas que sucederam a gestão de 1978 tinham como referência a atuação que esta diretoria teve nos anos anteriores. O aumento progressivo do piso salarial destacado na matéria é reflexo das mobilizações que foram um ponto de inflexão para a categoria.

Ainda no ano de 1979, foi fundado o jornal Tribuna de Alagoas, pelo então senador Teotônio Vilela, que acabara de migrar para a oposição à ditadura. A Tribuna foi criada pelo senador para ser uma plataforma de enfrentamento aos militares e ao governo estadual. Destacamos a fundação deste periódico pelo fato de ter sido um instrumento importante de oposição aos militares e também por ter em seu quadro de jornalistas diversos sindicalistas do SINDJORNAL. Geraldo Majella apresenta o núcleo fundacional da Tribuna:

Teotônio Vilela convidou o jornalista Noaldo Dantas para dirigir o jornal. O editor escolhido por Noaldo foi Denis Agra, que inicia a montagem da redação com Bartolomeu Dresch, Carlos Pompe, Claudio Humberto Rosa e Silva (chefe de reportagem), Lilian Rose, Iremar Marinho (Chefe de Redação), Jaime Feitosa, Joaquim Alves, José Luiz Pompe, Laerson Silva, Luiz Renato de Paiva Lima, Manoel da Nóbrega, Marcos Aquino, Marileine Dowell, Plínio Jaime Lins, Stefanne Lins, Roberto Vilanova, Waldemir Rodrigues e Nilson Miranda. Os fotógrafos Adailson Calheiros, José Feitosa e Josival Monteiro compunham a redação da Rua do Sol, 405.¹¹³

Alguns destes nomes já apareceram ao longo das páginas desta dissertação, como o Luiz Carlos Pompe, Denis Agra e Adailson Calheiros. Outros viriam a participar de forma mais ativa do sindicato nos anos posteriores, como é o caso de Noaldo Dantas, Carlos Pompe e Bartolomeu Dresch.

Por mais que a Tribuna de Alagoas não se enquadre naquilo que se convencionou chamar de “Imprensa Alternativa”, ela abria um leque de possibilidades para que os jornalistas, que tinham uma visão mais crítica do contexto social e político, tecessem comentários acerca da conjuntura da época. A escolha de Denis Agra como chefe de redação não nos parece algo do acaso ou só da competência jornalística do sindicalista, que anos mais tarde seria um dos mais importantes presidentes do SINDJORNAL. Teotônio Vilela parece ter escolhido com muita sabedoria os jornalistas que tinham mais

¹¹³ MAJELLA. Op. Cit., p.25.

firmeza e rigor nas suas posições políticas. É importante destacar que Denis Agra foi um preso político e que Teotônio Vilela começou a ganhar notoriedade nacional quando começa a denunciar os maus tratos que os presos políticos sofriam.

Cícero Pércles ressalta a importância que a Tribuna de Alagoas teve na vida política alagoana:

Em todos os momentos políticos a “Tribuna de Alagoas” teve um papel destacado. A ampla circulação apoiada em uma distribuição que atingia quase todo o Estado garantia uma grande tiragem, e já no primeiro trimestre de 1981 a Tribuna registrava tiragens diárias acima de 10 mil exemplares. Ancorada em uma equipe jornalística de primeira linha a nível regional, o jornal alcançou credibilidade e prestígio à sociedade politizada, que não mais passava sem a leitura diária da “incômoda” “Tribuna de Alagoas”, único periódico dentro os seus congêneres a fazer oposição ao Governo Figueiredo, criticando a administração Guilherme Palmeira em Alagoas e combatendo a gestão Fernando Collor na Prefeitura de Maceió. A “Tribuna de Alagoas” funcionou durante sete atribulados anos e quando fechou as portas, no começo de 1987, já havia passado por outros proprietários, conhecido outras orientações e sofrido muitas pressões.¹¹⁴

Diferentemente dos dois grandes jornais de circulação da época, Jornal de Alagoas e Gazeta de Alagoas, que os jornalistas que faziam parte do movimento sindical tinham espaços escassos para fazer um combate mais frontal a política dos militares, a Tribuna de Alagoas abria esse espaço. É necessário frisar que isso acontecia pelo estado atual de coisas que o Brasil vivenciava em relação a ditadura que já dava seus últimos suspiros. Teotônio Vilela abandonou o projeto político militar em uma mesma leva de empresários e políticos que já vislumbravam a derrota da ditadura. Então, o jornal assume esse caráter de oposição com fins políticos para o então senador que se preparava para as eleições que aconteceriam em 1982, algo que não se concretizou por conta do estágio avançado de um câncer que fora diagnosticado.

Um jornal que tinha o compromisso de fazer oposição à ditadura e aos seus congêneres em nível local, não passaria incólume do monitoramento do SNI. Encontramos um informe que relata a possibilidade da impressão de um periódico pertencente ao PCdoB na gráfica da Tribuna de Alagoas:

O tabloide “Folha Popular”, editado pelos militantes do PCdoB/BA, estaria atravessando dificuldades financeiras e, para superar o problema, seus

¹¹⁴ CARVALHO. Op. Cit., p. 32.

responsáveis pretendem mudar de gráfica e passar a imprimí-lo nas oficinas do jornal “Tribuna de Alagoas”, que seria de Maceió/AL.¹¹⁵

Não temos fontes que comprovem se o jornal Folha Popular foi impresso nas oficinas da Tribuna de Alagoas. Mas é no mínimo curioso que entre os jornalistas que compuseram a fundação da Tribuna, tinha um militante do PCdoB, o Luiz Carlos Pompe, e posteriormente o Ênio Lins, também militante do partido, fizeram parte do quadro de jornalistas. Porém, o que fica patente é que a Tribuna de Alagoas tinha uma relação distinta com os seus funcionários dos dois outros grandes jornais em circulação na época. Por ter como objetivo ser o periódico da oposição à ditadura, teve uma importância para a categoria dos jornalistas, principalmente os que faziam parte do movimento sindical.

4.2 A inserção dos partidos de esquerda no sindicalismo alagoano

A eleição do SINDJORNAL de 1978 e a greve de 1979 são pontos-chaves para compreender o movimento sindical alagoano do início da década 1980. Diferentemente da década de 1950 e 1960 que o movimento sindical era hegemônico pelo PCB e que tinha seus principais sindicatos ligados ao ramo têxtil, os anos oitenta apresentavam uma configuração bastante diferente, tanto no que tange a direção do movimento sindical – que não tinha mais a primazia do “Partidão”, o PCdoB era o principal partido de esquerda nas direções dos sindicatos – como as categorias de trabalhadores que desempenhavam protagonismo no movimento sindical – em sua grande parte profissionais liberais ou servidores públicos.

Na tese de Rodrigo José da Costa podemos ver uma análise da situação que o PCB se encontrava em Alagoas no movimento sindical:

Rememorando a sua atuação como militante pecebista, Cícero Péricles afirma que a grande dificuldade enfrentada pelo Partido no trabalho sindical residia na drástica transformação dos ramos da atividade econômica: das fábricas têxteis, algumas tinham encerrado a sua produção, enquanto que as restantes caminhavam para destino análogo; no porto de Maceió, o processo de mecanização levou a uma diminuição do número de trabalhadores além da extinção de categorias de trabalho contíguas.¹¹⁶

Além da reconfiguração dos ramos das atividades econômicas, impondo uma automatização de postos de trabalhos aonde o PCB tinha relevância nas décadas de 1950 e 1960, é importante destacar a dura repressão sofrida pelo partido perpetrada pelos

¹¹⁵ AC ACE CNF 24622/82 Fundo SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

¹¹⁶ COSTA. Op. Cit., p.131.

militares, seus principais quadros sindicais foram perseguidos.¹¹⁷ Mesmo com estas condições que o PCB teve que lidar neste processo de reorganização do movimento sindical, conseguiu ter uma posição de destaque a partir da atuação do Freitas Neto na greve de 1979. No início da década de 1980, o Freitas já era um quadro sindical respeitado e testado na luta de classes.

Em 1980 o PT é fundado fruto das mobilizações operárias que sacudiram o final da década de 1970. Com condições bem distintas do nascedouro do PT – a região Sudeste –, em Alagoas o partido criou suas primeiras raízes nos setores médios da sociedade, principalmente no movimento estudantil, como relata Geraldo Majella:

O que agregou muita força à militância petista daquele momento foram os estudantes. Os estudantes a partir dos anos 1980, 1981, 1982 passou [sic] a ter uma militância política interessante da juventude, sobretudo da juventude estudantil a partir dos cursos da Universidade Federal de Alagoas e entre os cursos o curso [sic] de direito foi um curso que deu bastante militantes naquele momento para o PT. Então esse PT que foi criado em Alagoas ele é um PT completamente diferente do que surge no ABC, do que surge até mesmo no Rio de Janeiro e em outros centros, né?, porque esse era dada diante da realidade política que Alagoas se encontrava, quase todos os sindicatos eles tinham sofrido a intervenção sindical por parte da Delegacia Regional do Trabalho mas tinha alguns poucos sindicatos que tavam retomando a direção.¹¹⁸

Inicialmente o movimento estudantil foi o setor mais dinâmico na construção do Partido dos Trabalhadores em Alagoas, mas o movimento sindical começava a contar com a presença de militantes do partido e simpatizantes. Adelmo dos Santos foi o principal sindicalista engajado na construção do partido no estado e na construção da CUT. Pelo que narra Geraldo Majella a inserção do PT no movimento sindical era mais residual, mas contava com a participação de Adelmo dos Santos no Sindicato dos Radialistas e de Pedro Luiz no Sindicato dos Urbanitários, além de alguns militantes que faziam oposição sindical em suas categorias:

Então, essa ideia que nasce lá no ABC e se espalha por São Paulo, Rio de Janeiro, os grandes centros, quando ela chega aqui em Alagoas ela chega também pelo movimento sindical existente naquela época, né? Que é um movimento sindical que a gente tem que defini-lo, né, de resistência. Tinha o Sindicato dos Radialistas, foi basicamente o Sindicato dos Radialistas, através

¹¹⁷ Rubens Colaço foi um dos militantes do PCB que fazia parte do movimento sindical dos rodoviários que foi perseguido após o golpe de 1964. Geraldo Majella publicou um livro que é uma entrevista que ele fez com o Rubens Colaço, neste é narrada as provações que o militante teve durante os anos de chumbo da ditadura. Ver: MAJELLA, Geraldo. **Rubens Colaço: paixão e vida: a trajetória de um líder sindical**. Recife: Bagaço, 2010.

¹¹⁸ LOPES. Op. Cit., p.55.

do presidente Adelmo dos Santos e o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas, que hoje é o Sindicato dos Urbanitários, através do Pedro Luís da Silva. Então eram esses dois sindicalistas e mais alguns outros militantes políticos que estavam nas oposições sindicais como o caso do José Gomes da Silva, que tava na oposição sindical dos trabalhadores da construção civil, né?, então basicamente esses, o Alan Brandão, que era um ex-militante do PCB e ex-dirigente do Sindicato dos Petroleiros, ele tinha sido presidente do Sindicato dos Petroleiros e um dos dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT, até o primeiro de abril de 1964. O Alan foi uma das figuras que contribuiu muito pra fundação do PT e arregimentou muitos ex-líderes sindicais muito ex base do Sindicato do Petróleo, e de outras categorias que já estavam a pelo menos quinze, vinte anos quase, pelo menos vinte anos, fora de organização sindical e muito menos de organização política. Essas pessoas passaram a ser convidadas e convencidas a militar no PT, ao entrar no PT e participar da fundação do PT. Só que tinha ao lado desses velhos dirigentes sindicais e ex-dirigentes sindicais, e dos novos, porque o Adelmo era um na época, ele não era, não pertencia a velha guarda do movimento sindical, muito pelo contrário, era um jovem líder sindical, o Pedro Luís a mesma coisa.¹¹⁹

A presença escassa do PT no movimento sindical alagoano revela os percalços que o partido teria nos seus anos iniciais no estado. A base constituinte do PT nos principais estados brasileiros era de trabalhadores com vinculação ao sindicalismo, em Alagoas seria diferente, principalmente na década de 1980. Nas eleições de 1982, que o partido seria testado a nível nacional como uma alternativa para a classe trabalhadora, Alagoas foi um dos estados que o PT não participou do pleito, por falta de filiações mínimas para a obtenção do diretório estadual.¹²⁰

Diferentemente do PT e do PCB, o PCdoB tinha uma base mais sólida no movimento sindical alagoano. Ainda está por vir um estudo mais preciso sobre o enraizamento do partido no sindicalismo no estado. Não pretendemos neste estudo fazer uma análise profunda da inserção do PCdoB nos movimentos sociais, mas sim pontuar minimamente a relevância que este tinha no movimento dos trabalhadores em Alagoas. Em entrevista concedida a Wibsson Ribeiro Lopes, Tutnés Airam narra a hegemonia que o PCdoB tinha nos sindicatos em oposição a situação do PT:

O movimento sindical, ele era basicamente, é... hegemonizado pelo PCdoB, né? Quer dizer, nós não tínhamos muito... nós não tínhamos muito acesso, não. É... só alguns ou outro, assim, nós temos uma base, que era a base lá dos urbanitários, do presidente Pedro Luís, nós tínhamos uma base também lá no... no... é... na construção civil, e nós tínhamos uma base nos bancários. Pronto, era o que a gente tinha. Todos os outros sindicatos ou eram sindicatos pelegos ou eram ligados ao PCdoB, né? ¹²¹

¹¹⁹ Idem, p. 61.

¹²⁰ Idem, p. 94.

¹²¹ Idem, p.104.

Neste depoimento não é citado o Adelmo dos Santos e nem o Sindicato dos Radialistas, mas são questões relacionadas a memória que, provavelmente, dificultaram a lembrança do entrevistado. Porém, o que é pertinente em extrair desse depoimento é a afirmação feita por Tutmés de que o PCdoB hegemonizava o movimento sindical alagoano do início da década de 1980. Outra informação importante é a existência dos sindicatos “pelegos” no período. Embora a retomada do sindicalismo mais combativo fosse um imperativo na nova conjuntura que inaugurava os anos oitenta, os interventores, que foram alçados aos postos de liderança sindical com a ditadura militar, ainda marcavam presença no movimento dos trabalhadores.

A partir de um balanço acerca do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Alagoas (SINTUFAL), Luiz Gomes da Rocha reitera essa visão de que PCdoB era predominante entre os partidos de esquerda no sindicalismo em Alagoas:

O Sindicato dos Trabalhadores da UFAL (SINTUFAL) surge em 10 de março de 1972 como associação. Só em 1990 é transformada em sindicato. O SINTUFAL é um dos poucos sindicatos alagoanos que ainda mantém ligação com o Partido Comunista do Brasil. E esse registro é importante porque o PCdoB hegemonizou o movimento sindical alagoano durante o período de retomada da luta sindical do final dos anos 70 e início dos anos 80. O PCdoB dirigiu praticamente tudo. Mas em 1986, ocorre um divisor de água, que é a crise gerada pelo apoio que o PCdoB deu à candidatura de Fernando Collor ao governo.¹²²

A análise das entrevistas feitas por Wibsson Ribeiro Lopes e o trecho acima retirado de um artigo de Luiz Gomes da Rocha, atestam o panorama que era desenhado no início da década de 1980, com o PCdoB sendo o principal partido de representação de classe no movimento sindical. Os embates que foram travados nos anos oitenta, relacionados a construção de um organismo intersindical, tiveram suas características exclusivas no estado, tendo como personagens principais aqueles que viriam a construir a CUT e os que hegemonizavam o sindicalismo alagoano, o PCdoB. Antes de tratarmos como se deu esses enfrentamentos e a participação do SINDJORNAL nos ENCLAT's, analisaremos no próximo tópico como se construíam dois campos distintos que disputavam a direção do movimento sindical brasileiro. Acreditamos que a partir da observação do contexto nacional poderemos trazer a luz com mais rigor as especificidades locais do movimento sindical.

¹²² ROCHA, Luiz Gomes da. O movimento sindical alagoano pós-Ditadura Militar. **Revista Sociedade, Educação e Poder**. Arapiraca, vol.1, p.19-28, jan/jun, 2010. p. 26.

4.3 Articulação nacional: Sindicalistas Autênticos x Unidade Sindical

As discussões e a tentativa de se criar uma central sindical que pudesse compreender nacionalmente a insatisfação dos trabalhadores com os rumos do país ressurgiu no final da década de 1970 com a ascensão do movimento sindical e as greves daquele período. Estas fizeram com que os trabalhadores percebessem a necessidade de unificação para o fortalecimento das suas lutas, tendo em vista que os patrões eram assegurados por um Estado ditatorial que reprimia com intervenções nos sindicatos que formavam os movimentos paredistas.

Em 1978, no Rio de Janeiro e em São Paulo, aconteceram dois congressos de representação de classe que foram importantes para dar início as tratativas da construção de um organismo intersindical. Hélio da Costa fez uma explanação acerca desses dois encontros mostrando as pautas de reivindicações dos trabalhadores dos dois estados:

(...) no mês de julho, realizou-se, no Rio de Janeiro, o V congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em que o grupo de dirigentes sindicais denominados “autênticos” defendia uma postura mais atuante e combativa por parte das entidades sindicais, opondo-se à direção da CNTI, comandada por Ari Campista. Ao final do congresso, os “autênticos” divulgaram uma carta de princípios que defendia a redemocratização do país, o fim das leis de exceção e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. No plano sindical, pleiteava o direito a greve sem restrições, a livre negociação com os empregadores e o estabelecimento do contrato coletivo de trabalho. Em outubro do mesmo ano, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo realizaram seu III Congresso, em cujas resoluções aparece claramente a necessidade de os trabalhadores brasileiros organizarem sua “central de trabalhadores”.¹²³

O Congresso da CNTI foi o primeiro grande evento nacional que colocou frente a frente a burocracia sindical, que havia se encastelado na estrutura oficial dos sindicatos, e o “Novo Sindicalismo”, que tinha como sua principal expressão o Lula, que questionava com veemência essa estrutura que para estes sindicalistas era um empecilho para um sindicalismo mais genuíno, sem as amarras do Estado. A carta de princípios divulgadas ao final do evento começou a ganhar eco entre os trabalhadores e em São Paulo no III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema as resoluções contidas no documento são novamente discutidas e pela primeira vez, em um congresso sindical, surge a proposta de criação da Central Única dos Trabalhadores.¹²⁴

Após alguns meses, no ano de 1979, duas vitórias importantes do bloco combativo

¹²³ DA COSTA. Op. Cit., p. 613.

¹²⁴ Central Única dos Trabalhadores. **Nasce a CUT**: embates na formação de uma central classista, independente e de luta. São Paulo: CUT, 2007. p. 30.

aconteceram no estado de São Paulo:

Em 1979, o Novo Sindicalismo conseguiu duas importantes vitórias em categorias que tinham milhares de trabalhadores nas bases. A primeira vitória oposicionista foi no Sindicato dos Bancários de São Paulo, em uma chapa em aliança com a Unidade Sindica, corrente que reunia os sindicalistas do PCB, e dissidentes da diretoria. A segunda vitória foi entre os professores da rede pública estadual paulista, quando a oposição ganhou as eleições na Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). A partir dessas vitórias, a ideia de construir uma central sindical independente ganhou muito mais força entre os sindicalistas combativos, tendo em vista que as chapas eleitas defendiam a criação da Central Única dos Trabalhadores.¹²⁵

As oposições sindicais começavam a se firmar como alternativa para os trabalhadores em relação as direções pelegas do sindicalismo vigente. É importante notar que os dois campos que viriam a se confrontar anos mais tarde, os Autênticos e a Unidade Sindical, neste período caminhavam juntos e compunham chapas de oposição nos sindicatos tomados por interventores.

Na esteira do avanço de um sindicalismo mais combativo, em março de 1979, ocorreu o I Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP).¹²⁶ Este campo sindical foi o principal impulsionador da primeira greve da categoria após o golpe de 1964. Nesse encontro foram discutidas a estrutura sindical, a organização da categoria, as comissões de fábrica e, em âmbito mais geral, a unificação das lutas de todos os trabalhadores contrários à estrutura sindical vigente. Além disso, o congresso aprovou um programa da oposição que continha propostas para a linha de atuação das diretorias combativas e das oposições, e também um encontro nacional das oposições sindicais.¹²⁷ As oposições sindicais do estado de São Paulo estavam seguindo o exemplo de São Bernardo, no qual a oposição conseguiu mudar a orientação do sindicato não só em questões concernentes as demandas da categoria, mas também as mais gerais da política nacional, como mostra Ruy Braga:

Se até meados dos anos 1970 a burocracia sindical de São Bernardo havia advogado um distanciamento em relação às questões políticas nacionais, o final da década testemunhou uma rápida politização das reivindicações. Além disso, após o malogro da campanha salarial de 1979, e diante de sinais claros de agitação nas bases, pouco restava à burocracia fazer que não fosse acompanhar o desejo dos trabalhadores de construir a greve geral

¹²⁵ Idem, p. 30-31.

¹²⁶ TEXEIRA, Rodrigo Dias. **Para onde foi a CUT?** Do classicismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000). Orientadora: Virgínia Fontes. 2009. 237f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 16.

¹²⁷ Central Única dos Trabalhadores. Op. Cit., p. 33.

metalúrgica.¹²⁸

O Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS) ocorreu no início de 1980. O ENOS contou com a participação de trabalhadores do campo e de diversas categorias do mundo do trabalho da cidade, como bancários, jornalistas, metalúrgicos, professores e trabalhadores da construção civil.¹²⁹ Foi o primeiro encontro com essas características, unificando diversos trabalhadores que faziam oposição em seus devidos sindicatos, após golpe de 1964, o que revela a ousadia e coragem destes trabalhadores. No entanto, de forma trágica, Raimundo F. Lima, trabalhador do campo, foi assassinado por latifundiários quando retornou do evento.¹³⁰

Dessa forma, neste processo de avanço das mobilizações dos trabalhadores, com encontros e congressos de representação de classe, formaram-se dois campos no interior do sindicalismo que emergia em fins dos anos setenta e início dos oitenta, que se colocavam como um movimento mais combativo e de luta: as oposições sindicais e os sindicalistas autênticos. Estes dois campos formaram o bloco combativo, que anos mais tarde foram os baluartes da fundação da CUT.

Com um bloco cada vez mais conciso, articulado por estes novos atores, no ano de 1980 aconteceu mais dois encontros cruciais do bloco combativo, como é apontado por Hélio da Costa:

Ainda em 1980, ocorreram dois dos três encontros importantes do bloco combativo do movimento sindical, o que acabaria resultando na criação da Articulação Nacional do Movimento Sindical e Popular (Anampos). Esses encontros reuniram, além de sindicalistas, líderes de pastorais operárias, de movimentos populares, de atividade comunitárias de base e das oposições sindicais. O primeiro desses encontros aconteceu em fevereiro, em João Monlevade, estado de Minas Gerais, no sindicato dos Metalúrgicos daquela cidade, e definiu alguns princípios básicos ligados à luta pela democratização da estrutura sindical, tais como: a substituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) por um código de trabalho, a adoção do contrato coletivo de trabalho, liberdade e autonomia sindicais, de acordo com a convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e fim da legislação restritiva ao direito de greve.¹³¹

Paralelamente a construção do agrupamento que reunia as oposições sindicais e os autodenominados sindicalistas “autênticos”, um outro campo no movimento sindical se formava. Liderado pelos sindicalistas que faziam parte dos partidos que foram

¹²⁸ BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 168.

¹²⁹ TEXEIRA. Op. Cit., p. 17.

¹³⁰ Idem, p. 17.

¹³¹ DA COSTA. Op. Cit., p. 614.

perseguidos durante os anos de chumbo – PCB, PCdoB e MR8 – em conjunto com as lideranças tradicionais do sindicalismo, se estruturava a Unidade Sindical. Como fora explanado em páginas anteriores a origem do campo que representava o “Novo Sindicalismo”, é necessário elucidar o surgimento deste outro campo do movimento dos trabalhadores:

A origem da Unidade Sindical está no Centro Brasil Democrático (Cebrade), entidade fundada em julho de 1978 por intelectuais, artistas, sindicalistas e políticos, e que serviria para fomentar a oposição contra a ditadura militar. O seu presidente era o arquiteto Oscar Niemeyer, militante comunista histórico, e o vice presidente o historiador Sérgio Buarque de Holanda, mais tarde um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Em dezembro de 1978, o Cebrade organizou o Encontro Nacional pela Democracia, e em agosto de 1979 o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, este na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, cujo principal objetivo era impulsionar a Unidade Sindical. O encontro de Niterói reuniu sindicalistas vinculados à estrutura sindical oficial, comunistas de várias tendências, antigos interventores e até mesmo dirigentes sindicais combativos e comprometidos com o Novo Sindicalismo. O Cebrade e a Unidade Sindical eram partes da política traçada pelo PCB para intervir no processo político em âmbito nacional.¹³²

A Unidade Sindical se distinguia do bloco combativo de duas maneiras; tanto na sua origem, que não foi forjada nos espaços fabris, sendo impulsionada pelo PCB e pela Cebrade que reunia um amplo leque ativistas, assim como na sua composição que abarcava comunistas de diversas tendências das esquerdas tradicionais, que foram importantes antes e depois do golpe de 1964, e os sindicalistas pelegos que foram alçados as direções dos sindicatos como interventores no período de maior perseguição ao movimento sindical durante a ditadura militar.

O PCB tinha a preponderância no interior da Unidade Sindical, de tal forma que o grupo seguiu a linha política do partido. O nome do grupo já indicava que seria uma união, que era a ação desenvolvida pelos pecebistas em âmbito nacional, no processo de redemocratização. A aliança com diversos setores, inclusive com alguns que apoiaram o golpe e deram sustentação para a ditadura, era uma inclinação do partido nesse período. No plano sindical, a indicação de fazer arranjos com os sindicalistas tradicionais em detrimento dos outros grupos – “autênticos” e oposições sindicais – era devida à orientação geral do partido que recomendava ações mais cautelosas para evitar retrocessos na fase distensionista da ditadura.

Até a fundação da CUT, diversos empecilhos tiveram que ser superados, como a união das correntes sindicais, algo estabelecido parcialmente através de consensos a partir

¹³² Central Única dos Trabalhadores. Op. Cit., p. 36.

da ANAMPOS e com as greves de 1980 que aproximaram os metalúrgicos de São Bernardo e a oposição sindical da categoria em São Paulo. Essas tratativas possibilitaram um outro encontro, o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), este tinha um caráter mais abrangente que o ENOS, além de reunir as oposições sindicais, também agregava todos os que discordavam da estrutura sindical vigente. Contudo, os sindicalistas que participaram do encontro se opuseram à criação de uma central sindical que excluísse as outras correntes sindicais que atuavam nesse processo de reorganização do movimento sindical, como assinala Hélio da Costa:

Porém, os sindicalistas presentes ao encontro se opuseram à proposta de criação de uma organização própria que excluísse parte dos sindicalistas da “Unidade Sindical” e defenderam a participação de todos nas I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT).¹³³

As disputas, em torno da hegemonia do movimento sindical, estavam formadas entre estes dois campos que explanamos nas páginas anteriores, na I CONCLAT isto ficou mais evidente. No primeiro capítulo retratamos como se deu a ruptura que posteriormente fundou dois organismos intersindicais. Nosso intento neste tópico do capítulo era mostrar as origens dos agrupamentos que tiveram uma repercussão nacional na reorganização do sindicalismo brasileiro.

Acreditamos que com este panorama nacional traçado possibilitara um exame mais preciso dos conflitos locais que aconteceram nos encontros preparatórios para a CONCLAT, os ENCLAT's.

4.4 Os ENCLAT's: unidade, disputas e ruptura.

Precedido da CONCLAT, ocorreram os ENCLAT's, que foram realizados em 16 estados, mais o DF, envolvendo cerca de 3.500 participantes e 1.010 entidades. Em Alagoas, o I ENCLAT foi realizado entre os dias 1 e 3 de maio de 1981 contando com a participação dos sindicatos dos jornalistas, radialistas, metalúrgicos, trabalhadores de hotelaria, ADUFAL, enfermeiros, trabalhadores da construção civil, professores, trabalhadores das indústrias urbanas, bancários, trabalhadores de fiação e tecelagem de Floriano Peixoto, estivadores, odontologistas, sindicatos dos trabalhadores rurais de Capela, Cajueiro, Carneiros, Palmeiras dos Índios, Santana do Ipanema, Viçosa e

¹³³ DA COSTA. Op. Cit., p. 615.

Flexeiras.¹³⁴

A comissão organizadora do evento, segundo consta em relatório do SNI, era formada pelos seguintes sindicalistas:

- EXPEDITO DOS SANTOS, Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE ALAGOAS e Diretor da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALAGOAS;
- PEDRO LUIZ DA SILVA, Presidente do SINDICATO NAS INDÚSTRIAS URBANAS DE ALAGOAS;
- CARLOS LUIZ DE JESUS POMPE, representante do SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE ALAGOAS;
- RAIMUNDO CAMILO DA SILVA, Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MACEIÓ/AL;
- JOSÉ BERNARDO DA SILVA, Presidente do SINDICATO DOS ENFERMEIROS DE ALAGOAS; e
- JOSÉ CÍCERO DE LIMA, Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VIÇOSA/AL.¹³⁵

Percebemos na comissão organizadora do evento representantes dos sindicatos que tiveram uma posição de destaque no final da década de 1970 e início de 1980, como é o caso do nosso objeto de estudo, o SINDJORNAL que deflagrou a primeira greve após o golpe de 1964, mas também representantes dos sindicatos dos trabalhadores das indústrias urbanas e da construção civil, que, como foi mostrado em páginas anteriores, fizeram mobilizações em torno de melhorias para as suas categorias. Além disso, podemos notar a ausência de representação dos professores da rede estadual de ensino no encontro, abordamos no capítulo anterior a intensa luta da categoria por aumento salarial. Isto se explique pelo fato de que o órgão de representação da categoria, a Associação dos Professores de Alagoas (APAL), nesse período não tinha uma gestão que vislumbrava o movimento sindical de forma mais ampla, algo que só vai acontecer só a partir de 1984 quando uma diretoria com uma postura mais combativa vai assumir a associação.¹³⁶

A respeito da abertura do encontro no dia primeiro de maio, dia simbólico para a classe trabalhadora, o mesmo documento destaca:

Usaram da palavra na abertura do ENCLAT, além dos jornalistas JOÃO VICENTE FREITAS NETO, CARLOS LUIZ DE JESUS POMPE E NILSON AMORIM MIRANDA, o então presidente do DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, estudante THOMAS DOURADO DE CARVALHO BELTRÃO.

¹³⁴ CARVALHO. Op. Cit., p. 26.

¹³⁵ ARE ACE CNF 1776/81 FUNDO SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

¹³⁶ LIRA, Jailton de Souza. **Uma questão de classe:** o movimento sindical da educação em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2013. p. 26.

Todos os pronunciamentos tiveram conotação política e com ataques ao governo e às Forças Armadas, principalmente o do presidente do DCE/UFAL. Os organizadores do ENCLAT contaram com o apoio do Governo do Estado de ALAGOAS, através da SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, em transporte e pessoal.¹³⁷

O pronunciamento de dois jornalistas (Freitas Neto e Pompe) e um radialista (Nilson Amorim de Miranda) na mesa de abertura do encontro, nos mostra que os trabalhadores dos meios de comunicação tinham uma relevância nesse processo de retomada do sindicalismo mais combativo. O último parágrafo do relatório supracitado contém a informação de que a organização do ENCLAT contou com o apoio logístico do governo estadual. Ao cruzarmos essa informação com a entrevista que realizamos com o Luiz Carlos Pompe, podemos atestar que de fato houve um apoio de Guilherme Palmeira, então governador do estado, para a realização do encontro. O longo trecho que se segue da entrevista que realizamos com Luiz Carlos Pompe aborda estas observações que fizemos no parágrafo:

Foram realizados ENCLAT's em vários estados e aí, em Alagoas, o Sindicato dos Jornalistas e dos Radialistas tomaram a frente, e em Pernambuco a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) tomou a frente disso. E isso nos incentivou a buscar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais pra participar do ENCLAT alagoano. Nós queríamos também o Sindicato dos Comerciantes, que era um dos maiores sindicatos de todo o país e geralmente não é um sindicato muito vinculado a luta, é mais um sindicato vinculado ao assistencialismo da categoria do que organizar e mobilizar a categoria pra uma luta. Nós tínhamos essa ambição 'nós não vamos fazer um encontro do setor da comunicação, vamos fazer um ENCLAT envolvendo todas as classes trabalhadoras'. Então começamos eu, o Aldo [Rebelo], o Freitas [Neto] e outros sindicalistas a entrar em contato com esses outros sindicatos também, mas pra gente conseguir a adesão desses sindicatos a gente não podia ter um caráter muito oposicionista, a gente tinha que fazer um negócio mais "palatável", porque o sindicalismo de Alagoas não é o sindicalismo de São Paulo que tinha trabalhador na rua e polícia no helicóptero apontando arma na cabeça do trabalhador, em São Paulo era assim e no Rio de Janeiro também era assim, em Alagoas a gente não tinha condição de fazer isso, não tinha nem porque fazer isso porque o nível de consciência e de luta da classe não era da mesma radicalidade. Então, a gente tinha que envolver e isso daí travou-se muito debate entre os sindicalistas alagoanos e com sindicalistas nacionais também que queriam uma radicalização em Alagoas que não era possível. Nessa época, o governador era o Guilherme Palmeira, e o irmão do Guilherme era um exilado e o pai do Guilherme Palmeira tinha sido um democrata com grande projeção nacional também, Rui Palmeira. Então nós entramos em contato com o governador e falamos pra ele da intenção de fazer o encontro e ele topou e ele nos ajudou tanto dando infraestrutura pra o encontro e inclusive participando do primeiro de maio do ENCLAT. Ele foi pra praça participar junto com a gente do comício do primeiro de maio. Vocês vejam, era um governador que era – acho que na época já era – PDS, mas nós conseguimos aí uma situação que, por exemplo, em São Paulo era inadmissível isso. Em São Paulo era impossível a convivência nesse padrão. Nós tínhamos três senadores,

¹³⁷ ARE ACE CNF 1776/81 FUNDO SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

o Teotônio [Vilela], o Arnon [de Melo] e o general Cavalcante. Os encontros pra preparar o CONCLAT ocorriam em São Paulo e é claro que nós do movimento sindical não tínhamos verba pra participar desses encontros. Nós fomos conversar com os senadores. O Teotônio, é claro, com um entusiasmo, mas tanto o Arnon quanto o General Péricles deram passagens de avião pra gente participar das reuniões em São Paulo pra preparar o CONCLAT e tudo mais. Então, a gente conseguiu fazer o ENCLAT.¹³⁸

Destacamos neste depoimento o que já estava patente a partir da análise que fizemos do relatório do SNI, que o SINDJORNAL teve importância na construção e realização do ENCLAT. Luiz Carlos Pompe avalia que os jornalistas estavam empenhados em fazer vários contatos com sindicatos para não ser um encontro só dos trabalhadores ligados aos meios de comunicação. Tendo em vista que vários sindicatos passavam por situação análoga ao do SINDJORNAL, com a retomada de direções combativas, o encontro aconteceu com um leque diverso de categorias, desde os sindicatos urbanos aos rurais.

Ainda no mesmo trecho, Pompe narra as dificuldades que os sindicalistas alagoanos tinham que passar para realizar e participar dos encontros de representação de classe. Diferentemente das grandes arenas das lutas de classes do Brasil – eixo Rio de Janeiro/São Paulo – que tinham sindicatos com um grande volume de sindicalizados, sedes próprias, fundo de caixa e etc., em Alagoas a realidade era distinta. Além de não se poder fazer uma radicalização mais extremada, como o Pompe afirma, o que poderia afugentar a participação de outros sindicatos, o diálogo com o governo estadual era imprescindível.

Em 1981 o governador do estado era Guilherme Palmeira, como vimos no capítulo anterior, este era mais um representante das classes dominantes e do setor canavieiro em Alagoas. Segundo Pompe, o governador contribuiu com a parte logística do encontro e participou do primeiro de maio do ENCLAT. A fala do Pompe dá entender que esta ajuda dada pelo Guilherme Palmeira aconteceu pelo fato dele ter um irmão que foi exilado político e um pai que foi um democrata com projeção nacional. Podemos enxergar essa contribuição logística e participação do governador no ato do primeiro de maio a partir de outra perspectiva. Com um movimento sindical que começava a ter uma vida política mais ativa na sociedade alagoana e que tinha mobilizado a opinião pública a seu favor com a greve dos jornalistas e nas mobilizações dos professores da rede estadual de ensino, o governador poderia estar pensando em fins políticos com essa ajuda. No final desta parte da entrevista, o sindicalista ainda fala que a partir do diálogo com os senadores

¹³⁸ Entrevista de Luiz Carlos Pompe, concedida ao autor em 28/09/2021.

alagoanos – Arnon de Mello, General Péricles e Teotônio Vilela – os organizadores do encontro conseguiram as passagens de avião para participar da I CONCLAT que fora realizada em agosto do mesmo ano em Praia Grande. Podemos aplicar a mesma hipótese referida ao governador Guilherme Palmeira aos senadores, mesmo que Teotônio Vilela tivesse uma postura mais oposicionista aos militares a esta altura, as eleições de 1982 era um desejo do senador.

Como ressaltamos, as condições do sindicalismo alagoano se diferiam de diversas formas daquele que emergia na região Sudeste do Brasil, que teve como sua maior expressão o “Novo Sindicalismo”. Aquele combate frontal à ditadura, com atos com grande quantidade de pessoas, que assistíamos acontecer, principalmente no ABC paulista, parece não se aplicar a realidade alagoana, que por muitas vezes os sindicalistas tinham que fazer um combate mais velado e fazendo agitações importantes, mas sem serem tão incisivos. Pompe recorda destas características que permeavam o movimento sindical alagoano no período do ENCLAT:

Então, teve essa característica do ENCLAT alagoano de congregar; ser a favor do trabalhador; ser, na prática, contra a ditadura, mas não ser declaradamente. As discussões nossas, entre os organizadores, era isso se no palanque a gente ia descer o pau na ditadura ou não. Então, tinha esse negócio todo, daí a gente chegou num certo acordo; a gente vai defender a anistia porque o irmão do governador tá no exílio; a gente defende constituinte, mas a gente não fala fora Figueiredo. Mas chegou na hora a gente sempre contava com o apoio de alguém no público que levantava a palavra de ordem lá: “Abaixo a Ditadura!” “Vamos lá sem medo, abaixo o Figueiredo!” Essas coisas assim.¹³⁹

A partir do acúmulo das discussões realizadas no I ENCLAT os sindicalistas alagoanos viajaram para Praia Grande aonde foi realizado a I CONCLAT, com a ajuda dos senadores que contribuíram com as passagens de avião, conforme relatou Luiz Carlos Pompe. Mesmo com toda a polarização que se formava no interior do movimento sindical brasileiro, o encontro criou uma comissão organizadora para coordenar a futura entidade sindical que iria ser criada e um calendário de atividades nacionais.

No dia primeiro de novembro do mesmo ano, na Praça Dom Pedro II, aconteceu um ato dos trabalhadores que correspondia ao calendário de lutas tirado na CONCLAT. Por meio da pesquisa que fizemos no site do Arquivo Nacional, encontramos um relatório do SNI que contém em anexo o panfleto que foi distribuído convocando os trabalhadores alagoanos para o ato:

¹³⁹ Entrevista de Luiz Carlos Pompe, concedida ao autor em 28/09/2021.

As entidades de trabalhadores de Alagoas, conclamam e convocam os trabalhadores de todas as categorias, do campo e da cidade, e a população em geral, a participarem do DIA NACIONAL DE LUTA – 1º de outubro –, unindo-se às manifestações que ocorrerão em todos os demais Estados do país, em defesa das reivindicações de classe trabalhadora brasileira, contida nas Resoluções de sua 1ª Conferência Nacional – 1ª CONCLAT:

- LUTA CONTRA O DESEMPREGO – LUTA CONTRA A CARESTIA – LUTA CONTRA O “PACOTE PREVIDENCIÁRIO” DO GOVERNO – LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA – LUTA PELO DIREITO À MORADIA – LUTA PELA LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL, PELO DIREITO DE GREVE E PELA REVOGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL – LUTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E PELA CONVOCAÇÃO DE UMA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DEMOCRÁTICA E SOBERANA.

Trabalhadores e trabalhadoras de Alagoas!

A partir dos nossos locais de trabalho, dos nossos sindicatos, nas fazendas, nas fábricas, nas oficinas, nas repartições públicas e em qualquer comunidade, temos que provar a nossa disposição de luta.

Por nossos filhos, pelo futuro, o dia 1º de outubro significará mais um passo para a construção da CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT), a nível nacional, e da intersindical de Alagoas, a nível estadual, e um grande avanço na luta pela conquista de nossas reivindicações.¹⁴⁰

Segundo este relatório, a manifestação teve a adesão de cerca de mil pessoas, não temos outras fontes para cruzar com esta para poder ter uma ideia mais precisa de quantas pessoas estiveram. Sabemos que existe uma tradição nos órgãos de repressão do Estado de mitigar os impactos das mobilizações dos trabalhadores, mas tendo em vista que este dado esteja nivelado por baixo, mesmo assim é uma quantidade expressiva se partimos da compreensão do lugar onde foi realizado, em uma praça no centro da cidade que não tem uma extensão territorial de grande proporção. Estas consignas que estão presentes no segundo parágrafo fazem parte da agitação nacional que o movimento sindical brasileiro reivindicava e foram entregues na Assembleia Legislativa do estado assinadas pelos seguintes órgãos de representação de classe:

- Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas;
- Sindicato dos Jornalistas;
- Sindicato dos trabalhadores na Indústria do Açúcar de Alagoas;
- Sindicato dos Radialistas;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Alagoas;
- Sindicato dos Médicos de Alagoas;
- Instituto dos Arquitetos do Brasil/AL;
- Associação dos Camelôs;
- Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Alagoas;
- Sindicato dos Engenheiros de Alagoas;
- Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Asseio e conservação de Alagoas;
- União das Nações Indígenas.¹⁴¹

Em síntese, os principais sindicatos que se empenharam na realização do

¹⁴⁰ AC ACE CNF 19780/81 FUNDO SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

¹⁴¹ Idem

ENCLAT assinaram o documento entregue aos deputados estaduais alagoanos e formaram a Intersindical que realizou em abril do ano seguinte o II ENCLAT. Não temos informações acerca das discussões que foram travadas no segundo encontro, mas imagina-se que com o alto grau de polarização que ia se delineando nacionalmente, por conta dos conflitos entre os dois campos do sindicalismo – Autênticos e Unidade Sindical – a respeito da criação da CUT no ano de 1982, teve reverberações em âmbito local.

Nacionalmente, no interior da Comissão Nacional Pró CUT, entre os anos de 1982 e 1983 foram realizadas várias reuniões para entrar em um acordo comum de data para a realização do congresso fundacional da CUT, mas na verdade o que aconteceu foi a intensificação das divergências entre os agrupamentos que tinham maior peso no movimento sindical. Enquanto isso, em Alagoas a Intersindical no ano de 1983 realizou o primeiro de maio contando com a presença de parlamentares e de sindicalistas, era uma atividade preparatória para a greve geral marcada para o mês de junho:

A INTERSINDICAL/AL promoveu as festividades do “DIA DO TRABALHO”, em MACEIÓ/AL, no Ginásio de Esportes do Colégio Estadual. No local, foram feitos diversos pronunciamentos, todos contestatórios ao governo, e abordando os seguintes temas: ARROCHO SALARIAL, DESEMPREGO, REVOGAÇÃO DA LSN E ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Principais oradores:

- Selma Bandeira Mendes, Deputada Estadual (PMDB/AL);
- Ronaldo Augusto Lessa Santos, Deputado Estadual (PMDB/AL);
- João Vicente de Freitas Neto, Vereador em MACEIÓ/AL (PMDB/AL), que, em seu pronunciamento, conclamou os trabalhadores para uma greve geral no País, ora em estudo pelas Intersindicais e pela Comissão PRÓ-CUT.¹⁴²

Os parlamentares que discursaram no evento tinham ligações com as esquerdas alagoanas, Ronaldo Lessa e Selma Bandeira foram militantes do Partido Comunista Revolucionário (PCR), tiveram atuação importante no movimento estudantil alagoano nos anos de chumbo. Freitas Neto, principal referência da categoria dos jornalistas, neste período não era mais presidente do SINDJORNAL, no ano anterior, em 1982, tinha sido eleito vereador pelo PMDB, partido que abrigava as siglas de esquerda que ainda não tinham registro legal. Dênis Agra assumiu a presidência do sindicato quando Freitas Neto foi eleito vereador, mas como vimos no primeiro tópico do capítulo, a gestão que assume o sindicato dá continuidade aos trabalhos sindicais que foram desenvolvidos desde 1978 pelo SINDJORNAL.

A Intersindical entre os anos de 1981 e 1983 promoveu e participou de diversos

¹⁴² ARE ACE CNF 4619/83 FUNDO SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

eventos, dias nacionais de luta, dia da mulher e etc. Com uma vida política bem ativa, o organismo se preparava para a tiragem de delegados para o congresso que viria a fundar a CUT no dia 23 de agosto de 1983. No mesmo ano é realizado o III ENCLAT, que segundo Cícero Pericles, este encontro refletiu as divergências nacionais do sindicalismo e criou uma cisão no organismo:

Em 1983 a Intersindical organiza o III ENCLAT, preparatório para o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora/CONCLAT. Refletindo as divergências nacionais sobre o futuro do movimento sindical, o III ENCLAT divide-se. Antes do término dos trabalhos do Encontro, representantes dos sindicatos dos jornalistas, radialistas, urbanitários, construção civil, condutores rodoviários autônomos, engenheiros, trabalhadores em asseio e conservação, petroleiros, associação dos economistas, associação dos servidores do BNH, associação dos aposentados da Petrobrás e sindicato dos trabalhadores rurais de Anadia retiram-se do plenário denunciando manobras do PCdoB quanto ao registro de entidades e controle de delegados. Estes sindicatos irão formar, meses depois, a Frente Sindical, que escolheria os delegados ao Congresso de fundação da CUT/I CONCLAT, organizando posteriormente a CUT/AL.¹⁴³

A ruptura do ENCLAT, pelo que o autor assinala, foi por conta de divergências acerca do registro de entidades e o controle de delegados do encontro. Se analisarmos os conflitos que ocorriam no interior da Comissão Nacional Pró CUT, se davam pelo fato de que os representantes da Unidade Sindical discordavam de um caráter mais amplo na tiragem de delegados, que abarcasse as oposições sindicais, enquanto os Autênticos utilizavam o artigo 8º do regimento interno para defender que as oposições fizessem parte do processo. Sabemos que no ENCLAT não tinha a participação de oposições sindicais, mas o que dividiu o encontro foi a posição do PCdoB em relação ao registro de entidades. Ao fazermos uma pesquisa documental nos acervos digitais encontramos um periódico do SINDJORNAL que aborda com mais precisão o que de fato aconteceu no ENCLAT:

Por decisão de assembleia geral da categoria, por 23 votos contra quatro, o Sindicato dos Jornalistas se afastou da comissão Intersindical de Alagoas. A decisão foi devido aos fatos do III Encontro das Classes Trabalhadoras – III Enclat, ao qual se retiraram, em seu final, as delegações de todos os sindicatos urbanos, com exceção do Sindicato dos Médicos, o Sindicato Rural de Anadia e as Associações dos Economistas e Funcionários do BNH.

A posição das entidades sindicais foi em protesto contra ao critério de participação das associações e a manipulação no momento da eleição dos representantes de Alagoas na Comissão Nacional Pró-Cut. Depois disso, algumas reuniões foram feitas na comissão Intersindical, mas não houve um entendimento. Das 12 entidades que compunham a Comissão, cinco se retiraram oficialmente, e decidiram formar a Frente Sindical de Alagoas, que já iniciou suas reuniões, com presença, inclusive, de novos sindicatos.

Jornalistas, Radialistas, Construção Civil, Asseio e Conservação e Indústrias Urbanas foram os sindicatos que se retiraram da Comissão Intersindical. Lá

¹⁴³ CARVALHO. Op. Cit., p. 26.

permaneceram os sindicatos dos Médicos, Engenheiros, Rurais de Atalia, Viçosa, Anadia e Santana do Ipanema, e a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas.

A Frente Sindical Vai procurar desenvolver um trabalho de base, onde as decisões surjam da vontade dos trabalhadores, sem manipulações. Os jornalistas, que estão nela representada, permanecem abertos para o diálogo, mas não concordam que haja manipulação dos trabalhadores em função desta ou daquela corrente política.¹⁴⁴

Identificamos, a partir do trecho do livro do Cícero Péricles e do jornal Voz do Jornalista, que existia uma disputa pela hegemonia do movimento sindical alagoano entre os sindicalistas que tinha atuação política no PCdoB e um grupo de sindicalistas que foram se consolidando como um bloco ao longo dos ENCLAT's – radialistas, jornalistas, trabalhadores da construção civil, indústrias urbanas e asseio e conservação. O fato curioso é que se nacionalmente o ponto de cisão entre a Unidade Sindical e os Autênticos foi que este último queria uma participação mais abrangente que incorporasse as oposições sindicais, em Alagoas aqueles que viriam a construir a CUT no estado romperam com o ENCLAT porque não queriam que as associações participassem na tiragem de delegados, enxergavam isso como uma manobra política do PCdoB, que tinha uma inserção em associações, como a ADUFAL.

Como vimos, a Frente Sindical, meses depois do último ENCLAT, escolheu delegados para participarem do CONCURT que fundou a CUT no mesmo ano. Seria forçado da nossa parte, encaixar este grupo que rompeu com o ENCLAT como representantes dos sindicalistas Autênticos, mesmo que tenham fundado a CUT em Alagoas e que em alguns sindicatos tivessem quadros do PT. A opção feita pelo SINDJORNAL em compor esta frente, com maioria expressiva em assembleia, denota a indignação da categoria com o que eles identificam como manobras por parte dos sindicalistas que defendiam a participação das associações. Não temos informações acerca das discussões que os outros sindicatos que romperam com o ENCLAT tiveram em suas bases, mas pode ter acontecido algo análogo com a categoria dos jornalistas.

As características dos embates que foram travados nos ENCLAT's em Alagoas são bem distintas do que acontecia nos principais centros, que além de ter um movimento sindical de maior envergadura, também tinha uma forte presença de sindicalistas que faziam parte do PT, o que tornava as disputas mais acirradas. Em Alagoas, a construção de uma união entre os sindicatos que começavam a ter direções mais combativas era algo manifesto no interior da Intersindical nos dois primeiros anos de existência. As

¹⁴⁴ VOZ DO JORNALISTA. p. 6.

circunstâncias que foram desenvolvidas no ano de 1983 no organismo, com desgastes a partir do que fora apontado como manobras por parte do PCdoB, fizeram com que fosse naufragada uma unidade que ia se construindo no sindicalismo alagoano.

CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa mostramos como o movimento sindical brasileiro se comportou após o golpe de 1964. Com as intervenções, perpetradas pelos militares, após o primeiro de março do mesmo ano, as direções mais combativas dos sindicatos foram destituídas de seus postos dando lugar para interventores que cumpriam a função de sustar qualquer tipo de resistência que pudesse surgir por parte da classe trabalhadora. Vimos que mesmo em uma situação completamente adversa, os trabalhadores, nos espaços fabris, travavam lutas silenciosas, com operações tartarugas e outras táticas, que foram importantes no processo de reorganização do movimento sindical no final da década de 1970.

Em Alagoas, os jornalistas tiveram relevância neste processo, mostrando as características distintas que assumiu o sindicalismo alagoano do eixo Rio de Janeiro/São Paulo, que tiveram como protagonistas os operários do setor de ponta da economia. A eleição de 1978 do SINDJORNAL e a greve de 1979 são marcos importantes para categoria e para compreender o movimento sindical alagoano deste período. Estes dois eventos têm vultuosidade. Em 2019, quando foi deflagrada uma greve dos jornalistas de diversos meios de comunicação do estado, coincidindo com os 40 anos da primeira greve, Freitas Neto, Dênis Agra e outros sindicalistas que participaram do SINDJORNAL no final da década de 1970 e 1980, sempre eram lembrados como exemplo de combatividade. A memória que foi construída do sindicato entre os anos de 1978 e 1979 persiste após quatro décadas.

Como foi explanado no primeiro e terceiro capítulo, a década de 1980 iniciou com as discussões acerca da construção de um organismo intersindical que compreendesse nacionalmente o sindicalismo. As disputas pela hegemonia do movimento sindical brasileiro entre aqueles que se auto denominavam Autênticos, que representavam o que se convencionou chamar de Novo Sindicalismo, e a Unidade Sindical foram a marca do início dos anos oitenta. Se no Sudeste o clima era de tensão entre os dois agrupamentos, o contexto alagoano era distinto. O SINDJORNAL, entre os anos de 1978 e 1983, teve composições na sua direção de militantes das esquerdas tradicionais – PCB e PCdoB – e do PT. Isto mostra as peculiaridades do movimento sindical alagoano nesse cenário de retomada do sindicalismo mais combativo. Talvez pelo fato de o PT não ter conseguido construir com mais solidez um trabalho nos sindicatos nos seus anos iniciais no estado, as tensões reverberadas nos grandes centros não ocasionaram embates entre as

organizações de esquerda em Alagoas nessa conjuntura.

Vimos que o SINDJORNAL participou ativamente na construção dos ENCLAT's e ajudou a fundar a Intersindical que esteve em atividade entre os anos de 1980 e 1983, participando de atos públicos, reuniões e dias nacionais de luta. A cisão dentro do organismo, por questões burocráticas concernentes ao registro de entidades, colocou em xeque a unidade do movimento sindical alagoano, criando uma Frente Sindical que agrupava um bloco de sindicato, dentre eles o SINDJORNAL, e posteriormente fundou a CUT no estado. Compreendemos que esta ruptura não foi um desdobramento dos embates travados nacionalmente pelos representantes do Novo Sindicalismo e a Unidade Sindical. Apesar de ter sindicalistas ligados ao PT que construíam os sindicatos que participavam da Intersindical, percebemos que o principal ponto de discórdia que acarretou a divisão do sindicalismo alagoano foi algo específico do III ENCLAT, o registro de associações na tiragem de delegados. Isto foi visto como manobra e foi denunciado de forma incisiva pelo SINDJORNAL, que em 1983 não tinha, pelo que pesquisamos, militantes do PT na sua direção.

Entendemos que este trabalho apresenta limites e lacunas. Porém, acreditamos que esta pesquisa é fruto do seu tempo. Tempo este completamente adverso, que tínhamos que atuar em dois fronts, combatendo um governo que não dava um segundo de paz para os pesquisadores, com ataques à educação, e lutando pela própria vida durante uma pandemia devastadora que tirou a vida de centenas de milhares ao redor do Brasil, que também foi negada pelo fascista que presidia o Brasil até o fim do ano passado. No entanto, sabemos que contribuímos para historiografia alagoana apresentando o cenário do estado em um momento importante da nossa História, o final da década de 1970 e início dos anos oitenta. Período muito profícuo para os movimentos sociais e especificamente para o sindicalismo brasileiro e alagoano.

REFERÊNCIAS

Periódicos

Gazeta de Alagoas, AL

Jornal de Alagoas, AL

Voz do Jornalista, AL

FONTES ORAIS

Projeto Memória do Jornalismo Alagoano. DVD. Colorido. Secretaria de Estado e Comunicação. Maceió. Governo do Estado de Alagoas, 2014.

Entrevista de Luiz Carlos Pompe, concedida ao autor em 28/09/2021.

DOCUMENTAÇÃO

ARE ACE CNF 2653/81 Fundo SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

ASP ACE CNF Fundo SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

ARE ACE CNF 4619/83 FUNDO SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

AC ACE CNF 19780/81 FUNDO SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

ARE ACE CNF 1776/81 FUNDO SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

ARE ACE CNF 1776/81 FUNDO SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

AC ACE CNF 24622/82 Fundo SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

ARTIGOS, DISSERTAÇÕES, TESES E LIVROS

ABRAMO, Laís. **O resgate da dignidade:** greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da Unicamp, 2000

ALMEIDA, Leda Maria de. **Rupturas e Permanências em Alagoas:** O 17 de Julho de 1997 em questão. Maceió: Edições Catavento, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo.** Campinas: Editora Pontes, 1995.

BOITO Jr., Armando [et. al.]. **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Alagoas 1980-1992:** a esquerda em crise.

Maceió: EDUFAL, LUMEN, ENGENHO, 1993

Central Única dos Trabalhadores. **Nasce a CUT: embates na formação de uma central classista, independente e de luta.** São Paulo: CUT, 2007. p. 30.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, Larissa Rosa. **Disseram que voltei americanizado: Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

COSTA, Rodrigo José da. **O socialismo possível: o PCB, os estertores da Ditadura Militar e a Nova República em Alagoas (1980-1991).** Orientadora: Maria do Socorro Abreu e Lima. 2018. 266f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2018.

DE FREITAS, Sônia Maria. **História oral: possibilidades e procedimentos.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.). **O Brasil republicano.** O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil republicano.** O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Rafael Leite. **O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências.** Orientadora: Maria do Socorro de Abreu e Lima. 2012. 360f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19126> Acesso em: 13 abril. 2022.

GUSMÃO, Renata Carla Silva de. **Trabalhadores da construção civil e justiça do trabalho durante a ditadura-empresarial militar em Alagoas.** Orientador: Osvaldo Batista Acioly Maciel. 2019. 107f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Ciência humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2019.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale. (org.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LIRA, Jailton de Souza. **Uma questão de classe: o movimento sindical da educação em Alagoas**. Maceió: EDUFAL
- LOPES, Wibsson Ribeiro. **Os primeiros anos do PT em Alagoas (1979-1989)**. Orientadora: Michelle Reis de Macedo. 2016. 180f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Ciência humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2016.
- MACIEL, David. **A Argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)**. São Paulo: Xamã, 2005.
- MAJELLA, Geraldo. **Um jornalista em defesa da liberdade**. Recife: Bagaço, 2014.
- MAJELLA, Geraldo. **Rubens Colaço: paixão e vida: a trajetória de um líder sindical**. Recife: Bagaço, 2010.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- MELO, Demian B. de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- NETTO, José Paulo. **Pequena História da ditadura brasileira**. São Paulo: Cortez, 2014.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil**. Volume. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá(org). **A ditadura que mudou o Brasil : 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo (org.). **História do Marxismo no Brasil**. Partidos e movimentos após os anos 1960. Volume 6. Campinas: Editora da Unicamp. 2007
- RIBEIRO BARROS SILVA, Ana Beatriz. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira**. Orientadora: Christine Paulette Yves Rufino Dabat. 2016. 423 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18673> Acesso em: 14 de abril. 2022.
- ROCHA, Luiz Gomes da. O movimento sindical alagoano pós-Ditadura Militar. **Revista Sociedade, Educação e Poder**. Arapiraca, vol.1, p.19-28, jan/jun, 2010.
- ROXO, Marco. **Companheiros em luta: a greve dos jornalistas de 1979**. Niterói: Editora

da UFF, 2012.

SÁ, Adísia. **O jornalista brasileiro**: Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, de 1946 a 1999. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Paulo Vitor dos. **Discurso, práticas e memórias**: o MDB em Alagoas e a Ditadura Militar. Orientadora: Michelle Reis de Macedo. 2017. 181f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Ciência humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2017.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (Org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SINGER, Paul.; BRANT, Vinícius Caldeira. (Org.). **São Paulo**: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1983.

TEXEIRA, Rodrigo Dias. **Para onde foi a CUT?** Do classicismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000). Orientadora: Virgínia Fontes. 2009. 237f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2009.